



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

WILSON SOUSA OLIVEIRA

**CONFIGURAÇÕES MULTICULTURAIS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CARIOCA EM CONTOS DE
MACHADO DE ASSIS**

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA

Maio/2026

WILSON SOUSA OLIVEIRA

**CONFIGURAÇÕES MULTICULTURAIS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CARIOCA EM CONTOS DE
MACHADO DE ASSIS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Literatura. Área de Concentração: Literaturas. Linha de Pesquisa: Estudos Literários e Culturais Latino-americanos.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Hoffmann Wolff

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA

Maior/2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

OLIVEIRA, Wilson Sousa

Configurações multiculturais na formação da sociedade
carioca em contos de Machado de Assis / Wilson Sousa

OLIVEIRA ; orientador, Jorge Hoffmann Wolff, 2025.

168 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Literatura, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Literatura. 2. Formação multicultural em contos de
Machado de Assis. I. Wolff, Jorge Hoffmann. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Literatura. III. Título.

Wilson Sousa Oliveira

**CONFIGURAÇÕES MULTICULTURAIS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CARIOCA EM CONTOS DE
MACHADO DE ASSIS**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 04 de dezembro de 2025,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.Dr. Cláudio Pinto Nunes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Prof.Dr. Marcello Moreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Profa. Dra. Rosana Cássia dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado
para obtenção do título de Doutor em Literatura.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Drº. Jorge Hoffmann Wolff
Orientador

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA

Maio/2026

Agradecimentos

É uma questão tão fina falar em agradecimentos a essa altura de tantas ocorrências, tantas idas e vindas pelos labirintos que a pesquisa e o fato de lidar com a linguagem requer. Nesse interim, agradecer a Deus por conceder tal oportunidade. Agora, posso olhar melhor o retrovisor, não está mais tão embaçado, as águas que insistiam em deixar tudo assim tão turbulento, parece que cessaram. O traçado do caminho exigia reflexões profundas, era necessário prudência, cuidados, zelos, resignações.

Ademais, todo esse percorrer era fruto de umas ideias fixas que se balançavam agarradas à parede de um cérebro que insistia em ser irrequieto. Havia uma rota que, por momentos, era traçada durante o percurso. Não que não soubesse aonde estava indo. Talvez, um pouco do que dizia Raul Seixas: “Não sei aonde estou indo, só sei que estou no meu caminho”. Saber o caminho é parte do todo. Assim, amadurecia no meu entendimento que fazer, (des)fazer e (re)fazer eram configurações partes do trabalho de Aracne ou “a Teia de Penélope” - esse labor tão necessário se erguiam como blocos que ajudavam na concretagem do caminho.

De repente, me dou conta de que as incursões nessa estrada convocavam-me ao não estranhamento do desconhecido. Por mais que partia de objetivos claros, algo novo surgia para além do para brisa e focos de luzes logo ajudavam a clarear a estrada. Sabia que o percurso se constituía em uma composição de buscas, objetivos, metas e finalidades. Como nenhuma viagem se faz em linha reta, os contornos são partes integrantes desse caminhar outrossim, diversas personagens interessantes estão a bordo. Então, meus agradecimentos à minha mãe, muito atenta com todo esse percurso. Apesar de pouco dominar os meandros da escrita e da leitura, sabe dar importância de se desvendar o que há por trás dos signos da escrita – desejava saber da viagem. Enfim, aos meus irmãos, Eliseu Sousa e Edilson Sousa por compreenderem, sem ressalvas, a minha insistência em trilhar o caminho, de viver por aí, por aqui, por lá, por cá, nessa busca incessante, me tornei seminômade. Pessoas preocupadas com o nosso bem-estar, surgem a prima Nethe e a prima Lucy, tão primorosas e desejosas de que eu completasse a viagem e chegasse logo ao destino. E que me aportasse bem!

Meu agradecimento especial ao meu orientar Prof. Drº Jorge Hoffmann (Joca), tão gentil, compreensivo, paciente e nos momentos em que parecia me perder na caminhada, assumia a direção. Tão brilhantemente dava novo rumo. Ainda, a todos/as Professores/as desse programa pelas ricas contribuições. Por que não agradecer também os lugares por onde estive lecionando e a imensidão de colegas com quem travei sinceras amizades? Esses ambientes me ajudaram muito no traçado dessa rota. Cada um/a com quem lidei, os ambientes de sala de aula por onde passei me deram pistas imensuráveis do que eu poderia encontrar nas trilhas da caminhada. Meu especial agradecimento a todos/as esses/as. Havia muitas pedras nesse caminhar, juntei-as todas e compus minha estrada.

“A linguagem permite que o ser humano vá além do mundo vivido, do presente, para o mundo das ideias, da reflexão; permite que ele ultrapasse sua realidade de vida e entre no mundo das possibilidades. Que exerça, enfim, a atividade produtiva de criar sentidos para o mundo e para a vida.” (Maria Lúcia de Arruda Aranha)

SUMÁRIO

Introdução.....	05
1. Contexto Histórico, Político, Social e Econômico do Brasil Colonial	
1.1 O Espírito mercantilista do capitalismo e o pacto colonial.....	27
1.2 Cartas régias, tratados coloniais, outros pactos com a metrópole.....	41
2. A cidade do Rio de Janeiro colonial: da burguesia à escravidão	
2.1 Uma cidade em construção.....	54
2.2 Sociedade de Base Escravocrata.....	68
2.3 O Engenho de Açúcar e seus Senhores, Poderio Econômico e Sociabilidade.....	77
3. Literatura – Entre o Real e o Imaginário	
3.1 Literatura – autor e obra – distanciamento ou aproximação?.....	90
3.2 A identidade nacional em questão – nas vias da História e nas veias da Literatura.....	100
4. Multiculturalismo em contos de Machado de Assis: uma visão sobre a cidade	
4.1 “Um Homem Célebre”: O Piano Fora do Lugar.....	115
4.2 “A Chinela Turca”: Um Conto Ornado com Finíssimos Diamantes”	125
4.3 “Pai contra Mãe”: Nem todas as crianças vingam.....	132
5. Aspectos quase conclusivos – O Rio colonial: Uma (Pluri)cidade.....	148
6. Referências.....	157

RESUMO

Trata-se de uma investigação teórica que envolve uma possibilidade da presença de um multiculturalismo existente na sociedade carioca no período colonial brasileiro. As ideias levantadas nesse estudo centram-se no período que envolve os meados do século XIX no Brasil. Tomando como problema a intensa presença de estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro, os contos de Machado de Assis “A chinela Turca”, “Um homem célebre” e “Pai Contra mãe”, serviram de base para a composição desse trabalho. Inferiu-se a partir dessas leituras, em consideração ao progresso que a cidade ganhava em seus aspectos políticos e econômicos, que os contos citados vêm sugerir a ideia de que a forte presença do estrangeiro nos espaços cariocas contribuiu para a formação de uma sociedade bastante heterogênea em representações étnicas e culturais.

Palavras-chave: Machado de Assis – Rio de Janeiro – Contos – Multiculturalismo

ABSTRACT

This is a theoretical investigation into the possible presence of multiculturalism in Rio de Janeiro society during the Brazilian colonial period. The ideas presented in this study focus on the period of the mid-19th century in Brazil. The hypothesis of an intense presence of foreigners in the city of Rio de Janeiro is based on Machado de Assis' short stories "A Chinela Turca", "Um Homem Célebre" and "Pai contra mãe". From these readings, and taking into account the political and economic aspects of the city, one could conclude that these short stories suggest that the strong presence of foreigners in Rio's spaces has contributed to the formation of a very heterogeneous population. Has contributed to the formation of a very heterogeneous society in terms of ethnic and cultural representations.

Keywords: Machdo de Assis – Rio de Janeiro – Short stories – Multiculturalism

Introdução

“Passei um ano abundante (...) Lia, fazia desenhos e diagramas, inventava um mundo. Este mundo devia ser o mais preciso possível, de forma que eu pudesse me mover com absoluta segurança (...) precisava que tudo funcionasse, tinha necessidade de saber quanto levariam dois personagens para andar, falando, de um lugar a outro. E isso definia a duração dos diálogos”. (Umberto Eco)

Faço questão de iniciar a introdução deste trabalho refletindo sobre o que traz e traduz para mim a epígrafe acima. Desejo, ainda, ressaltar que um projeto de pesquisa sempre está formal e fortemente vinculado às histórias de nossas vidas. O percurso traçado ao longo do tempo entre leituras, produções escritas, experiências enquanto docente e a eterna lida com o estudo de textos em suas diversidades influenciam decisivamente nessa construção. Nesse embate, acho quase impossível romper as linhas que unem nossas leituras e produções escritas, nossas práticas diárias no exercício do magistério, até se fazer desembocar em um processo de constituição de uma tese, que é o resultado de uma série de experiências – construídas desde muito tempo.

Quando me reporto hoje às lembranças das minhas aulas de Língua Portuguesa e Literatura na condição de professor no Ensino Médio e até mesmo nos últimos anos do Fundamental 2, tempo em que levava para a sala de aula recortes de textos de Machado de Assis, nunca me dava conta do quanto iria provocar em mim futuramente. Nessas idas da receptividade no ato de ler, por momentos, me vi confuso e não sabia quem é que lia quem. Percebia que Machado deixava transbordar pelas suas letras uma visão de mundo, um modo próprio de assim fazer que prendia o leitor, tragava-o, e isso me cativava. Nesse sentido, mesmo sem qualquer aparato teórico, já operava certo rompimento ao perceber que a obra literária estava para além do mero formalismo, pois em mim provocava efeitos, já saía do texto, saltava a outras instâncias.

Todo trabalho escrito parte de um mundo de vivências dirigido a leitores consumidores que também trazem gamas de experiências de leituras diversas, de mundos outros. As assimilações dessas leituras decorrem do histórico e repertório de cada um.

Afinal a qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão-somente de seu posicionamento no contexto sucessório do desenvolvimento de um gênero, mas dos critérios da recepção, do efeito produzido pela obra e de sua fama junto à posteridade, critérios estes de mais difícil apreensão. (Jauss, 1994, p. 7).

Revisitando meu passado de leitor quando, aos poucos, iniciava meu percurso pelos caminhos das letras, penso seriamente como fui seduzido pelos efeitos que a escritura provoca. Seduzia-me a literatura na condição de arte da palavra, percebia que essa transitava pelas diversas instâncias da história dos homens; estava recheada de uma diversidade de momentos que iam das dores ao prazer. Decerto, passava pela minha estética receptiva o fato de notar que por ali desfilavam homens, mulheres, adultos, velhos e crianças que, apesar de representá-los de uma forma tão peculiar, tão próprio da arte, sabia que a literatura não se dava num vazio. O que me prendia à leitura seria a multiplicidade de situações que trazia e, ao mesmo tempo, facultava-me a oportunidade de poder tornar tudo em outras formas de ressignificações.

As minhas experiências leitoras vieram sempre cercadas pelas expectativas de como a literatura representava o ser humano, as relações humanas; de certa forma, não me interessava, desde as primeiras leituras, apenas a obra do livro para o livro, mas sim o que ela podia proporcionar ao imaginário do leitor. Interessava-me a literatura em sua capacidade de ressignificações. Desde os primeiros contatos com as produções escritas, ainda no Ensino Básico, percebia que a literatura entrecortava as veias do social, o seu discurso, tão próprio, trazia uma realidade que não existia fora dali; porém, logo depois, pude ir aos poucos assimilando o caráter da verossimilhança que trazia. Então, esses aspectos que dão sustentação à obra de arte podem representar o homem em suas diversas facetas. Logo, atraiu-me a percepção do poder de como a literatura, de forma ficcional, abarca os diversos aspectos de representações inerentes à pessoa humana desde manifestações culturais, étnicas, linguagens e modos de vida. Era inegável que a compreensão de que a obra literária trazia pedacinhos de identidades e de lugares começava a se configurar em mim; logo, questões identitárias eram trazidas e retratadas em suas obras e, assim, eu compreendia que a diversidade, presente na literatura, embora de forma ficcional, era a representação de um povo.

Nesse sentido, o primeiro clássico literário que me faz perceber que o autor é alguém conectado a um dado momento da sua realidade e que, a partir do terreno que pisa produz uma realidade inventada, *O Cortiço*, de Azevedo, fez projetar em mim as primeiras sensações dessa potência que a literatura carrega. A partir de então, foi “como um rio que passou em minha vida e me deixou levar”. Fiquei inundado pelo caráter do realismo que Aluísio Azevedo me trazia e fazia brotar daquelas páginas. Cada personagem que surgia carregava seus caracteres, cada performance era única e, à medida que cada canto dali do cortiço, cada

pedaço era apresentado como fatia de disputas diversas, convencia-me de que a confecção da arte literária pode surgir e ressurgir de/em tudo que está nas ruas, nas esquinas, nos bairros, nos becos, nas periferias, no asfalto e em todas as possibilidades de registros do comportamental e da expressão humana.

Os elementos trazidos por Azevedo me deixavam em permanente suspense, pois ambientes de características paradoxais se apresentavam na obra e traziam com eles o caráter e a conduta como resultado do que vivenciavam no dia a dia. As questões sociais e as agruras de um povo vivendo em condições precárias despontavam e estampavam a ganância pelo dinheiro, pela riqueza material imprimindo sinais de exploração de um ser pelo outro. Era uma severa crítica do intenso jogo de interesse em que o sacrifício de um poderia propiciar a riqueza do outro. *O Cortiço* me fazia refletir o Naturalismo na condição de lição primeira para conhecimento mais íntegro de certos aspectos da condição humana. Fazia-me mergulhar nessa condição em que essa tendência, como uma vertente do Realismo, denunciava o homem brutal, carregado de instintos, pés fincados no chão, na lama, em ambientes inóspitos; tal temática inscrita em Azevedo se apresentava caracteristicamente universalista, científica e materialista. Era a literatura inaugurando uma nova fase. Rompiam-se os preceitos românticos, trocavam-se e renovavam-se os ares da produção literária. Era necessária outra postura das letras frente a novas conjunturas sociais. Agora, a narrativa lenta, objetiva e direta ilustrava a vida cotidiana dos personagens, a subordinação do amor aos interesses econômicos (tão presentes na literatura), as críticas às instituições sociais e aos valores burgueses, tantas vezes enaltecidos no Romantismo, estavam sendo despidos.

Os momentos de leituras de outras obras, sobretudo as românticas, prenderam meus sentidos, principalmente em José de Alencar, cuja obra deixou fluir sentimentos fortíssimos de nacionalidade, ufanismo e intenso louvor à pátria e às nossas cores e raízes, criação de lugares ao gosto romântico, acaloradas histórias de amor, lugares idealizados, a mulher perfeita, essa fuga da realidade e muita veneração pelos lugares exóticos. Ainda, o autor produziu figuras representativas do indianismo, como também muitos personagens figurativos da classe mais abastada do cenário carioca de meados do século XIX; enfim, mesmo carregado de tanto subjetivismo, nada disso foi capaz de ofuscar em mim as atenções e despertar interesses para os traços trazidos por “essas tendências realistas” que despontavam nas artes na segunda metade do século XIX. Nesse movimento, que talvez oferecesse contornos mais próximos de experiências sociais das vivências focadas mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, uma cidade em formação, com todo seu complexo carregado de

fulgurações diversas, foi onde Alencar deu vida a figuras que representavam as diversas faces de composição social daquela cidade.

Minhas leituras seguem em ritmo galopante e, posterior ao *O Cortiço*, os meandros dessas “tendências realistas” me eram demasiadamente cativantes. Os seres que se faziam desfilar pela ótica de Raul Pompeia, Manoel Antônio de Almeida, Adolfo Caminha, Eça de Queiroz até, enfim, em meio a essa coleção, optar por conhecer melhor Machado de Assis.

Debruçar-se sobre a produção machadiana e sua tão valorosa mina é entrar para um mundo de descobertas. Dialogar com Machado e sua vasta obra constitui um exercício de escavação infinita. Não consigo descrever os efeitos provocados em mim após a primeira leitura de *Dom Casmurro*. Dentro do seu modo tão peculiar de narrar, Machado virava e revirava a alma humana; talvez numa incessante lida em busca de uma teoria para a alma humana, despia o homem. Aos poucos, percebia como seu jeito “casmurro” de falar da História, da política e enfocar o social encontrou na literatura ferramenta que o ajudava a expor seu jeito de ler o mundo. Tratou de muitas temáticas corriqueiras do dia a dia, observou muito atentamente o comportamental humano e expôs, sarcasticamente, o intenso jogo de interesses, os jeitos e os trejeitos praticados por elementos representativos de todos os segmentos sociais.

Ademais, a certa altura, não entendia de forma transparente os contornos que a narrativa machadiana trazia quando parecia encarnar o espírito de seus personagens, passear pela alma de cada um, ler a mente deles e expor suas hipocrisias, simulações e dissimulações. Do lugar mais alto de onde se postava para ver o mundo, enxergou o que poucos conseguiram. Escrevendo única e exclusivamente da cidade do Rio de Janeiro, à medida que testemunhava seu lugar surgir, transitou pelo mundo da política, pelos salões mais nobres, por residências dos mais afortunados, como também esteve em ruas, avenidas, becos e vielas. Sua narrativa abarcou a diversidade nos mais variados espaços de representações.

Em suas obras, está presente cada pedacinho da sua cidade e, não de forma gratuita, estão presentes membros de todas as classes sociais do seu tempo. Com isso, tanto cedeu lugar ao comerciante, ao empresário, ao homem da política, ao funcionário público, ao estudante, falou dos mais e menos afortunados, das senhoras, das jovens, dos jovens, das damas e dos cavalheiros, dos amores possíveis e impossíveis, de aventuras, falou dos céus e das estrelas, da metafísica e do universo. Assim, discutiu tudo, pois afirmava que “a discussão é a forma polida do instinto trabalhador que jaz no homem como uma herança bestial.” E

afirmava que somente os serafins e os querubins não controvertiam nada, dada à perfeição espiritual e eterna.¹

Como já aludido aqui, um projeto de pesquisa se faz após uma multiplicidade de leituras e uma gama de inquietações. As leituras que moldam caminhos e constroem trilhas são essas mesmas que nos fazem ver o mundo por óticas diversas. São essas leituras que nos fazem perceber e espargir olhares contemplativos sobre as demandas do real. As configurações da realidade que saltam aos nossos olhos, após um bom aparato de leitura, podem nos ajudar a entender melhor esse real dado e posto aí como está. A leitura nos fornece ferramentas que ajudam a desmontar a máquina. Auxilia-nos a projetar de outras perspectivas, numa visão mais ampliada do mundo. A leitura nos faz sair do lugar comum, rever valores, conecta-nos a outras formas de vida, pessoas, lugares, culturas, faz perceber outras possibilidades. Mediante a leitura, é possível abrir fendas, criar espaços, romper estruturas fixas, alterar modelos, ultrapassar linhas demarcatórias, extrapolar limites impostos.

Destarte, o ato de leitura operante em mim funcionou sempre como um motor em permanente rotação, possibilitando uma multiplicidade de movimentos, talvez uma série deles não em sistema rotativo, possivelmente o espiral seria o mais conveniente em virtude de se configurar como o mais dotado de maior riqueza. Fazer retomadas soa como quase uma exigência não somente no ato de ler, mas é que nos proporciona leituras em suas diversas possibilidades de interpretações.

À medida que esse caminho vai sendo feito, percebe-se que produzir artisticamente é expressar um olhar enigmático sobre o mundo. Porém, a literatura, mesmo sem compromisso com verdades, parte do real para falar sobre as humanidades. Logo, a tríade escritor, obra e leitor está em uma mesma condição derivada desse comportamento. A literatura está no social. Ela é parte desse social. Um social que pulsa carregado de traços e que a literatura à base dos mecanismos do uso da linguagem abarca essa gama de representatividades. Recorro a Antônio Candido quando afirma que é necessário “ter consciência da relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mímese é sempre uma forma de *poiese*.” (Candido, 2006, p. 12). Esse proceder da arte tem o objetivo de tornar tudo mais expressivo, fugir à normalidade.

¹ASSIS, Machado de. *O Espelho – esboço de uma nova teoria da alma humana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 416.

Meu proceder ante a obra literária foi esse de não deixar perder de vista sua relação com o social. “Com efeito, todos sabemos que a literatura, como fenômeno de civilização, depende, para se constituir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais.” (Candido, 2006, p. 12). De certo modo, a obra literária tem variadas conexões com as ocorrências da sociedade. Não transpondo o real para a obra, mas fazendo exercícios imagéticos, o artista da palavra navega no ficcional.

Logo, as representações da vida em sociedade, tão presentes na literatura, aparecem para mim mais misteriosas, mais carregadas de caracteres representativos, numa narrativa curta, mas objetiva e direta do gênero dos relatos que escolhi aqui para trazer o foco dessas reflexões: o conto.

Convencemo-nos em afirmar que o ser humano sempre foi um contador de histórias. “O contar (do latim *computare*) uma estória, em princípio, oralmente, evolui para o registrar as estórias, por escrito. Mas o contar não é simplesmente um relatar acontecimentos ou ações.” (Gotlib, 1991, p. 8). Eis a grande questão: não basta contar uma história, é sublime que se saiba contar, “pois relatar implica que o acontecido seja trazido outra vez, isto é: re (outra vez) mais *latum* (trazido), que vem de *fero* (eu trago). Por vezes é trazido outra vez por alguém que ou foi testemunha, ou teve notícia do acontecido.” (Gotlib, 1991, p. 8). Talvez sejam esses os maiores percalços encontrados para se tornar um grande contista.

Para muitos leitores, o conto é cativante, é mais sedutor. Trazendo uma série de predicativos tão próprios, o conto possui lugar de honra entre as espécies de narrativas a partir do século XX. Ao lado do romance, da novela, carregando todos os elementos, o ato de narrar reivindica, esses seus parentes não gozam da primazia de dizer tanto e muito como o conto e seu poderio.

Há outra questão que ainda perpassa essa forma de narrar: o fato de ser breve. Não foram poucos os narradores que se arriscaram nessa seara. Escolhi Machado, por ser o mais exímio entre tantos escritores. Lidar com o conto se assemelha a se virar bem e muito bem, fazer o extraordinário em ambiente apertadíssimo e sair ileso. O próprio Machado se manifestou a esse respeito quando ressaltou que foram poucos os que se atentaram: “é um gênero difícil, a despeito da sua aparente facilidade” (Assis, 1873, p. 33). Reitera: “e creio que essa mesma aparência lhe faz mal, afastando-se dele os escritores e não lhe dando, penso eu, o público toda a atenção de que ele é muitas vezes credor” (Assis, 1873, p. 33). Se quem conta um conto, aumenta um ponto, Machado deu conta de todos os pontos que retirou ou que acrescentou nos mais de 200 produzidos. Por muitas vezes, tentaram explicar o fenômeno do

conto. “É preciso chegarmos a ter uma ideia viva do que é o conto, e isso é sempre difícil na medida em que as ideias tendem para o abstrato, para a desvitalização de seu conteúdo, enquanto que, por sua vez, a vida rejeita esse laço que a conceitualização lhe quer atirar para fixá-la e encerrá-la numa categoria.” (Cortázar, 2006, p. 150).

Em síntese, desde relatos diversos, uma narração oral ou escrita de um acontecimento ficcional ou uma fábula que se conta às crianças, o conto serpenteia entre as narrativas com seu modo próprio, suas características bastante peculiares, mas todos eles se constituem em narrativas, com modos próprios de contar alguma coisa, pois se “toda narrativa consiste em um discurso integrado numa sucessão de acontecimentos de interesse humano na unidade de uma mesma ação” (Bremónd, 2011, p. 35), o conto, embora com todos os elementos do gênero de forma reduzida, consegue dar conta da sucessão de ocorrências inerentes ao ser humano. Cortázar alerta-nos ao dizer que “se não tivermos uma ideia viva do que é o conto, teremos perdido tempo, porque um conto, em última análise, se move nesse plano do homem onde a vida e a expressão escrita dessa vida travam uma batalha fraternal, se me for permitido o termo [...]” (Cortázar, 2006, p. 147).

Decerto, meu olhar sobre o conto estende-se ao potencial que ele tem de tocar ao se aproximar dos fatos humanos com muita propriedade. Talvez, das espécies de narrativas, é o que melhor diz. Cortázar (2006, p. 147) prossegue: “e o resultado dessa batalha é o próprio conto, uma síntese viva ao mesmo tempo que uma vida sintetizada, algo assim como um tremor de água dentro de um cristal, uma fugacidade numa permanência [...]” Para Cortázar (1974), essa espécie de narrativa, não muito fácil de produzi-la, é que torna o conto grandioso. “Só com imagens se pode transmitir essa alquimia secreta que explica a profunda ressonância que um grande conto tem em nós, e que explica também por que há tão poucos contos verdadeiramente grandes.” (Cortázar, 2006, p. 147).

Interessante a percepção de que a vida transborda com maior abundância entre as linhas limitadas de um grande conto. Um fato narrado, por mais corriqueiro que pareça, ganha aspectos relevantes num conto bem montado. Mesmo se caracterizando por se constituir numa narrativa curta, mesclar todos os elementos da narrativa – tempo, espaço, eu lírico e enredo – é o maior desafio para o escritor. A excelência na combinação desses torna a obra gigantesca. A notoriedade de um conto está na possibilidade de se manter em sincronia a relação estabelecida com todos os seus elementos.

Assim, como o exposto até aqui, ante tais proposições colocadas, a presente tese acaba por se constituir como resultado de uma série de buscas em caminhos diversos, rastreando pistas auxiliadoras para a construção de ideias que, juntas, ajudam a compor esse quadro multifacetado que é a compreensão do multiculturalismo e o estudo da formação da sociedade carioca em alguns contos de Machado de Assis. Para isso, sugere-se como análise para essa abordagem três contos: *A chinela turca*, publicado em 1875; *Um homem célebre*, de 1883; *Pai contra mãe*, tornado público já no século XX, em 1906.

Considero ser a tônica deste trabalho a busca pela presença de um movimento multicultural compondo o quadro da formação da sociedade carioca em meados do século XIX. Para principiar os trabalhos dessas buscas, torna-se fundamental repassar pelas configurações históricas que fizeram a cidade do Rio de Janeiro importante polo comercial, político e cultural – esse foi meu primeiro exercício.

Penso nunca permitirmos perder os fios das linhas de composição da nossa História. Assim, vale ressaltar que, por este trabalho, passam questões de memórias atreladas a questões étnicas e culturais, modos de vida, povos, performances diversas num exercício que envolve literatura, história – que passam pelo factual e pelo caráter da verossimilhança. É um exercício que vagueia entre o real e o imaginário. O escritor e a realidade. Interessam-me as narrativas históricas e as literárias. Talvez, tenho pela frente um novelo a desfazer, irei puxar a primeira ponta da linha.

O capítulo que abre essas discussões, “Contexto histórico, político, social e econômico do Brasil colonial”, é dedicado a um breve relato do lugar do Brasil no cenário americano como fruto da política mercantilista europeia, nessa busca empreendida por alguns países europeus com a finalidade de angariar fundos, juntar riquezas. O capítulo faz um repasse pelos modos como os portugueses se apossaram da terra, implantando aqui uma política econômica cruelíssima que visava ao forte protecionismo com medidas que tanto impediam a colônia de produzir manufaturas de qualquer espécie quanto proibiam de estabelecer comércio com outras nações. As discussões que enfocam esse período da nossa História estão centradas em alguns anos do Brasil Colônia, com ênfase na cidade do Rio de Janeiro.

O projeto colonial português passa unicamente pela exploração de tudo que a terra pode oferecer. Tal exploração se constituiu como o principal elemento na manutenção de uma balança comercial favorável pelas nações europeias. É pertinente observar, nas palavras de Costa e Mello (1990, p. 37), a forma como viram o projeto colonial ao afirmar que “a economia das colônias completava a economia dos países que a dominavam”. As colônias

eram responsáveis pela exportação de matérias-primas, produtos tropicais diversos e riquezas minerais e importavam produtos manufaturados. É essa relação de exclusividade firmada pela metrópole que ficou conhecida como **pacto colonial**. Interessa-me grandemente esse pedaço da nossa História. Rever as circunstâncias na História que firmaram o Brasil em um contexto de exploração imposto pelos colonizadores europeus implica a compreensão de que sociedade se produziu diante desse cenário.

Para pesquisar os aspectos mais interessantes do Rio de Janeiro no período colonial, é mister voltar às buscas que contemplem em cartas régias provisões, leis, editais, alvarás, pareceres e demais legislações que visam a modelar as relações que se estabeleciam entre as metrópoles e as colônias. A lógica do sistema colonial e o direito inquestionável da metrópole se assentavam sobre o poder absoluto exercido pelo rei. Esse foi o modelo validado e socializado entre todos da colônia, pois, segundo Cavalcanti (2004), quanto à submissão, configurava-se de tal forma “a ponto de os conselheiros ultramarinos serem capazes de seguir à risca as ordens reais e as colocarem em prática, sem questionamentos. E, quando chamados a opinar sobre um determinado assunto ou problema que lhes era solicitado pela Corte, o faziam segundo as normas dominantes [...]” (Cavalcanti, 2004, p. 73).

Para marcar essa dominação, estabelecer critérios de organização no intuito de dirimir os rumos da colônia, o Império brasileiro (1822-1889) cria por todo o país uma série de medidas visando à organização estrutural da colônia. Era de grande preocupação fazer assim. Nesse sentido, para rever e ajudar a entender como a estruturação da colônia estava sendo pensada, vali-me de documentos produzidos nos tempos do Brasil Colônia: as Cartas Régias, que me trouxeram ideias esclarecedoras desse intento. Buscar esses documentos para entendê-los como fonte rica, ou repositórios memoráveis de buscas e pesquisas. Interessa à literatura tais documentos legais, oficializados pelo Império enquanto manuscritos que trazem resquícios de organização social e política de uma época. Ainda, utilizo as Cartas Régias como material para a elucidação da obra literária na condição de uma produção escrita. De certa forma, embora se constituam de valor histórico/documental, as cartas são lugares de narrativas. Além do mais, são fontes ricas para pesquisas do campo da filologia, passando pela crítica textual até um breve entendimento de uma forma de expressão escrita de uma época.

Busco, nesse capítulo, o enfoque de um Brasil Colônia que se mostra em um processo de construção fremente. Nesse ínterim, entrelaçam-se economia, política e também a constituição de um povo, a formação social de um país adquirindo contornos, possibilitando

futuramente se falar em questões de identidade nacional. O que passa por esse projeto é a possibilidade de (re)ver todo esse contexto histórico e a produção machadiana, na condição de homem das letras, e a retratação desse quadro. A literatura se configura, em parte, ao beber nessa fonte do social, do histórico, do político e do econômico. Machado não se deixou passar despercebido dentro dessa conjuntura. Interessa compreender as circunstâncias desse Brasil Colônia para tentar entender as bases nas quais se deu a afirmação do país nesse lado sul da América. Em consequência, quais ares ganha a nação em termos de configuração social numa terra marcada por forte presença afro-indígena e, do outro lado, o europeu, explorador de riquezas? Mais precisamente, sob quais aspectos e fundamentos a sociedade carioca estava se desenvolvendo?

No segundo capítulo desta pesquisa, “A cidade do Rio de Janeiro colonial: da burguesia à escravidão”, senti-me quase que na obrigação de trazer esses dois polos de representação social dos tempos do Brasil colonial. Inicialmente, apresento algumas questões que ajudam a entender, outra vez, como se deu a constituição social da cidade. A cidade que se alçou à condição de capital do Brasil em 1763 se consolidava como um grande paradoxo. Se por um lado já era vista como uma cidade promissora, pensada e preparada para um futuro, por outro, convivia com uma série de questões que não cooperavam para os avanços projetados. Interessante recordar que, a partir de 1763, constroem-se os mais importantes palácios, fortalezas, aquedutos, igrejas, museus e bibliotecas. No Rio, lutou-se ferozmente contra os franceses (no século XVI), ao Rio chegou mais de um milhão de escravizados, vindos de diversos países africanos, a partir de 1758; ali, Tiradentes fora enforcado em 1792. Ainda, em 1808, a cidade recebe toda a Família Real, proveniente de Portugal, que desembarca e muda a vida da futura metrópole. Altera-se o modo de vida da população, o Rio ganha inúmeros benefícios: cria-se o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, revitalização da imprensa – tudo isso começava a reestruturar e a mexer com o cotidiano de toda a cidade. A República fora proclamada ali, em 1889. No Rio, deu-se a Revolta da Armada, em 1893.

Porém, questões adversas a essas conquistas fulguravam pela cidade inteira. Talvez, a mais séria se assentava na mácula escravocrata. Era como uma nódoa, algo de difícil resolução, até para os dias atuais. Muito desumano, centenas de negros escravizados em condições precaríssimas de sobrevivência expostos em vias públicas para serem vendidos ou trocados, ou estavam amontoados em armazéns esperando interessados. Condições de higiene mínimas se notavam em torno desse comércio que se tornou clandestino no Brasil a partir de 1850 com “A Lei Eusébio de Queirós”. Assim, a cidade crescia, expandia-se em todas as

direções sem a mínima ordenação. Surgiam ruas, vielas num ritmo crescente, descontrolado. Espantavam-se moradores e estrangeiros presentes na cidade ante as péssimas condições higiênicas. Entre tantos problemas estruturais com os quais a cidade convive, foi acometida também por diversos surtos de doenças infectocontagiosas que, entre 1850 e 1851, fizeram milhares de vítimas na cidade.

Importante esse capítulo no sentido de poder pensar também quão plural era a constituição social da cidade e as divergências existentes. O Rio de Janeiro trazia em seu seio uma presença muito forte de influências africanas: negros escravizados trabalhando na cidade em diversas funções – tanto em casas de seus proprietários quanto em fazendas e até mesmo em pequenas atividades no comércio; em contrapartida, a cidade já possuía um número significativo de empresários atuando em diversos ramos. Por outro lado, pelo porto do Rio de Janeiro transitava uma quantidade enorme de viajantes oriundos de diversos cantos do Brasil e do mundo que fixavam residência na cidade ou estavam somente de passagem. Destaca-se assim a imensa influência social e cultural que a cidade sofria. Comerciantes portugueses, em sua maioria, franceses, italianos, traficantes de escravos de diversas nacionalidades; ainda, no comércio do centro do Rio de Janeiro estavam presentes produtos importados de toda a Europa.

De lugar cativo na constituição do tecido social carioca está a empresa do engenho de cana-de-açúcar. Destaquei essa passagem, pois é impossível pensar a vida social brasileira, o patriarcalismo, o efeito do espírito das subserviências advindo a partir da implantação dos engenhos de açúcar. Gilberto Freire, em *Casa Grande e Senzala*, assegura que a base da formação familiar e social brasileira está no que se projetou nas configurações das relações estabelecidas por ocasião da implantação dos engenhos de açúcar. Importa realçar os elementos e as influências constituintes da base dessa empresa. Seu proprietário, geralmente, um branco, europeu, português, dominador, que veio para o Brasil com intuito de enriquecer. Ao seu derredor, comandados que lhe rendiam obediência severa.

Em sua maioria, escravos importados vindos do continente africano desempenhavam as mais diferentes funções, amas de leite, negros e negras escravizadas em funções domésticas diversas, meeiros e alguns trabalhadores livres, filhos, filhas, netos e netas e demais agregados, além de um padre – fazendo parte do dia a dia do engenho –, que reconhecia no seu senhor poderio econômico, atribuíam-lhe lugar de honra e muito respeito. Todo grande engenho era reconhecido por um nome e, geralmente, esse se misturava à figura do seu poderoso dono. Destaca-se, nesse espaço, o lugar que cada membro ganha na empresa.

Ademais, uma gama de influências contracenava insistentemente: escravizados/as, a família do homem branco, filhos/as do cativo e do homem livre, moças e rapazes, escravizados ou não, as missas, o padre e a influência da igreja, todos em um mesmo ambiente.

A constituição da empresa engenho de açúcar traz marcas heterogêneas de múltiplos relacionamentos. A casa-grande, a igreja e a senzala impõem influências decisivas na formação da vida social nos engenhos. São de características bastante distintas, porém dividem o mesmo espaço. Importa ainda salientar o diálogo que o engenho trava com a vida social urbana e a cidade com o engenho e a troca de influências nesse transitar. O engenho exportou para as cidades brasileiras práticas, usos e costumes, modos de vida, como também influências étnicas e culturais pelas intensas marcas de diversidades que conseguiu reunir em um mesmo ambiente.

Assim, no intuito de ratificar as influências trazidas pelas práticas marcadas pela presença dos engenhos de açúcar, enfoco algumas passagens da obra de José Lins do Rego, em *Menino de Engenho*, que demonstram marcas da forte influência da presença dessa empresa na vida colonial brasileira. Realça-se a figura do “coronel” como coluna maior de sustentação dos valores, autoridade e poder que seu posto detém e faz emanar.

A presença dos engenhos no Brasil colonial que se estende aos demais períodos históricos, no Rio de Janeiro, interessou-me à medida que percebo imprimir marcas intensas de sociabilidades por toda a cidade. Em seu *Tratado descritivo do Brasil 158*, Gabriel Soares de Sousa faz frequentes alusões à presença de engenhos nos arredores da cidade: “Neste Rio de Janeiro se pode fazer muitos engenhos por ter terras e águas.” (Sousa, 2014, p. 92). Em outro momento: “E é muito farto de pescado e marisco e de muita caça, cuja terra é grossa e boa, e tem muitas ribeiras para engenhos que se vêm meter neste rio [...]” (Sousa, 2014, p. 54). As lavouras da cana-de-açúcar se expandiram por todo o Rio de Janeiro: Tijuca, Laranjeiras, Gávea, Andaraí. Foram seis os maiores e mais importantes engenhos no Rio, todos traziam as mesmas configurações: tocados por força física dos escravizados, tendo um senhor donatário, que tocava a empresa carregado de notoriedade, altivez e poder. Todas essas marcas ajudaram a compor o quadro multicultural de formação da sociedade colonial da cidade.

Esta tese possui duas partes bastante distintas. Nos dois primeiros capítulos, aproprio-me de algumas questões históricas que delineiam alguns traços sociais do Rio de Janeiro nos tempos coloniais, a partir de enfoques políticos e econômicos, os quais deram pistas de muitos elementos dessa composição. Nos dois próximos capítulos me empenho em

questões mais propriamente literárias. Após um breve percurso pelos rastros da História, o capítulo 3, “Literatura – entre o real e o imaginário”, sem perder de vista a trama existencial entre história e literatura, apresenta questões como a figura do escritor inserido num contexto real, esse como agente que sente a necessidade de representação do mundo. Em outro momento, o capítulo trata de temáticas que envolvem a possibilidade de a arte refletir a problemática da identidade nacional.

Transitando entre diversos momentos da nossa História, a literatura trouxe para seu interior reflexões sobre o homem em suas diversas configurações. Costumes, falares, linguagens, modos de vida, lugares, manifestações culturais e étnicas compõem e fazem parte do escopo de representação da literatura.

Desse modo, interessa-nos a intensidade desse diálogo travado pelas duas representações. Imagina-se que pelo viés histórico passe o compromisso com a realidade. Enquanto isso, pela literatura transcorre o caráter inventivo, o ficcional. O artista da palavra não lida com “verdades”, mas sim com a possibilidade de ter ocorrido, interessa-lhe o caráter da verossimilhança. Importa observar que literatura e história vivem das narrativas. O texto literário, carregado de expressões que denunciam o ser humano e suas práticas, utilizando-se da escrita que faz a história, traz um fio tênue que lhes separa: a forma dessa representação. Divergindo da representação histórica, a literatura, apesar de utilizar a palavra como meio de expressão, rompe o caráter dicionarizado da expressão.

Assim, história e literatura tanto se aproximam quanto se afastam. Os pontos convergentes e os divergentes são como polos que se atraem e se repelem. Presente na História, há a coisa acontecida, enquanto na literatura, a verossimilhança. Entre as duas formas de narrar, há tessituras que podem se confundir, pois é possível a percepção de que há na História uma quase presença de diversos fatos sendo narrados, algo que beira o fictício. Os dois campos do saber desfrutam de fronteiras muito próximas.

O capítulo três é um ponto de intersecção que transita entre a História e a Literatura. Assim, ao fim do segundo capítulo, sem perder de vista o foco das narrativas históricas, contendo elementos constituintes de como se deu a formação social carioca pelas vias da História, escorrego pelas veias da literatura para alcançar o propósito final deste trabalho que é atestar essa presença multicultural

De certa forma, trago questões de memória, aposso-me dos registros de histórias que traduzem a humanidade e das configurações que as relações políticas e as de poder produzem

na sociedade. A história se constitui assim em um conglomerado de relatos e, como testemunho, vieram-nos em forma de narrativas.

Sabe-se que a ciência histórica supera os limites do processo de transmissão oral do passado constituindo bibliotecas e outros arquivos fornecendo, com isso, os materiais da história. Porém, entendemos que o fato histórico não é objeto dado, acabado, assim como não passa por documento ser material objetivo, bruto, pois a historiografia contemporânea tem lançado novos olhares sobre os aspectos metodológicos, o que se constitui em novos modos de análises: “semelhantermente a um caleidoscópio, vemos uma História, plural, múltipla, multifacetada, pois não conseguimos defini-la, apreendê-la, torná-la estática para a dissecarmos” (Silva, 2004, p. 23). Lembrando Foucault e Le Goff, o documento é um monumento e esses documentos se caracterizam por serem diversos por sua abrangência, sejam gestos, sejam palavras, são múltiplos.

Nesse contexto, ao concentrar esforços em estudar aspectos da cidade do Rio de Janeiro, ao propor verificar como os três contos de Machado aqui apontados contribuem para a constatação desse movimento, volto a esse passado e introduzo nele um aspecto novo: o fenômeno do multiculturalismo, termo que ainda não era objeto de estudo naqueles anos de meados do século XIX.

Com isso, para além de outras fulgurações, consegui perceber nos contos elencados sinais interessantes de representações de diversidades culturais e étnicas, marcas de um estrangeirismo presente com bastante força no seio dessa sociedade apresentada por Machado de Assis. “Quer usado como meta, conceito, atitude, estratégia ou valor, o multiculturalismo costuma referir-se às intensas mudanças demográficas e culturais que têm ‘conturbado’ as sociedades contemporâneas.” (Moreira; Candau, 2008, p. 7). Pretendo abordar as ideias do multiculturalismo dessa ótica por onde vagueia o diverso, o pluri, sinais já existentes em meados do século XIX, trazidos na obra machadiana.

A partir dessas ideias, reflito como elementos representantes de diversas culturas habitam a cidade do Rio de Janeiro. Mais precisamente, falar em multiculturalismo é reconhecer que as marcas de pluralidade cultural se tornam responsáveis pelo desenvolvimento material e cultural da humanidade. Narrando os enlaces amorosos, as decepções dos relacionamentos, os embates que marcam e demarcam o lugar de uma multiplicidade de figuras sociais, o escritor nos faz pensar numa cidade com sinais de diversos tons e de diversas marcas culturais.

Logo, após fazer esse percurso que vai da abordagem histórica de alguns momentos do período colonial do Brasil, focados mais precisamente no que concerne à formação social da sociedade carioca e discussões pertinentes à produção literária, vista essa como lugar de expressões da conduta humana, notabilizada pelo registro da presença de valores étnicos e culturais que engloba usos e costumes, marcadores sociais, falares, ou seja, caracteres diversos em permanente processo construtivo, o último capítulo desta tese apresenta sinais e resquícios de marcas de multiculturalidade presentes na formação da sociedade colonial carioca de meados do século XIX deixados por Machado de Assis.

Para Joe Kincheloe e Shirley Steinberg (1997), o multiculturalismo pode significar tudo e, ao mesmo tempo, nada. Daí a necessidade de especificar o sentido do que pretendemos dizer (Moreira; Cadau, 2008, p. 7). O entendimento de multiculturalismo que passa por este trabalho está baseado em pressupostos da existência de uma sociedade culturalmente diversa. Assim, há uma diversidade de vertentes para o estudo do multiculturalismo.

A partir dos contos indicados, a temática apresentada aqui parte do entendimento da existência de grupos culturais diversos já presentes no seio da sociedade carioca de meados do século XX. Somos parte de uma sociedade de marcas bastante heterogêneas. Esse resultado se deu devido às intensas correntes migratórias existentes em todo o planeta. Decerto, após o Renascimento, intensificam-se as necessidades de deslocamentos. Impulsionado pelas grandes invenções, pelas grandes navegações e descobertas, surgem novas rotas, abrem-se outros caminhos, habitam lugares diversos do seu. Com isso, as massas humanas, ao migrarem, carregam consigo valores, práticas, usos e costumes, falares que se constituem como fonte de inovação, criatividade que revigora os espaços e enriquece as relações. Mas, por outro lado, podem também oprimir, segregar, dizimar culturas e outros valores, principalmente de povos originários do novo mundo.

Uma das marcas da diversidade cultural são as trocas existentes entre os membros ocupantes desses espaços. É notável a presença do outro fazendo parte de comunidades que não são de sua origem. Essas revelações se fazem em sinais publicizados no gosto pela culinária, estão intrínsecos nos modos de falar, de se vestir, de se comportar em festas, comemorações, crendices e cultos; assim, ao se externarem e se mostrarem insistentemente, externam seus valores e ao mesmo tempo recebem influências do local que habitam.

Então, está no quarto capítulo deste trabalho, “Multiculturalismo colonial em contos de Machado de Assis: uma visão sobre a cidade”, a tônica que justificou a trajetória empreendida até aqui. Os três capítulos anteriores com enfoques históricos e questões literárias visam dar sustentação ao que buscamos verificar – esse multiculturalismo em movimento – nos contos produzidos por Machado de Assis. Os três contos, a saber: *A chinela turca* (1875), *Um homem célebre* (1883) e *Pai contra mãe* (1906), repletos de sinais históricos, de maneira subjetiva, trazem também elementos configurativos que se constituem em traços reveladores de marcas da formação e constituição da sociedade carioca de meados do século XIX.

Nos contos, assim como nos romances, o drama existe porque está nos caracteres, nas paixões, na situação moral das personagens, na faculdade de volição. Incansável em sua busca de uma teoria para a alma humana, Machado procurou descobrir sob a máscara social a identidade do ser. Aqui, talvez, o conflito básico dos contos machadianos: o social a sufocar ou travestir, sob a conveniência e dissimulação, o natural. Essas temáticas que passam pelas obras machadianas estão nos clássicos, seus inspiradores, leituras frequentes de Machado de Assis. Refletindo acerca das influências de autores que Machado recebe, Bosi (1994, p. 381) afirma que “com os respingos de palavras stendhalianas e de sensações tomadas de empréstimo à trama dos romances franceses, é notável o modo como sua prosa foi ganhando corpo e direito de cidadania nas letras brasileiras.”

Dessa forma, o que me trazem os contos escolhidos? O que me revelam? Foram escolhidos considerando diversos aspectos bastante significantes que moldaram o intento maior desta pesquisa: o enfoque multicultural. Além de se constituírem como registros reveladores de traços sociais das marcas de um povo de determinada época na História do país, revelam uma forma bastante peculiar de seu autor visualizar e transformar em narrativas as impressões que vieram de uma sociedade que estava ganhando forma, mas também já impregnada de uma variedade significativa de caracteres representativos de variadas formas de expressões culturais que já habitavam o espaço carioca. Enfim, a narrativa empreendida por Machado nos textos selecionados deixa pistas de que o Rio de Janeiro já trazia fortes sinais do encontro de variados povos em suas mais diversas formas de expressão.

Em *A Chinela Turca*, deparamo-nos com personagens como Bacharel Duarte. O referido conto, repleto de elementos significativos para o alcance do tema proposto, ao jeito machadiano de criar suspenses, traz interessantes passagens que denunciam a presença do estrangeiro na cidade. Duarte não era personagem representante da mais alta sociedade

carioca. Estava num meio termo. Machado arrumou espaço e lugar devido para cada um desses caracteres idealizados em suas obras. É assim que representou a formação dessa sociedade.

Inicialmente, em *A Chinela Turca*, estampa-se uma primeira marca de costumes socializados dos meados do século XIX e que Machado fez questão de registrar: “Vede o Bacharel Duarte. Acaba de compor o mais teso e correto laço de gravata que apareceu naquele ano de 1850, e anunciam-lhe a visita do Major Lopo Neves. Notai que é noite e passa das nove horas.” (Assis, 2002, p. 65).

Assim, facilmente percebemos que detalhe algum foge à percepção aguda machadiana. Soube ele, muito bem, além de apresentar os personagens, caracterizá-los em seus aspectos físicos e psicológicos, fixar-se em detalhes que representam certo segmento da sociedade carioca daqueles anos. “Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza.” (Holanda, 1984, p. 50-51). Machado de Assis soube genialmente explorar esses vestígios sociais de seu tempo. Os títulos, as honrarias alcançadas acompanhavam a tradição que fazia parte da formação de uma elite cultural e burocrática, implantados no Brasil, trazidos de Portugal.

É bastante significativa rever a importância do título de bacharel que agraciava muitos cidadãos nos tempos iniciais do Brasil colonial e que se estendeu por todo o período imperial. Machado, atento aos movimentos das configurações políticas desses períodos, não deixou de trazer em suas narrativas a presença dessas figuras do seu tempo. Estas, de certa forma, ajudavam a compor o quadro da formação social da sua cidade. A esse respeito, o historiador Éder Silveira faz importante observação ao referir-se ao título de Bacharel empregado por Machado nesse conto:

O bacharelismo grassava nos mais variados campos da vida social brasileira, onde raramente alguém seguia uma carreira de acordo com sua formação acadêmica. O título era uma chave, que além de servir para abrir as portas para a ascensão social, era usada largamente para compor a figura do medalhão².

² Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/02_raizes.htm#_ftn1.

Nessa passagem, ganham destaques, como marcas de um tempo, o tratamento cerimonioso: Bacharel e Major. Isso já nos leva a depreender acerca do ambiente dessas personagens e da classe da qual elas fazem parte. Em uma sociedade marcada por fortes traços separatistas, de um lado, a cor da pele dos escravizados e, do outro, os demais, marcados pelas origens não africanas, um título concedido a qualquer cidadão, era linha demarcatória de participação social. “O título de capitão-mor arianizava os próprios mulatos escuros – poder mágico que não chegaram a ter tão grande as cartas de bacharel transformadas em cartas de branquidade [...]” (Freyre, 2003, p. 456). Já Freitas (2010, p. 83) nos lembra que “o bacharelismo atuou como forte característica do Brasil imperial, apesar da emancipação política, o país ainda continuou a herdar uma forte tradição colonial escravista e ruralista [...]” Importam-nos essas marcas, tanto históricas quanto na literatura, elas assinalam passagens de configurações de uma época que Machado soube muito bem captá-las.

Na passagem seguinte, mais uma vez, o olhar aguçado sobre o processo de aculturação de um povo se mostra mais latente: “A segunda é que ele preparava-se justamente para ir ver, em um baile, os mais finos cabelos louros e os mais pensativos olhos azuis, que este nosso clima, tão avaro deles, produzira.” (Assis, 2002, p. 65). Essas cores, esses tons e esses matizes trazidos por Machado se constituem em mesclas que compunham um pouco do quadro da sociedade carioca em sua formação plural. Esses caracteres diversos só vêm confirmar nosso processo multicultural. Um país, já ali, em meados do século XIX, que ganhava formas e configurações, pois:

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. (Gomes, 2007, p. 17).

Machado coloca-se como observador, crítico social do seu tempo. No exercício da sua produção, olhou, viu e enxergou traços que somente um grande mestre poderia dar conta. Com uma visão bastante aguçada, transferiu para suas obras robustos sinais de um Rio de Janeiro plural, de uma formação social em seus aspectos étnicos e culturais muito diversificados.

Esse conto despertou-me interesse pelas circunstâncias que passam por ele. Para além dos olhos azuis e dos cabelos finos e loiros de Cecília – nome que Machado demora a

introduzir na narrativa – que contracenam com os olhos castanhos do Bacharel, depreende-se da alusão a essas cores, que vagueiam entre cabelos, olhos e cor de pele, o caráter de miscigenação pelo qual passava sua cidade. A começar, o título que faz alavancar toda a narrativa machadiana traz marcas da presença de um estrangeirismo na cidade. A princípio, desperta-nos a atenção por parecer tratar-se de asiáticos e seu vigoroso comércio praticado no entorno do mundo árabe e Europa, mas que também já se tornara presente na cidade do Rio de Janeiro que recebia povos oriundos de todos os continentes. Assim, *A Chinela Turca* (1875) desponta como bom exemplo da intensidade desse movimento intercultural vivido pela cidade do Rio de Janeiro colonial que se constitui na busca maior desta pesquisa.

O segundo conto sugerido para a busca desta pesquisa é *Um homem célebre* (1883). Seu personagem central, Pestana, vive um intenso conflito, uma briga interior gravitando entre dois polos. Ademais, o que dá sustentação à existência do personagem é essa instabilidade que passa pelo alcance do reconhecimento do sucesso local e a angústia de suas composições musicais que não carregam os dotes dos grandes clássicos reconhecidos na Europa, consagrados pelo mundo. Interessou-me esse conto à medida que reúne alguns elementos que insinuam a existência de influências representativas de outras culturas na cidade. O personagem central é o mais franco representante da existência da interculturalidade nos tempos do Brasil colonial.

Em *Um Homem Célebre*, imperam as marcas de uma sociedade europeizada, representada por seu personagem mais importante, Pestana. “Não era baile; apenas um sarau íntimo, pouca gente, vinte pessoas ao todo, que tinham ido jantar com a viúva Camargo, rua do Areal, naquele dia dos anos dela, cinco de novembro de 1875... Boa e patusca viúva!” (Assis, 2002, p. 1). Tais elementos trazidos por esse conto reforçam a ideia de uma cidade repleta de movimentos importados, principalmente da Europa. O evento aqui aludido representa um tanto do Machado lidando com personagens da mais fina sociedade carioca.

Nesse conto, o Bruxo do Cosme Velho desliza na idealização de uma sociedade e personagens deslocados, montados a partir de uma perspectiva que, nas palavras de Bosi (1976, p. 28), “é aquela mistura de luz e sombra no interior de consciências divididas entre a moral dos sentimentos, das relações primárias, e a nova moral triunfante, que talvez se possa chamar ‘realista’ e utilitária, já que ‘burguesa’ parece não propriamente um termo falso, mas por demais genérico.” Tanto que o personagem principal vive e convive com um quadro íntimo e bem particularizado de angústias que, na sua vida prática, está entre as polcas (representa o gosto musical das camadas mais simples) e os clássicos, seus objetos de

inspiração: Mozart, Beethoven, Bach (representantes do mais fino gosto musical, aristocrata, burguês). O conflito vivenciado por Pestana é essa marca que assinala o estar entre lá (a Europa) e cá (o Brasil). Pestana é a figura de grande representatividade dessa mescla de influências estrangeiras e a cor e os gostos locais.

Logo, esse conto apresenta grande contribuição na aferição de marcas plurais de representações culturais. Pestana acaba por constituir uma importante chave para principiar a abertura de discussões que passam pelas possibilidades das influências externas em termos de manifestações culturais que a cidade sofria. *Um homem célebre* (1883) traz um homem fino em gosto musical, mas de grande desgosto com o local, “tão genial” em suas composições, mas que lhe deixam muito distante da Europa e essa percepção é o motivo maior das suas tormentas. Ou seja, uma figura que vive em duplicidade, vive uma ambiguidade de sensações, que patina entre idealizações com os maiores clássicos da música europeia e a fama adquirida com suas polcas em meio à realidade carioca. O conto em questão vem recheado das finas ironias machadianas. Trata-se de um músico bastante pretensioso, mas não consegue alcançar voos maiores, porém, mesmo dentro do seu quadro de mediocridade, é tratado como “célebre” por Machado.

O terceiro conto sugerido para a busca da presença de um multiculturalismo existente na cidade do Rio de Janeiro, pleiteado neste trabalho, é *Pai contra mãe* (1906). Machado de Assis, sempre antenado com os mais diversos movimentos sociais e políticos que atravessam a vida da sua cidade, não deixou de tocar em questões e nas consequências montadas pela gana comercial que conduziu forçadamente milhões de negros escravizados para o Rio de Janeiro. O conto nos interessou como registro de uma narrativa representativa do traslado de representantes, embora de jeito muito cruel, de diversas nações africanas que se fixaram forçadamente, num primeiro momento, na cidade do Rio de Janeiro.

Transportados para cá, os africanos trazem consigo também todas as configurações de suas múltiplas representatividades étnicas e culturais. Instalados no Rio, em convívio com representantes de outras culturas, mesmo em condições escravas, esses povos deram imensas contribuições para a constituição da sociedade brasileira. O conto em questão traz fortes sinais de uma convivência conflituosa entre africanos escravizados e homens brancos, livres em um mesmo espaço na sociedade carioca.

Os africanos trazidos para o Brasil trouxeram seus idiomas, práticas, cultos, crenças, usos e costumes. Apesar de todo horror e sofrimento, mantiveram muitas de suas raízes, ajudaram no quadro de composição multicultural da sociedade do Rio de Janeiro. Importante

salientar que o referido conto traz como núcleo o próprio regime de escravidão e as marcas deixadas na história social da cidade: “a escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais”. *Pai contra mãe* deixa perceber com grande clareza a idealização de uma sociedade arcaica, cujos hábitos antigos e cerimoniais e cujas atitudes ditas “convencionais” dissimulavam na boa educação, como nos modos polidos, toda a violência de uma sociedade escravocrata. Revela passagens que denunciam uma sociedade miscigenada, marcada pela presença do africano e toda espécie de violentação sofrida.

O que nos trouxe esse conto foi a possibilidade de visualizar a forte influência deixada pela presença dos negros escravizados na cidade carioca. Sem dúvida, a importação dos africanos para a cidade, mesmo em condições escravocratas, não impediu de deixar ali frutos de suas origens que ficaram estampados no modo de vida, nos usos e costumes até os dias atuais.

De certa forma, nos contos elencados, Machado nos mostra, de modo enfático, uma sociedade carioca com heranças culturais de um passado escravocrata recém-abolido, resquícios de colonialismo e de uma cidade em processo de construção. A cidade que fora erigida a muitas mãos é essa mesma que se fez, resultado do entrelaçamento de variadas culturas, diversos povos. Machado deixou-nos pistas de uma cidade sendo construída com base na diversidade. Qual seria, portanto, a constituição social da cidade do Rio de Janeiro nos tempos coloniais se não foi a marca multicultural? Assim, “a problemática multicultural nos coloca” de modo privilegiado ante os sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades e lutando por seus direitos de cidadania plena na nossa sociedade, enfrentando relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão” (Candau, 2008, p. 17). Enfim, as questões que envolvem multiculturalismo – culturas e deslocamentos – estão envoltas no caráter da resistência que passa pelo reconhecimento e respeito à diversidade. Machado, nos trabalhos aqui escolhidos e em outros, concedeu espaços e notou a presença dessas influências na composição social da cidade do Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, a presente tese tem por objetivo verificar a presença de um multiculturalismo em movimento na formação da sociedade carioca nos três contos de Machado de Assis, produzidos em períodos da nossa história que se estendem desde o Brasil colonial ao republicano. Assim, torna-se interessante analisá-los criticamente como fontes de retratação da formação social da cidade do Rio de Janeiro em seus aspectos identitários da atualidade como repositórios de memória cultural.

Como objetivos específicos, almeja-se discutir concepções teóricas acerca de multiculturalismo e identidade nacional. Logo, é salutar identificar alguns aspectos do contexto político, econômico e social dos meados do século XIX, em documentos oficiais do governo e em outras fontes, nos tempos do Brasil Colônia, e suas possibilidades de influências na produção contística machadiana.

É perceptível que falar em diversidade cultural é entender a humanidade em seu constante processo formativo, pois “a diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo” (Lima, 2016, p. 17). Os contos tratados aqui estão atravessados por esses momentos históricos de nossa formação cultural. Revisitar os anos do Brasil colonial e imperial, as ocorrências políticas e econômicas desses períodos, deter-me a essas narrativas históricas e proceder ao estudo desses contos me ajudaram a compreender quão plural e heterogênea foi a constituição da sociedade carioca e brasileira.

1. Contexto Histórico, Político, Social e Econômico do Brasil Colonial

1.1 O Espírito mercantilista do capitalismo e o pacto colonial

“No entanto, a imagem do Estado paternalista e colonizador parece difícil de extirpar da mentalidade das nossas elites. E, na medida em que permanece, dificulta a participação ampla das massas no processo econômico e sua promoção política e social.” (José Arthur Rios)

Para entender o contexto que coloca o Brasil no centro das configurações e da formação social, política e econômica da atualidade, importa pensar o seu contexto como nação e interessa puxar os fios da História que deram traços e contornos a um país multifacetado, multicultural, com uma diversidade imensurável de valores étnicos e raciais na sua composição, desde os princípios na condição ainda de país colonizado.

Sabe-se que no esboço que formatou a idealização do dito “achamento” da terra Brasil, diante das riquezas naturais que a compõe, há de ressaltar que o território estava sendo pensado, reconfigurado e idealizado para a exploração da terra, seus valores e suas riquezas naturais.

É nesse sentido que se percebe facilmente o Brasil como fruto de um processo advindo de diversas decadências que afetavam toda a Europa, que acabava de vivenciar uma fase bastante discutível em termos de progresso e um certo desencantamento que o sistema feudal produziu ali. Antes, porém, o regime escravista, anterior ao Feudalismo, segundo Nélson Werneck Sodré, mesmo que propiciasse “a divisão do trabalho em grande escala, entre a agricultura e a indústria, criou condições para o florescimento da cultura do mundo antigo. (Sodré, 1963, p. 18). Mas, segundo ele: “[s]em a escravidão, não teria existido o Estado grego, a arte e a ciência próprias do helenismo. Não teria existido o Império Romano. E sem tais etapas históricas, não teria surgido a Europa moderna, nas condições em que surgiu, e que motivaram o surto mercantil, as grandes navegações e a descoberta da América” (p. 17). Porém, com o passar dos tempos, tal sistema revela sintomas de deterioração.

Com uma camada imensa de uma população que não contribuía com os impostos, logo, camponeses que suportavam a carga militar e o ônus dos impostos percebem o peso que estava sobre seus ombros: “[p]ouco a pouco, o latifúndio se fragmenta e os escravos são substituídos por trabalhadores livres que pagam taxas ao senhor, vinculados à terra, mas não

escravos. Das ruínas do regime escravista, assim, surge o colonato, que engendra o feudalismo. (Sodré, p. 18, 1963). Estampa-se uma nova era nos ares europeus. Nesse contexto, na relação entre senhores de terra e trabalhadores, processam-se profundas alterações. Nova configuração social e relações de poder são estabelecidas: “[o] processo de feudalização consiste na distribuição das terras pelos senhores e na conversão dos que trabalhavam as terras em servos da gleba. O lema da época é, por isso mesmo, ‘não há terra sem senhor’” (Sodré, 1963, p. 19). O novo sistema, além de estabelecer novas relações sociais, inaugura a descoberta e o acondicionamento a uma série de novidades.

De início, o feudalismo proporcionou um surto das forças produtivas. Tal surto ficou assinalado, entre outros, pelos acontecimentos seguintes: o aparecimento do arado de ferro; o desenvolvimento da viticultura, da vinicultura e da horticultura; a criação, particularmente do cavalo; o progresso na fundição e elaboração do ferro; o aparecimento da roda hidráulica, da pólvora, da artilharia e, finalmente, da bússola e da imprensa. (Sodré, 1963, p. 19–20).

Com esse novo aparato “tecnológico”, o Feudalismo se firma na Europa entre os séculos V e X, imprimindo o que se poderia chamar “raízes do capitalismo”. A esse respeito, Sodré (1963), é enfático em dizer que

O processo fundamental da criação do mercado interno está na divisão social do trabalho, entretanto, quando a economia doméstica se transforma em manufatura, como acentuam os estudiosos, o servo deixa de produzir para o senhor feudal e passa a produzir para o mercado. O desenvolvimento do mercado interno confunde-se com o próprio desenvolvimento do capitalismo. (p. 21)

Nesse momento, quando se começam a firmar as primeiras teias do espírito mercantilista e o capitalismo começa a ganhar formas, expandem-se também as conquistas ultramarinas. Era o declínio feudal. Importante é a forma como Sodré (1963) nos coloca essa questão no momento em que as configurações do sistema feudal, em suas relações sociais, começam a sofrer alterações: “[q]uando o desenvolvimento histórico atinge tal etapa, os ofícios mostram-se insuficientes para atender ao consumo e começam a desintegrar-se: os mestres mais ricos tornam-se capitalistas; os mais pobres, os oficiais e os aprendizes tomam-se assalariados” (p. 20). A Europa central passa a experimentar uma desintegração de cunho social para fazer surgir outras fórmulas de relações. Assim, o mesmo autor certifica-se de que: “[d]esdobra-se, nas oficinas, a divisão do trabalho: aparecem as manufaturas, começando na

Itália, no século XIV. O novo mercado mundial surge, finalmente, das grandes descobertas dos fins do mesmo século” (Sodré, 1963, p. 20). Pode-se afirmar, segundo Sodré (1963), que outras bases apontavam para novas configurações na estruturação de formação social na Europa:

É um violento processo de expropriação dos que produziam, no campo e na cidade, processo que faz aparecer no mercado de trabalho os despossuídos, livres, sem meios de produção, sem meios de subsistência. Parte da população rural gravita para as cidades e trabalha a salário. A força de trabalho é barata e a riqueza se agrupa para o emprego em massa, como capital. (Sodré, 1963, p. 20).

Porém, Novais (2007), chama de *Antigo Sistema da Era Mercantilista*, período correspondente à Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa. Faz-se necessária uma breve distinção “a colonização se dá nas mais diversas situações históricas”(p.02). Com isso, não houve um só colonialismo e, em consequência, um mesmo espírito mercantilismo em suas formas e práticas de fazer comércio. Segundo Novais (2007), “Nos tempos Modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo assim *a forma mercantilista de colonização* e, esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora europeia”(p.03). Para tanto, ratifica de forma incisiva que “em outras palavras, *é o sistema colonial do mercantilismo* que dá sentido à colonização europeia no período que medeia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Francesa” (Novais, 2007, p. 02).

É nesse novo contexto social e econômico que urgia a necessidade da conquista de novas terras. O Velho Continente carecia de sustento. Entende-se que a produção capitalista é posterior à mercantilista. Desintegra-se o feudalismo. Importante a afirmação de Rios (2012) quando diz que “[n]a Europa, o mercantilismo foi apenas uma fase na evolução histórica do capitalismo. Embora a Inglaterra fosse até o século XVII cruamente mercantilista em sua política econômica, foi na França de Colbert que as ideias do sistema ganharam foros de economia de Estado” (p. 256), pois, segundo o mesmo autor, na prática mercantilista, lucram os negociantes, o público e o Estado.

Na Europa do século XVI, foi o próprio incremento do capital móvel que produziu uma nova concepção da vida econômica, e preparou terreno para uma doutrina mercantil e protecionista. Mercantil, porque baseada fundamentalmente no comércio, primeiro de mercadorias, depois de títulos; protecionista, porque visava atrair o maior volume possível de dinheiro aos cofres do Estado, e, do mesmo modo, usar todos os recursos, para aí conservá-lo. (Rios, 2012, p. 257)

Importa ressaltar que o advento do “achamento” do Brasil está no caminho de sacralização das práticas mercantilistas pelo mundo. Surge num dado momento mais decisivo da História. Segundo Lima (1976), “os descobrimentos” marítimos, desde a viagem de Colombo às de Vasco da Gama, “estes êxitos causaram duas consequências de transcendental relevo: por um lado, deslocaram-se os principais negócios internacionais do Mediterrâneo para o Atlântico” (p.17). E a outra seria a quantidade de ouro e de prata extraídos do Peru e do México que fez aumentar o quantitativo de metais preciosos em oito vezes maior. Foi justamente o armazenamento dos metais preciosos levados da América que fez ampliar enormemente a circulação monetária. Esse sistema tornou o dinheiro a forma mais importante de riqueza. “Colombo dizia que o ouro era uma maravilha, podendo proporcionar tudo o que se desejasse, até mesmo levar as almas ao paraíso”³.

Nélson Werneck Sodré (1963), ao discutir “Mercantilismo e capitalismo”, dá destaque à desfeita da confusão dessas duas ocorrências e nos faz entender melhor como esses fatos contribuíram para o entendimento de alguns aspectos da nossa colonização. Segundo ele, para se ter um melhor entendimento dessa fase, faz-se necessária a compreensão de alguns aspectos fundamentais do desenvolvimento histórico na época da expansão ultramarina. Há uma transferência de forma sucessiva do predomínio econômico italiano para os países da Península ibérica, desses para a Holanda e dessa para a Inglaterra. Importa que nesse contexto considere-se a caracterização do modo predominante de produção no Ocidente europeu, na fase das viagens das descobertas como também do papel de Portugal nessa fase que culminará na colonização do Brasil.

Tentando fazer as devidas distinções entre mercantilismo e capitalismo, Sodré contextualiza de forma sintética, mas que nos ajuda no entendimento das relações comerciais desse período:

Produzir é uma coisa; trocar é outra coisa. Os que produzem são os que trocam, por vezes; por vezes não são. Quase tudo que é objeto de uso é produzido; nem sempre é trocado. Ao destinar-se à troca, ao destinar-se ao mercado, assume o caráter de mercadoria: não é produzido para consumo imediato e local, deve ser transportado ao mercado e trocado. É trocado por outra mercadoria qualquer, por mercadoria especial básica ou por dinheiro. Com o passar dos tempos, as trocas se desenvolvem, cresce o mercado, as relações tornam-se complexas. (Sodré, 1963, p. 22)

³ Eric ROLL, Op, cit., p, 49.

Sodré (1963) é categórico ao trazer a presença do Estado nesse farfalhar, entre trocar, produzir e comercializar. A classe dominante demarca o seu lugar em meio à sociedade colonial por se caracterizar pela posse de terras e escravos. Então, surge a figura do Estado e fomenta as trocas de mercadorias. Sodré aqui faz referências ao período anterior às Grandes Navegações, porém essas eram as mesmas configurações presentes em todo o período colonial brasileiro. O aparecimento do mercado interno e do mercado nacional são marcas decisivas do declínio feudal. Interessa o entendimento de que o sistema de colonização e a procura por terras fora dos limites que circundavam a Europa se deve a: “[a] súbita ampliação do mercado mundial, à multiplicação das mercadorias em circulação, à concorrência entre as nações europeias para apoderar-se dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, e ao sistema colonial que contribuíram essencialmente para romper as barreiras feudais de produção” (Sodré, 1963, p. 24). Em outras palavras Lima (1976), enfático em afirmar que “as transações comerciais provocadas pelos descobrimentos dos portugueses e espanhóis são, desde o início, disputadas por traficantes holandeses, ingleses e franceses, que as ampliam logo para o Mar Báltico e para a China” (p.19), com isso, junto à intensificação do comércio marítimo, ganha ênfase as atividades manufatureiras com a fabricação de panos de lã na Holanda e na Inglaterra. Ainda, as práticas agrícolas ganham também novo relevo por ter que abastecer as cidades que surgiam por toda a parte, a ovinocultura ganha grande importância por ter de fornecer matéria-prima à indústria.

Importante verificar, segundo Rios (2012), como o Estado funcionou na condição de agente regulador e influenciou decisivamente o caráter mercantilista, afirma que “[o] comportamento mercantilista fundamenta-se, antes de tudo, no monopólio da atividade econômica pelo Estado” (p. 257). Ainda: “[o] Estado era tanto sujeito como objeto da política econômica mercantilista” (p. 25). Segundo o que Rios coloca, era necessário um elemento social catalizador que “organizasse” e centralizasse o comando, dando um direcionamento na fluidez de condução das ações da sociedade, organizando a economia e suas funções.

Enfim, o uso das riquezas produzidas teria de ser função do Estado. Rios (2012) aponta que “[t]rês elementos são assim fundamentais nessa doutrina: a) o papel predominante do Estado; b) o caráter monopolístico e privilegiado de sua intervenção; e c) protecionismo, como forma característica da atividade do Estado, na vida econômica” (p. 257). Dessa forma, é fundamental nos atentarmos para o olhar e o posicionamento de José Artur Rios, em sua obra *A tradição mercantilista na formação brasileira* (2012), no que diz respeito às funções

que o Estado assume e desenvolve. Segundo ele, o mercantilismo não se desenvolveria sem regulamentações. As condições que se estabeleciam no processar das engrenagens da prática do comércio que se desenvolvia nos séculos XVI, XVII e XVIII seriam impossíveis sem a intervenção de um agente regulador e a presença do Estado se faz fundamental nesse contexto. Enfim, como o Estado atuaria?

O Estado passou a ser a unidade econômica por excelência, à qual, as demais instituições deveriam subordinar-se, mas na realidade, os Estados nascentes passaram a apoiar-se fortemente em certas cidades, capitais e centros de comércio e em sua classe dominante, isto é, a burguesia mercantil, vindo esses centros a representar o poder estatal e a se tornarem a imagem do próprio Estado. (Rios, 2012, p. 258–9).

Na função de agente regulador e dando cumprimento às regras do mercantilismo, o Estado passa a criar uma série de regulamentações que, de certa forma, vão sacralizar a atuação do espírito mercantilista. Rios (2012) assegura que todas essas regras e doutrinas são de heranças medievais. Tais regras e procedimentos agora estão numa esfera mais ampla, ou seja, essas práticas, regras e costumes saíram de uma redoma e se instalaram de um outro lado do Atlântico.

Assim, o espírito mercantilista era sumariamente coercitivo, dominador, centralizador: “[n]ão é de estranhar, portanto, que, assim como não aceitava a concorrência, também resistisse a inovações e inventos. Tratava-se de um sistema estático destinado a assegurar o *status quo*, o *establishment*, como se diria em linguagem moderna, e não a fomentar a riqueza” (Rios, 2012, p. 259). Nota-se que no Brasil colonial foi implementada uma série grandiosa de regras no intuito de demarcar território e expandir domínios.

Apossando-se de um determinado território, o mercantilismo, por sua vez, foi fortemente resistente a inovações e concorrências. No Brasil, durante o período colonial, diversas e severas regras tinham aqui de serem obedecidas e cumpridas. Como já aludido, as restrições estabelecidas durante o regime colonial passavam até pela proibição na instalação de fábricas ou até mesmo na produção/fabricação de qualquer produto existente em Portugal.

Dando prosseguimento ao relato das tentativas de regulamentos implantadas por parte do Estado, Rios (2012) nos lembra que “outro aspecto que a particularização do sistema assumiu e que deve ter sedimentado sua prática, em Portugal e no Brasil, consistia nos privilégios assegurados às famílias dos mestres de ofícios. Por meio das suas respectivas corporações. Estas adotavam frequentemente uma estrutura familiar” (p. 259). Estava sendo produzida, nesse momento, uma linha divisória no formato e na composição da malha de

formação da sociedade brasileira. Fica evidente que, com a sacralização e o desenvolvimento das trocas que faz gerar o Estado nacional, esse evento contribuiu para a centralização do poder do Estado.

Em seu trabalho, Rios (2012) aponta uma série de práticas e ideias mercantilistas na política colonial portuguesa que atravessa até o Brasil independente no século XIX. “Em algum momento, empregou-se as companhias de comércio, regulamentação de salários e preços, privilégios monopolísticos de toda ordem como formas de manipulação da atividade econômica pelo Estado” (Rios, 2012, pp.259–60). Com essas práticas, o Brasil entrava definitivamente na época das proibições.

Citando Lemos Britto, Rios (2012) destaca o que esse chamou “política de contraste” em relação ao Brasil, quando práticas e exigências da Coroa portuguesa passaram a suprimir o ofício de ourives em diversas capitanias — assim como a proibição de cultivos de cana-de-açúcar, no Maranhão; ainda, estava permanentemente proibido o cultivo do trigo e da vinha em Minas Gerais, como também criações de animais da raça muar e a proibição de manufaturas.

Claramente, o que se tornou perceptível como reação a essas práticas impostas pela metrópole portuguesa, foi o comércio do contrabando. Sem distinção, passaram a fazer parte desse jogo sujo autoridades de diversos segmentos da sociedade da época: oficiais, padres, juízes. Holandeses, franceses e ingleses foram os povos viajantes, comerciantes que mais se jogaram nessas práticas.

Observa-se que em fins do século XVIII a maioria das colônias americanas conseguem a independência e entram definitivamente no negócio: “continuaram a explorar o corso e o contrabando em nossas costas” (Rios, 2012, p. 260). Segundo historiadores e estudiosos, antes de 1808 era de impressionar as práticas incutidas na colônia no sentido de proteger e implementar o monopólio do comércio. “Esse monopólio tendia a preservar a colônia como fonte de produtos não industrializados e, portanto, tinha sua contrapartida na proibição da implantação de indústrias” (Rios, 2012, p. 260). O resultado disso tudo foi trágico para o futuro dos empreendimentos no Brasil. Presa à monocultura, com total ausência de possibilidade de implantação de indústrias e outras inovações, a economia caminhava para uma possível estagnação.

A gravidade dessa questão passa, como exemplo, por um alvará de D. Maria I — datado de 05 de janeiro de 1785. Por esse documento estava permanentemente proibida a instalação de manufaturas em todo o território brasileiro. A justificativa se assentava na

carência de braços para o cultivo e exploração das riquezas da terra. “Eu, a rainha, faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande número de fábricas, e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração das terras minerais daquele vasto continente” (ARQUIVO NACIONAL, 1785, p. 27). Em diversas passagens, o documento enfatiza a desvantagem no deslocamento de mão de obra para a indústria têxtil. Multiplicando-se o número de fabricantes, mais se diminuirá o de cultivadores. Para maior solidificação de suas justificativas, em um esforço grandioso em convencer, a rainha lembra que mesmo nas jazidas a diminuição da extração de ouro e diamantes é uma realidade. Os trabalhadores têm abandonado esse ofício migrando para as fábricas. Assim, realça que a verdadeira e sólida riqueza está nos frutos e no cultivo de terras e somente se consegue tal proeza pelo trabalho e esforços de colonos, cultivadores e não de artistas e fabricantes.

O documento de 1775, alvará expedido por D. Maria I, que sucedeu a seu pai, D. José I, em 1777, trazia como alvo das proibições:

Todas as fábricas, manufaturas, ou teares de galões, de tecidos, ou de bordados de ouro, e prata. De veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda: de belbutes, chitas, bombazinas, fustões, ou de outra qualquer qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores: e de panos, baetas, drogues, saietas ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã... (Cartas, provisões e alvarás, 1785, p. 29)

Nesse ínterim, apenas em dois casos era aceitável a produção têxtil: aquelas que servissem para o uso e vestuário dos negros ou que sua utilidade fosse para enfardar, ou empacotar fazendas ou algo semelhante. “[...] todas as mais sejam extintas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil [...]” (Cartas, provisões e alvarás, 1785, p. 29).

Nesses anos dos séculos XVII e XVIII é que surgem as primeiras lojas de comércio no centro do Rio. Porém, uma grande preocupação toma conta da corte portuguesa: a proibição severa da instalação de manufaturas na cidade.

Da cidade do Porto passou para o Rio de Janeiro José Maria Morais Manso, para ali fabricar galões de Ouro e Prata. Foi mandado ensinar e remetido por Francisco Cardia Neto da mesma cidade por ordem de Francisco Vaz de carvalho do Rio de Janeiro e ali almoxarife. (Cavalcanti, 2004, p. 79).

No Brasil colonial dessas e outras proibições era facultado a qualquer cidadão o direito de fazer denúncias sobre a existência de fábricas na cidade. Era comum existir pequenas manufaturas em fundos de quintais ou locais menos à vista do público. O próprio alvará de 1785 era bastante claro no que se refere a recompensas e a denúncias dessas existências: “repartindo-se a dita condenação metade a favor do denunciante, se o houver, e a outra metade pelos oficiais, que fizerem a diligência; e não havendo denunciante, tudo pertencerá aos mesmos oficiais” (Cartas, provisões e alvarás, 1785, p. 29).

Percebe-se que a denúncia seguinte vem toda recortada de pequenos detalhes, traz informações precisas, há forte aparato de teor de verdades, com bastante objetividade e clareza no discorrimento.

Não levou teares, mas sim medidas necessárias e depois lhe foram pentes, retroses, fios de ouro e prata e todas as mais miudezas precisas para a laboração. Consta que esta manufatura vai em aumento e que principiou há mais de cinco anos. Também consta que F: Xavier tem ali alguns teares, mas deste não há notícia tão miúda como do primeiro. Agora, se pedem cardas para ceudar e encomendar lã e algodão e se nas Américas se introduzem as Manufaturas não as necessitarão deste Reino. (Cavalcanti, 2004, p. 79)

O projeto colonial português passa unicamente pela exploração de tudo que a terra possa oferecer. Tal exploração se constituiu como o principal elemento na manutenção de uma balança comercial favorável às nações europeias. “A legislação colonial, na realidade, o que procura é disciplinar as relações concretas políticas e sobretudo econômicas” (Novais, 2007, p.03). É pertinente observar também nas palavras de Costa e Mello (1990) a forma como viram o projeto colonial ao afirmar que “a economia das colônias completava a economia dos países que a dominavam” (p. 37). Sabe-se que a colônia fora preparada e pensada para prosperar não com um fim em si mesma, para o seu crescimento, mas como fonte de sustentação dos investimentos da Coroa. Maurício Waldman, em seu trabalho *Mercantilismo e Colonização* (2018), além de afirmar que dentro da dominação colonial é impossível separar essa do advento do chamado capitalismo comercial, também afirma que no cenário da expansão marítima e comercial (início da colonização na América pelos europeus) foi possível identificar duas modalidades dessas: “as *Colônias de Exploração* e as *Colônias de Povoamento*”. Argumenta Waldman que “esse tipo de colônia foi articulado em todas as áreas do Novo Mundo com potencial para a implantação de um modelo produtivo, habilitado a garantir lucro rápido e de vulto para as *mother countries*, ‘nações-mães’ ou ‘mãe-pátria’ à

testa do sistema” (Waldman, 2018, p. 05). Portugal e Espanha, num primeiro momento, assumem esse pioneirismo. Na Era das Grandes Navegações essas duas nações investem fortunas na conquista de terras pelo mundo. Nesse contexto, embora pouco citados, diversos outros países também fizeram lançar armadas ao mar em busca de novas terras: Grã-Bretanha, Países Baixos, França, até mesmo a Suécia e a Dinamarca. “Mas nem de longe com a mesma projeção que os países com protagonismo central neste processo” (Waldman, 2008, p. 05). Entre tantas configurações, a empresa mercantil colonialista se caracteriza sobretudo pelo monopólio e, dentro desse, o chamado “pacto colonial”. As nações patrocinadoras e “detentoras” das grandes conquistas, na Era das Grandes Navegações, constituem o que Waldman (2018) chamou de “viga mestra da articulação do sistema mercantilista na escala global...” (p. 05). Institui-se então o mecanismo do exclusivismo comercial.

Decerto, o centro do poder era a Europa. A busca de riquezas e o enriquecimento da Coroa eram as obsessões do sistema colonial. Interessante é a colocação feita por Sodré (1963) sobre o olhar do nativo americano e do colonizador debruçado sobre a presença e descoberta de ouro na América. Sabe-se que após o advento do “achamento” da terra Brasil pelos portugueses, a partir do ano de 1500, a terra fica abandonada e quase que inativa por mais de 30 anos. Esses são marcados pela presença de navios portugueses em toda a costa brasileira, segundo Sodré (1963), “na atividade policiadora, exercida por pequenas rotas ou navios isolados, que resguardavam os direitos portugueses à exploração da madeira tintorial” (p. 59). Essa foi a única atividade econômica praticada nessas três décadas. Fora feita em um sistema de arrendamento por mercadores da iniciativa privada. O recolhimento do pau-brasil nas matas e sua exportação para a Europa se deu, basicamente, com a construção de feitorias ao longo da costa. A madeira ficava armazenada até momento de embarque para a Europa. Essa prática, esse comércio de enviar o pau-brasil para tinturarias na Europa, foi pouco rentável. Durou poucos anos. Esvaiu-se.

Sodré (1963), em “O Acidente da Colonização”, diz que essa ocorrência — de um momentâneo desinteresse pela nova terra — deu-se em virtude de os portugueses, nesses anos (1500–1530), terem suas atenções voltadas para o Oriente. A terra recém-descoberta não oferecia atrativos econômicos até os espanhóis descobrirem aqui minerais preciosos. Numa alusão quando da descoberta de minerais, Sodré (1963) chama-nos a atenção ao colocar que “[a]s circunstâncias em que os encontraram não interessam senão indiretamente à história brasileira” (p. 59). Destaca o conflito de interesses entre nativos e colonizadores frente à nova descoberta. Chama a atenção para “o contraste do modo como os primitivos habitantes da

América encaravam aqueles minerais com o modo como os encaravam os conquistadores espanhóis: os primeiros viam neles apenas as possibilidades ornamentais, o seu valor intrínseco; os segundos viam neles um valor mercantil, aquilo que os tornaria mercadoria especial” (Sodré, 1963, p. 59). Para um, valor natural; para outro, super valioso. Haviam encontrado “a galinha dos ovos de ouro” que realmente produzia ouro!

Agora uma nova e outras perspectivas se abrem. Mudanças radicais no posicionamento da Coroa portuguesa. Porém, uma série de desafios se estendiam pela frente. São muitos os contrastes em relação às condições do Oriente. “Mas, desde logo, ficam muito claras as diferenças fundamentais entre esta área e as do Oriente, onde a Coroa exerce o máximo de esforços para manter e desenvolver a empresa mercantil” (Sodré, 1963, p. 59). A América impõe desafios severos. Nada aqui estava pronto ou mesmo que oferecesse uma base para o desenvolvimento do comércio.

No Oriente, há uma população densa e fixa; aqui, uma população rala e nômade. No Oriente, uma civilização adiantada; aqui, indígenas que vivem a fase da pedra lascada. No Oriente, uma produção já vultosa de excedentes; aqui, uma produção exclusivamente para consumo local. No Oriente, um comércio tradicional; aqui, ausência total de comércio. No Oriente, modo escravista ou modo feudal de produção; aqui, comunidade primitiva. (Sodré, 1963, p. 59)

Essas diferenças são fortemente decisivas e vão influenciar o processo de colonização. Os colonizadores queriam evitar ao máximo as despesas. Careciam de uma comunidade por onde pudessem fazer passar a aquisição e o ajuntamento de riquezas: “[n]a América, não há como comerciar: as comunidades primitivas não consomem senão o que produzem; não produzem senão para o seu próprio consumo; nada produzem suscetível de tornar-se mercadoria, isto é, de ser objeto de troca, de ser consumido no mercado europeu” (Sodré, 1963, p. 59).

Outra marca do mercantilismo é o monopólio. Os portugueses levantam uma série de dúvidas a esse respeito. Descobriram que a posse da terra em si não era sinônimo nem garantia de dominação absoluta. No caso do Brasil, a costa era imensa. Havia um tráfego enorme de navios de diversas bandeiras navegando em todos os derredores da terra recém-descoberta. Então, a solução era mesmo o povoamento, trazer grupos humanos que iriam habitar, cuidar, zelar, proteger e produzir sem onerar a coroa.

Segundo Sodré (1963, p. 61): “a colonização não esteve jamais nos propósitos da empresa mercantil que impulsionou as navegações, montada especificamente para a troca. Ela operara sempre na pressuposição da existência de produção local, nas áreas com que mantinha a troca”. O mercantilismo português consistia na troca de produtos por outros. No tocante ao Oriente, a tarefa era levar produtos da Europa para serem comercializados lá e trazer mercadorias produzidas que pudessem ser vendidas no Velho Continente. Porém, “[n]a área americana ocorria o inverso: não havia produção local e não havia mercado para o que a Europa produzia” (Sodré, 1963, p. 61). Eis aqui uma dificuldade a mais no jogo do mercantilismo. Explorar as áreas americanas com esses impasses era quase impossível. Constituir trabalhadores assalariados era uma tarefa irrealizável. Eram penosas as condições de trabalho na colônia. A estrutura lusa de produção não estava preparada para tanto. Ainda, mesmo que produzisse, as condições de transporte e escoamento dessas mercadorias sobrecarregariam o valor dos gêneros aqui produzidos. Assim, o Brasil poderia ser destino de centenas de degredados portugueses.

Apenas uma vantagem havia na colônia: a extensa quantidade de terras. No entanto, a mão de obra se constituiria um imenso problema. Assim, a solução estava no tráfico negreiro. Desde a montagem das feitorias, ali ficou provada a impossibilidade de escravização do indígena. Nesse período, escravizar negros africanos já era empresa organizada.

Já que o problema fundamental era o da mão de obra, sendo a disponível absorvida no Oriente, em atividades ligadas à troca, estava no tráfico negreiro, que já constituía empresa organizada e interessada em ampliar as suas atividades. Parece que representava mesmo uma das atividades principais do mercantilismo português. (Sodré, 1963, p. 62)

Assim, o tráfico representou a saída para o problema da mão de obra. A importação de escravos em outras terras para o desenvolvimento de atividades, sejam agrícolas, mineradoras, etc., era a menos onerosa possível. A busca do lucro e o acúmulo de riquezas para as “nações-mães” era traço fundamental dentro do colonialismo.

Tais discussões até aqui nos trouxeram certa ideia do espírito da colonização e a essência do mercantilismo. As nações europeias, no pós-navegação, precisaram fundar centros, apossar-se de terras produtivas e/ou que possuísem fontes de riquezas com potencial de dar retribuição financeira às suas metrópoles. Para isso, investir pouco para se obter altos lucros, era objetivo principal. Além do mais, fazia-se necessário o monopólio do comércio, a

proibição de instalação de fábricas na colônia. Essa tinha de ser explorada sem investimento qualquer, a fim de manter a metrópole. Era necessário honrar o pacto colonial.

Nesse contexto, além da cana-de-açúcar, produto de alta rentabilidade, dezenas de outros produtos dominaram o cenário agrícola colonial brasileiro. Ganharam destaques nos tempos coloniais as chamadas “drogas do sertão”: cacau, guaraná, salsaparrilha, pau-cravo, anil, salsa, urucum, noz de pixurim, baunilha, castanha-do-pará e até raízes aromatizantes, produtos esses de grande valor no mercado europeu. Nas palavras de Waldman (2018, p. 10): “na medida em que o pacto colonial tinha por definição o objetivo de obter o máximo de lucros das colônias, fica claro então que a atividade agrícola deveria necessariamente ter por base a monocultura”. Mesmo com uma grandiosa quantidade de produtos agrícolas produzidos na colônia, Portugal nunca perdeu de vista nem deixou fugir ao seu controle um domínio amplo e de monopólio sobre o que se extraía da colônia. Para Waldman (2018, p. 10): “numa perspectiva geral, uma vez que o sistema produtivo, fosse minerário ou agrícola, estava associado à demanda dos centros consumidores da Europa, as diretrizes da vida econômica das colônias mantinham clara dependência para com as metrópoles”. Logo, colonização, espírito mercantilista à base de exploração da colônia e contenção de gastos marcam esse período. Todo esse proceder vinha assegurado por extensa documentação e nas palavras de Novais (2007),

Paralela e contemporaneamente, em quanto se desenrolava o processo concreto da colonização, os corifeus da economia mercantilista teorizavam a posição e função das colônias no quadro da vida econômica dos estados europeus: fixavam assim num plano mais abstrato os fins e os objetivos visados nos empreendimentos coloniais e a legislação não fazia na realidade mais que tentar levar à prática os princípios formulados pela teoria mercantilista (p.03).

A terra cultivada era de puro interesse de exploração. Pelas configurações mercantilistas passam o ato de sugar, extrair da terra o que de melhor e mais rentável ela poder oferecer para o acúmulo de riquezas da metrópole.

A colonização em terras então “desconhecidas”, “[a] conquista da América confere grande impulso a esse processo histórico: o comércio colonial, como forma de espoliação, é uma das fontes de que se alimenta” (Sodré, 1963, p. 20). Os Estados nacionais, mesmo ainda em formação, agora, com o sistema feudal decaído, precisariam de uma base de sustentação

econômica, forte, vigorosa e, sobretudo, rentável. Dessa forma, a busca por terras, riquezas, ambiciona a conquista de territórios, mesmo muito distante do seu derredor.

Assim, para nós, faz sentido começar a entender o espírito mercantilista que apossou-se de navegantes, mercadores, viajantes, reis e imperadores. “Ganhando corpo paralelamente à decadência do sistema feudal, o mercantilismo se refere a diversas doutrinas de cunho econômico que vigoraram nos países europeus, tendo como nota comum a exaltação do fortalecimento do Estado nacional” (Waldman, 2018, p. 3). Esse intuito oxigenou os intentos de governantes, reis e imperadores na ganância por novos mercados, novas terras, novos territórios e expansão de limites. Talvez para a América do Sul o marco central dessa tomada seja 12 de outubro de 1492. A “descoberta” da América Central, o retorno de Cristóvão Colombo para a Europa (levando essa “nova”) acaba por impulsionar a ambição e a necessidade de compensação pelas perdas e degradações econômicas que o sistema feudal ocasionou ao Velho Mundo. Urgia uma recuperação. Nesse sentido, as terras do sul do continente americano poderiam ser o paraíso de ostentação e recuperação econômica dos europeus.

1.2 Cartas régias, tratados coloniais, outros pactos com a metrópole

“A feição deles é serem pardos maneiras d’avermelhados de bons rostos e bons narizes bem feitos. Andam nus sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa cobrir nem mostrar suas vergonhas e estão acerca disso com tanta inocência como têm de mostra o rosto”. (Pero Vaz de Caminha)

Tomada de posse da terra e povoamento dessa, descobertas riquezas minerais, cultivo pleno de diversos produtos agrícolas, criação de muares e mão de obra escrava presente em todo o território — estavam, com isso, surgindo as primeiras cidades, era hora de organizar a colônia.

A Coroa pressente que era momento de ordenar as estruturas, criar bases na organização social: ruas, vilas e cidades precisam de regulamentações. Para isso teria que se traduzir toda essa demanda em documentos oficiais. Esses documentos vêm carregados de ordens, instruções, exigências, demarcando ações procedimentais que nortearão a arrumação e toda a estruturação de vilas e cidades na colônia. Além disso, esses documentos se tornavam normativos para qualquer evento que exigisse orientações, determinações e qualquer decisão da Coroa vinha por intermédio das Cartas Régias, dos alvarás ou editais.

Nesse ínterim, grande quantidade de documentos instrutivos são promulgados a fim de promover essa organização: cartas régias, alvarás e editais se tornaram os documentos oficiais mais importantes editados pela Coroa. Em linhas gerais, a carta régia era um instrumento da Coroa Portuguesa. Também, chamada de “Ordem Régia”, esse documento foi de grande relevância que ajudou no entendimento de se deram os mecanismos de funcionamento da máquina que geriu o tempo do Brasil colonial. Era um documento histórico assinado por monarcas; era instrutivo, com determinações permanentes e obrigatórias.

A Carta Régia trazia tratamentos sobre uma diversidade de tudo que interessava à administração da colônia. Desde a abertura de vilas, formatação e disposição na construção de moradias, aberturas de ruas, elevação de vilas à categoria de cidade, passando por aumento ou diminuição de salários de funcionários reais até a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Como marco desse movimento e dando cumprimento aos acordos do Pacto Colonial, veremos exemplos de algumas cartas produzidas nesses anos do Brasil colônia.

Em 20 de março de 1821, por intermédio de uma Carta Régia, o Rei elevou o soldo do Prático ajudante da Barra do Porto na capitania do Pará:

Havendo tomado em Consideração a supplica que poz na Minha Real Presença Francisco de Paula Sarmanho, 2º Tenente graduado da Armada Real, e Pratico Ajudante da Barra desse Porto, em que Me pedia fosse servido Conceder-lhe um aumento de soldo correspondente ao trabalho e responsabilidade que tem no exercicio do seu logar, pelo qual vencia unicamente o de 10\$000 mensaes: Hei por bem determinar que daqui em diante se lhe abone o dobro daquelle soldo, ficando vencendo 20\$000 mensalmente, que continuarão a ser-lhe pagos pela mesma maneira que percebia aquelle antigo vencimento. O que Me pareceu participar-vos para vossa intelligencia, e para que assim se execute sem duvida ou embaraço algum. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1821, p.01)

Para além do estabelecimento de domínios e monopólios, que se estendiam por toda a colônia, através das cartas régias, alvarás, etc., os portugueses demonstraram ter certa preocupação com a organização e a estruturação da colônia que iriam desde o entendimento da necessidade de deixar registros em todas as tomadas de decisões, mesmo que passassem até por atos que julgassem ser os mais simples. Vamos notar o grau de instrução e exigências numa Carta Régia datada de 21 de março de 1697, pela ocasião da compra de um madeiramento: “Senhor. Francisco Lamberto. A Junta dos três estados necessita de mil asteas de picas de pau de genipapo que tenham vinte e dois palmos de cumprimento, e pela junta do comércio se passam as ordens necessárias para se receberem nos comboios”. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1949, p. 8). Observa-se que essa prática era comum em todas as possessões portuguesas. As Cartas Régias se tornaram documentos de alta importância, de valor histórico e de comprovação do sentido de organização que a Coroa tentava imprimir na colônia. Como de praxe, a pesquisa dessas cartas nos revela práticas interessantes. À margem da Carta do solicitante, vinha em anexo resposta registrada, mesmo que meses depois.

Por mandado de 10 de novembro de 1797, registado no livro 18 a fôlhas 171, passado sobre o Tesoureiro-Geral Domingos Pires de Carvalho se mandaram pagar ao Capitão Fernão Pereira da Rocha 160\$000 de 516 asteas de piquas toscas que fez por ordem do Provedor-mor Francisco Lamberto em cumprimento da carta em frente. Bahia, 16 de novembro de 1697. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1949, p. 9)

Essas devolutivas eram também feitas e deixadas registradas como uma obrigação. Fazia sentido assim fazê-las como parte de demonstração de respeito ao superior que requisitou os tais serviços, além de prestação de contas. Se constituíam, na verdade, na extensão de domínio do monopólio estabelecido pela Coroa.

Em uma Carta Régia datada de 12 de janeiro de 1697 o Rei fixa o preço do azeite de baleias. Manda-se cumprir que o mesmo não poderia ser vendido por mais de 320 réis a canada. O contratador do azeite de baleias, Luís do Couto, havia elevado o preço do óleo a

400 réis, o que desagradou a Coroa. A carta finaliza nos seguintes termos de demonstração de domínio de mercado e ordenanças mercantilistas: “[e] pareceu-me ordenar-vos que não consintais em alterar esse preço no contrato não proposse que neste particular possa haver senão por eu não querer prejudicar a meus vassalos fazendo que se restitua às partes o que este contratador levou demais por esta alteração e quando se não possa averiguar a quem compete se incorpore à Fazenda Real” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1949, p. 9-10). Mas, ante o que os relatos escritos trazem, na esteira das análises de estudos e pesquisas, as proporções e os interesses vão se avolumando: “inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos, mais recentemente, com estardalhaço entre os sociólogos” (Bordieu, 1996, p. 183). Pelo que o francês nos indica, as escritas, sejam elas de todas as modalidades: episcopais, bilhetes, Cartas Régias, alvarás, etc., vão invadindo as diversas áreas do conhecimento, vão minando os diversos terrenos das humanas e acabam por serem abraçadas pela literatura. Para o pesquisador da História e da Literatura, a riqueza desse vasto material está nessa possibilidade de poder uma área adentrar outra.

Perambulando pelos caminhos da História, as cartas nos interessam, na medida em que fornecem elementos de marcas de uma era, de uma época, de um tempo. Pode-se observar, por exemplo, nesse sentido, o caráter imperialista no modo de condução. As cartas não traziam essencialmente instruções, traziam imposições. Vê-se na Carta Régia de 06 de setembro de 1697, quando na oportunidade Sua Majestade escreve ao Provedor-mor sobre a arrematação dos dízimos das capitanias do Rio Grande e do Ceará: “[p]areceu ordenar-vos, como por esta o faço, que daqui em diante façais que se pratique nesta arrecadação desses contratos das suas capitanias que se remetem com separação esses dízimos em cada uma porque por este meio se considera que poderá ter maior conveniência a Fazenda Real e será mui diferente o preço nestes contratos...” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1949, p. 13). Esses se constituem em traços de um período, de uma forma de governo, retratam as peculiaridades de um tempo trazida em escritos históricos, fazendo-nos assim mergulhar em determinados aspectos de linguagem que configura uma época.

Pelo visto, a Coroa entendia que toda essa formatação era essencial, era vital à organização da colônia. Uma das maiores preocupações era a estruturação das cidades. Muitas Cartas Régias trazem estampadas como deveriam ser as ruas, as casas, a formação das vilas e das cidades. Melissa Ramos da Silva Oliveira, em um trabalho intitulado “Urbanismo colonial brasileiro e a influência das Cartas Régias no processo de produção espacial” (2010), nos traz uma série desses questionamentos. O trabalho de Oliveira discute justamente o processo de

estruturação urbana das cidades brasileiras durante a colonização e a influência exercida pelas Cartas Régias que davam essas determinações.

Oliveira (2010) questiona se houve “falta de planejamento” nas cidades do período colonial, como apontam muitos estudiosos. O conteúdo instrutivo de algumas cartas vem provar o contrário. A Carta Régia de março de 1752 trazia normas para a fundação da Vila Bela, Mato Grosso: “o sítio que se eleger para a fundação da dita vila [Vila Bela], seja o mais saudável em que haja boa água para beber e lenha o bastante...” (Santos, 2001, p. 65). As Cartas Régias que tratavam da estruturação das vilas e cidades trazem o que Oliveira (2010) chamou “preocupações urbanísticas”. Segundo ela, “essas preocupações estavam muito explícitas quando apresentavam as determinações de arruamento e as reservas de locais para praças (onde se erguia o pelourinho), igrejas, edifícios públicos, franquias municipais e logradouros e passeios para a população” (p. 178–9) — talvez as maiores características que as cidades coloniais devessem possuir, ainda hoje notáveis em muitas cidades, principalmente as do interior do Brasil. “Toda cidade colonial, para ser caracterizada como tal, deveria possuir uma Casa de Câmara, e Cadeia, uma praça com um pelourinho e uma matriz” (Oliveira, 2010, p. 179). Exigia-se casas alinhadas, ruas com mesma largura. Isso garantiria formosura, organização. As igrejas recebiam e tinham caracterizações bem próprias. Deveriam situar-se em local mais elevado da cidade ou da vila. “As igrejas geralmente situavam-se em uma praça, largo ou adro, localizados em locais elevados, para se destacarem na paisagem” (Oliveira, 2010, p. 179). Demonstrando compromisso e preocupações com toda a estruturação das cidades, as Cartas Régias instruíam no direto formato e arquitetura das cidades. A carta de 20 de outubro de 1736 trata da construção da Vila do Icó, no Ceará. Vem com a seguinte redação:

Determino levantar e aclamar esta nova vila [...] no lugar que para ela for destinado e demarcado e na sua praça hei de fazer levantar o pelourinho, assinando-lhe área suficiente também para todos os edifícios públicos, como seja para a igreja, que sirva para a matriz, em que se louve a Deus, Casa da câmara, cadeia e açougue, e mais oficinas públicas e, para habitação de cada um dos seus moradores em particular, alinhando as ruas que há ter, os quadrados das suas casas com igualdade. (Santos, 2001, p. 55).

A ideia de estruturar vilas, cidades, de dar um direcionamento a essas novas formações, era muito bem explicitada nos documentos das cartas: “demarcando-se-lhe lugar da praça no meio do qual se levante o pelourinho em primeiro lugar se delineiem e demarquem as ruas em linha reta com bastante largura deixando sítios para se edificarem as

casas nas mesmas direitura e igualdade com seus quintais competentes...” (Santos, 2001, p. 51). Exigências semelhantes vamos encontrar na Carta para a criação da Vila do Aracati, no Ceará. “Os edificios tinham todos a mesma altura, as mesmas dimensões de portas e janelas e os mesmos tipos de ornamentos, como se fossem parte de um edificio maior” (Reis Filhos, 1997, p. 218). Essa percepção da necessidade de se pensar a infraestrutura da colônia aqui vem por remotas experiências dos portugueses no histórico de suas outras conquistas pelo mundo. Como também a utilização de Cartas Régias na condição de documento oficial instrutivo e normativo. Por todas as colônias portuguesas se notou essa prática.

Para nós, fica bastante evidenciado que as normas, ordens e todas as espécies de instruções estabelecidas e trazidas pelas Cartas Régias são somente um demonstrativo do monopólio característico do mercantilismo que Portugal exercia sobre suas possessões. Como tantos exemplos de toda essa dominação, me chama a atenção a carta de 11 de fevereiro de 1736 que determina a fundação da Vila Boa de Goiás, o enunciado vem assim: “as casas dos moradores as quais pelo exterior sejam todos do mesmo perfil, ainda no interior se fará cada um dos moradores à sua eleição de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma formosura da terra...” (Santos, 2001, p. 59). E Oliveira (2010) dá destaque a uma passagem de uma Carta Régia de março de 1752, para a fundação da Vila Bela, Mato Grosso, que, para estabelecer seu domínio, a coroa determina “edificar novas casas que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se manda fazer as primeiras...” (p. 181). Nessas cartas, observa-se que os portugueses aliam estrutura e performance, exigências e muita determinação.

Há outro aspecto bastante enriquecedor que as cartas carregam: o tocante à linguagem. Uma linguagem polida, bem elaborada, diga-se: bastante culta. A construção sintática é bem elaborada, o vocabulário rico em detalhes e diretivo.

Vejam os trechos da Carta Régia escrita em 22 de novembro de 1697, em que Sua Majestade escreve ao Provedor-mor sobre a necessidade de se colocar alguns vidros e aquisição de chumbos para a fortaleza de santo Antônio da Barra: “[e] na consideração das vossas razões se vos remetem os vidros e chumbo na quantidade que ensinuais serem necessários os quais fizeram de custo o que consta da memória inclusa cuja importância mandareis para este Reino dos efeitos que houver mais prontos da Fazenda real para se restituir parte donde se retirou esse dinheiro” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1949, p. 19). Além de fixar no curso da nossa História o valor das Cartas Régias como documento oficial, norteador na elaboração estrutural da colônia, a linguagem se constitui como algo de valor por

sua riqueza e primazia. Para um singelo ato de avaliação de pintura de uma casa, toda uma Carta Régia fora elaborada, contendo todo requinte de cuidados sintáticos e gramaticais na elaboração do pedido. Era de praxe que assim fosse.

[...] pareceu-me igualmente conveniente nomear-vos para Commandante geral daquelas tropas, e encarregar-vos de dirigir a defesa e segurança da mesma Ilha e Costa fronteira, pertencentes ao seu governo, e, portanto, tendo já mandado expedir as minhas reaes ordens para que passásseis sem perda de tempo para a referida Ilha com os dous Officiaes que escolhêsseis para vossos Ajudantes de Ordens, por esta minha Carta Régia, vos autorizo a tomar o sobredito Commando geral, e vos incumbo de formar o plano [...] (Carta Régia, 06 de agosto de 1819. PALÁCIO DO PLANALTO)

A sintaxe bem regida, o uso do pronome que ordena, comanda e dá diretrizes. O vos (segunda pessoa do plural — pronome átono) transmite um ar de elevada superioridade. Para efeito de dominação e sabendo o lugar de onde se emitiam tais falas, a Coroa trazia as Cartas Régias recheadas desses posicionamentos. O Pacto Colonial passa por aqui. O uso do imperativo é a linha que fomenta os acordos para manutenção do pacto. Mesmo para tais ordens e direcionamentos serem cumpridas no Brasil, a maioria das cartas eram elaboradas nos palácios reais em Lisboa. As ordens partiam da metrópole.

Para muitos estudiosos diversas cartas se perderam com o tempo. Algumas outras têm seus registros nos arquivos dos estados, como cópias, mas não se tem a original.

Destarte, a Biblioteca Nacional — Divisão de obras raras e publicações — possui um acervo em que se reuniu 270 Cartas Régias, escritas entre 1697 e o ano de 1705ⁱ. Outro arquivo digital contém 203 cartas, apenas uma do ano de 1895, as demais de 1896ⁱⁱ. Há outro arquivo digital contendo 17 cartas. Dessas, uma carta é do ano de 1808, outra de 1809, 13 do ano de 1819 e duas do ano de 1821. Observa-se que as cartas pertencentes aos anos de 1600 foram todas escritas em Portugal. Muitas cartas dos anos 1700 foram escritas também em Portugal.

A existência das Cartas Régias nos dá uma ideia grandiosa na tentativa de organização e estruturação da colônia. Bem certo é que muitos desses documentos se perderam, como afirmam os historiadores. Revirar esse material é mergulhar em um passado repleto de longínquos labirintos. As cartas são fios que nos remetem a um imenso novelo de composição da nossa História em que muito terreno ainda está por ser escavado.

Em momentos, passar por essas leituras é deixar jogar luzes nesse entendimento que passa pelo processo de colonização do Brasil, entender um pouco do espírito mercantilista. É,

em outra ponta da História, tentar adentrar o entendimento do pensamento português e seu espírito afinado com os ditames do colonialismo e o processo do Pacto Colonial.

O pacto tornava o Brasil refém de Portugal. A submissão da nova terra era sem precedentes. O domínio que Portugal exercia sobre o vasto território brasileiro representava poder de barganha na Europa. Acreditavam que, adentrando o território, atingindo o interior das florestas, a presença de minerais preciosos era infalível. O México, o Peru e a Bolívia eram exemplos. A ideia mercantilista trabalhava com uma lógica: a do superávit. Os efeitos da balança comercial pesavam muito. Era necessário exportar bem mais que importar. Ainda maior sucesso obteria quem mais e melhor extraísse da colônia. Depreende-se que, para se obter sucesso em um mercado já bastante disputado na Europa, era necessário monopólio e organização.

No entendimento da Coroa, era necessário “cercar”, proteger o território e, conseqüentemente, as vias comerciais. As Cartas Régias vêm imprimir essa ideia. Um documento oficial que dá as regras do jogo, os ditames visando à dominação e ao estabelecimento do cerco. No conjunto de cartas analisadas, toda natureza de situações e ocorrências passaram por elas. Há cartas que registram desde o transporte de arrobas de tabaco a cartas que confirmam a entrega de pedras para igreja da Sé e nessa mesma carta se ratifica a entrega de outra carga do mesmo material. Nesse sentido, importa observar o resumo de algumas cartas e a diversidade de tratos que elas trazem: “[m]anda formar uma guarnição forte e sufficiente para segurança e defesa da Ilha de Santa Catharina e Costa fronteira”. (Carta Régia de 06 ago. 1819). A Carta Régia de 29 jul. 1819: “[m]anda fazer nos campos da Caxoeira da Capitania de Minas Geraes um Estabelecimento de manadas reaes para o melhoramento da raça cavallar”ⁱⁱⁱ.

A Coroa portuguesa expressa em uma carta de 24 de março de 1819 alguns desejos interessantes e intentos. Em síntese, o Rei “manda promover a civilização dos índios Caypóz”. Segundo expressa, seu desejo é real e paternal em promover a civilização dos índios e acrescenta que essa civilização resulta em benefícios. Ordena que o Padre Manoel Ferraz assuma esse compromisso. Segundo ele, os indígenas

manifestaram os mais anciosos e verdadeiros desejos de deixarem o estado selvagem em que vivem, para abraçarem a, Religião Christã, e viverem debaixo do seguro e saudavel abrigo das minhas leis: Hei por bem do serviço de Deos e meu, que, aproveitando-vos quanto antes de tão favoraveis disposições, procureis realizar este importante intento. (Carta Régia, março 1819).

A desejada manifestação de “civilização” dos indígenas seria melhor facilitada por intermédio do Padre Manoel Ferraz com quem os indígenas tinham bom trato. Esse feitio tornaria mais tranquilo o trânsito dos padres e outros viajantes pelo interior das florestas em missões. Se conseguisse, “[e] logo que elle tenha associado um sufficiente numero de Indios, mandareis edificar uma Capella no lugar mais proprio, em que elles se devam aldear, ficando o mencionado Padre seu Capellão” (Carta Régia, março 1819). Interessante dado traz essa carta, talvez seja a primeira demarcação indígena que se tenha conhecimento, como proposta real se a conquista da “civilização” se concretizasse. “E aos mesmos Indios destinareis uma legoa de terra para a sua Aldeia e lavoura, que será medida e demarcada gratuitamente...” (Carta Régia, março 1819). Consequentemente, há de se entender que pelo espírito mercantilista passa o poder da barganha e a retribuição à Coroa contrapartida que justificasse o investimento. Após a promessa de demarcação, a nomeação de um diretor se fazia necessária.

Dando-lhes ao mesmo tempo um habil Director com o ordenado de 200\$000, pago pela minha Real Fazenda dessa Capitania, para os aldear e dirigir na fôrma do Directorio do Para, sem que todavia perceba a sexta parte dos fructos, que elles cultivarem, visto ter o vencimento certo de ordenado. O que me pareceu participar-vos para que assim o tenhais entendido e façais executar. (Carta Régia, março 1819)

Essa carta traz uma série de questões interessantes. O intuito de “civilização” dos indígenas, expressa na carta, tem como pano de fundo o alcance de outros intentos. Civilizar os índios, além de se constituir em “principal objecto e paternal cuidado do rei”, ressalta que tal medida também se justifica em tácita aceitação e “desejo” dos aborígenes, o que é questionável. Além do mais, por trás da “civilização” dos índios estava o desejo de pacificá-los, visto que viajantes em suas missões pelo interior do Brasil não devessem ser mais ameaçados pelos silvícolas.

Como o forte do mercantilismo era a promoção do comércio, principalmente para sustento da metrópole, cartas e mais cartas de teor protecionista foram emitidas para se dar cumprimento na colônia. A Carta Régia de 24 de março de 1819 “[d]á providencias para evitar a falsificação do tabaco que se exporta da Capitania da Bahia”. A preocupação expressa na carta é na qualidade do produto que iria se consumir na Europa

Mas também no que fôr necessário para o contrato de Lisboa, se façam os exames exatamente, e em todo o outro que há de entrar no commercio da Europa, se façam os exames que forem bastantes, para se conhecer que nem é falsificado com misturas de qualidade inferiores, nem fraudado com o volume dos páos de envolta de maior peso do que é permitido. (Carta Régia, março 1819)

No tocante ao protecionismo comercial, a Carta Régia de 19 de janeiro de 1819 “[r]eduz á metade o imposto de passagem do gado no Registo da Coritiba, destinado para a subsistência da expedição de Guarapuava”. Assim atendendo ao pedido de alguns governadores interinos Sua Majestade ratifica o pedido: “[h]ei por bem que d’ora em diante fique reduzido á metade do que d’antes era o mencionado imposto” (Carta Régia, janeiro 1819). Nessa mesma linha protecionista aplicada à colônia, a carta de 29 de março de 1819 “[c]oncede á companhia de mineração de Cuyabá, na Provincia de Matto Grosso privilegio exclusivo para extrahir e fazer fundir ferro”.

Hei por bem, deferindo ao que a este respeito me supplicaram, fazer-lhes mercê do privilegio exclusivo, para que por tempo de 20 annos a Companhia de mineração do Cuyabá sómente, e mais ninguem, possa extrahir ferro nessa Província, e fazel-o fundir. Que ficando incorporada na mesma Companhia, como parte integrante della, a fabrica de ferro pelo sobredito tempo do seu privilegio, seja no decurso delle administrada e regulada pelas providencias e leis dadas á Companhia nos sem [...] (Carta Régia, março 1819)

Exclusivismo e protecionismo comercial eram as máximas do mercantilismo. Segundo o Pacto Colonial, somente era permitido ao Brasil fazer comércio com Portugal. Era proibido à colônia comercializar com qualquer outro país. Produtos diversos para o abastecimento da colônia só poderiam vir de Portugal. Certa vez, o secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, escreveu a Luís Vasconcelos e Sousa, quando esse assumiu as funções de vice-rei do Brasil: “[é] demonstrativamente certo que sem o Brasil Portugal é uma insignificante potência; e que o Brasil sem forças é um preciosíssimo tesouro abandonado a quem o quizer ocupar”. (*RIHGB*, T. XXV, 1862, p. 479-483). Sabiam da vulnerabilidade da colônia. Cercá-la e protegê-la seria como guardar um tesouro. Além de trazer para o cenário histórico do Brasil o sentido que a Coroa tentava dar em organização e estruturação da vida na colônia, as Cartas Régias também trazem toda a forma de como a metrópole interferia e tentava dar rumos aos aspectos urbanísticos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Em uma carta de 28 de junho de 1819, o rei promove aumento salarial para os professores nos seguintes termos:

Conde da Palma, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia. Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar como aquelle que amo. Tomando em consideração o que me representaram os Professores das escolas de primeiras letras dessa cidade sobre o quanto é diminuto o ordenado, que actualmente percebem, para, sua subsistência [...] (Carta Régia, junho 1819)

Para isso, o rei justifica o aumento salarial por duas perspectivas: “attento o alto preço a que tem chegado os alugueres das casas, todos os generos de primeira necessidade, e o mais crescido trabalho com o grande numero de alumnos pelo augmento da povoação [...]” (Carta Régia, junho 1819). A alegação é curta, diretiva e simplória, sem maiores argumentos, conclui a carta:

E conformando-me com o vosso parecer a este respeito, em o vosso officio n. 59 em data de 2 do corrente: Hei por bem que d'hora em diante vençam os Professores das sobreditas escolas dessa Cidade 240\$000, em lugar do ordenado, que até agora tinham de 150\$000. O que me pareceu participar-vos para que assim o tenhais entendido e façais executar. (Carta Régia, junho 1819)

Assim, as cartas trazem uma infinidade dessas e outras tomadas de decisões para a colônia. Nesse sentido, toda essa produção escrita marca a simbologia de um poder real, que não cedia a nenhum outro subordinado a tomada de qualquer decisão, por menor que fosse, sem antes passar pelos salões reais, fossem em Lisboa ou no Rio de Janeiro. Marcam a vida da colônia nos séculos XVII, XVIII e XIX. Registros esses que nos auxiliam no entendimento da tentativa de imprimir por aqui, cerco territorial e poder, traz a vontade de dar parâmetros de segmentos ao futuro país. Embora muitos acreditem não ter havido um cumprimento fiel de muitas determinações reais através das cartas, crê-se haver um intuito de organização e um certo direcionamento a modo português. Oliveira (2010, p. 176) ressalta que “em alguns casos, as determinações contidas nessas Cartas Régias não eram obedecidas, como o caso da Vila Boa de Goiás e Mariana. Em Vila Boa de Goiás o traçado não foi feito em linha reta como previa a carta de 11 de fevereiro de 1736”. Porém, ainda segundo Oliveira (2010, p. 186), “por trás de toda a ‘*espontaneidade e organicidade*’ que caracterizaram a maior parte das implantações coloniais, sempre houve por parte da Coroa, preocupações urbanísticas, sociais, econômicas e políticas, que foram expressas por meio dessas Cartas Régias”. Curioso é que, ao vasculhar esse material, uma questão interessante nos ocorre. Questões de discriminações raciais passam pelas cartas. No entanto, há dessas expressando proteção aos indígenas, mas não há ao negro: “[m]andar restituir aos índios do Grão-Pará e Maranhão as

liberdades de suas pessoas, bens e comércio, determinado que fossem no temporal regidos e governados pelos governadores e ministros de Justiça secular, depois de resolver, não ficassem com infâmia algumas pessoas que com eles contraíssem matrimônio” (Santos, 2001, p.55). Sabe-se que, em teoria, a Coroa portuguesa era contra a discriminação racial indígena. Segundo Oliveira (2010, p. 185): “provavelmente, não haja referência ao negro porque ele era a mão de obra dessa época, ou seja, o responsável pelo funcionamento de toda a sociedade”. Era o negro responsável por todo e qualquer tipo de trabalho, que fosse na cidade e/ou no campo. Assim, nenhum registro há, nenhuma voz, que clame em seu favor. Há ausência de qualquer documento que o proteja ou mesmo faça pequena citação.

Na condição de testemunha documental, as cartas propõem elos, recortam o tempo, extravasam fronteiras do pensamento nos colocando entre o passado histórico e o refletir de/em um presente na perspectivação de um devir.

Assim, de grande relevância para a História do Brasil, a Carta Régia de grande impacto em termos sociais, político e econômico que viria a alterar por completo o cenário do país na sua relação com o mundo, a carta assinada a 28 de janeiro de 1808 acaba por encerrar um período de retrocesso, atraso econômico e encerramento do ciclo de fechamento do Brasil para as demais nações.

Conforme alguns historiadores, a abertura dos portos era de extrema urgência, mesmo se já houvesse um intenso comércio, principalmente de escravos, circulante em todo o território. Pelo que a carta traz, percebe-se que a preocupação da Coroa portuguesa era fomentada pela receptividade da Europa.

Em segundo lugar, as questões econômicas^{iv}: “[a]ttendendo á representação, que fizestes subir á minha real presença sobre se achar interrompido e suspenso o commercio desta, Capitania, com grave prejuízo dos meus vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das criticas e publicas circunstâncias da Europa [...]” (Carta Régia, janeiro 1808). Segundo alguns estudiosos, os termos da Carta Régia de abertura dos portos do Brasil sofreram influências decisivas de José da Silva Lisboa. Esse seria o futuro Visconde de Cairu. O Visconde de Cairu se tornou pela América o mais franco representante das ideias do liberalismo de Adam Smith.

Por outro lado, Dom João demonstra profundo conhecimento dos danos que o fechamento dos portos causou à colônia: “[q]uerendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta e capaz de melhorar o progresso de taes damnos: sou servido ordenar interina e provisoriamente, emquanto não consolido um systema geral que

effectivamente regule semelhantes materias [...]” (Carta Régia, janeiro 1808). Interessante quando a carta faz alusão à medida tomada: era interina e provisória, à espera de um regime que efetivamente regulasse essas decisões.

Segundo a carta, Dom João é movido a admitir a abertura dos portos do Brasil e justifica tal medida se assentar sobre dois pilares: “Primo: Que sejam admissíveis nas Alfandegas do Brazil todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias transportados, ou em navios estrangeiros das Potencias, que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Corôa, ou em navios dos meus vassallos [...]” (Carta Régia, janeiro 1808). Sabe-se que as maiores arrecadações que sustentavam a conjuntura social e econômica da metrópole estavam no recolhimento das taxas alfandegárias. A nova decisão traria acúmulo de capital. A Carta Régia de abertura dos portos já trazia os novos valores a serem cobrados:

[...] pagando por entrada vinte e quatro por cento; a saber: vinte de direitos grossos, e quatro do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas, ou aforamentos, por que até o presente se regulão cada uma das ditas Alfandegas, ficando os vinhos, aguas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pazando o dobro dos direitos, que até agora nellas satisfaziam. (Carta Régia, janeiro 1808).

Assim, o segundo ponto é o mais crucial. Sela, de vez, o fim do fechamento dos portos brasileiros.

Secundo: Que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os Portos, que bem lhes parecer a beneficio do commercio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e q uaesquer generos e produções coloniaes, á excepção do Páo Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas Capitánias [...] (Carta Régia, janeiro 1808)

Abertos os portos ao comércio internacional, estabelecidos valores, etc., apenas uma ressalva: a compra e venda do pau-brasil seria de direito somente de Portugal. Por fim revogam-se todas as medidas de impedimentos comerciais anteriores: “[f]icando entretanto como em suspenso e sem vigor, todas as leis, cartas regias, ou outras ordens que até aqui proibíam neste Estado do Brazil o reciproco commercio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e actividade que de vós espero” (Carta Régia, janeiro 1808). Talvez essa carta torne-se, dentre tantas, a mais relevante para nossa historicidade. Abrir os portos brasileiros ao comércio internacional alteraria todas as espécies de relações políticas, sociais e comerciais do Brasil com o mundo. Embora o

comércio de escravos fosse de grande intensidade, era na alfândega que se arrecadavam as maiores cifras para a Coroa.

Dessa forma, o que impele a área de literatura a debruçar-se nessas questões é justamente o recorte que se faz na busca, a partir de quando tais documentos escritos se constituem como fontes de expressões do labor do homem em determinada época e período, pois, segundo Bartholo (2005, p. 19): “[o] lugar é produzido na relação com o espaço construído socialmente, mediante uma rede de significados e sentidos que são historicamente e culturalmente tecidos”. Por mais que adentremos o campo da História, vemos incrustados nos seus escritos um toque precioso de representatividade que acaba sendo a expressão do homem fazendo, produzindo. Febvre (1989, p. 249) é enfático ao afirmar que “[a] História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais”. A literatura carrega mil motivos para beber nessa fonte. Nos interessa o escrito, o produzido pelo homem. Nos interessa a palavra em circulação produzindo dezenas de ideias, alterando e alternando as representatividades. Tanto a Literatura quanto a História se fazem com essas marcas no tempo, com as marcas do tempo. Faz-se,

Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas dos bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metais por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (Febvre, 1989, p. 249).

Logo, as Cartas Régias tornam-se preciosas minas. Carregam marcas de um passado, estão reluzentes de sentidos, iluminando as trilhas da História e, nesse ínterim, a Literatura mergulha nessa fonte revestindo toda essa produção de uma outra perspectiva, pois nos interessa o escrito como figuração e marcas de um tempo. As cartas vêm revelar uma certa configuração social, dão pistas de como a nossa História foi construída, pois, lembrando Walter Benjamin, nenhum fato é histórico, com o tempo, torna-se histórico, quiçá, posterior a ele, por vezes, depois de séculos. Enfim, nenhum documento é separado da sociedade. Toda página reproduzida é uma expressão social do homem, para o homem, é o produto das suas ações, da sua existência.

2. A cidade do Rio de Janeiro colonial: da burguesia à escravidão

2.1 Uma cidade em construção

“O Rio, meu caro Machado, é lógico com ele mesmo, como a sua baía o é com ela mesma; e o Rio o é também porque está de acordo com o local em que se assentou.”
(Lima Barreto)

Quando, em 1763, a capital do Brasil é transferida da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, estava sendo pensada a inserção do Brasil numa perspectiva de modernidade. O centro gravitacional para daí fazer irradiar o almejado progresso para o país era a cidade do Rio de Janeiro. A descoberta do ouro e a ocorrência de alguns eventos políticos de grande peso para o país, contribuíram para tal mudança. Por mais moderna que a cidade de Salvador se apresentasse em meados do século XVIII, era necessário aproximar o centro administrativo do Brasil do estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, às minas auríferas.

Ao providenciar a mudança da capital, D. José I desejava propiciar um combate mais intenso do contrabando e desvios de ouro e diamantes, pois se notava uma crescente redução do recolhimento dos tributos sobre a extração dos metais e das pedras preciosas. Outra questão que justificava tal escolha: a sede, localizada na região da Guanabara, estrategicamente facilitava o apoio militar às forças portuguesas nas lutas contra os espanhóis no litoral meridional. Em meados do século XVIII o Rio acaba por ser espaço de cobiça dos europeus.

Se por um lado a cidade se constituiu em ponto de articulação de toda a região meridional do império atlântico português, o que a transformou em centro cosmopolita e aberto à circulação de homens, capitais, embarcações, mercadorias, políticas e projetos; por outro, devido ao intenso assédio que sempre sofrera por parte de corsários e contrabandistas, reiteradas foram as tentativas de encerrá-la sob fortalezas, trincheiras e muralhas (Bicalho, 2007, p.04).

O desejo de reformular a cidade e torná-la apta a se configurar nos adventos republicanos e do modernismo se misturavam a uma dada realidade que, segundo o entendimento da época, eram necessárias profundas alterações tanto no aspecto físico da cidade, que passava por questões sanitárias, até condições de vida precárias de uma interessante camada pobre da sociedade carioca. Ainda, modernizar a cidade do Rio de Janeiro significava apagar vestígios do que a colonização deixou na cidade. Edifícios antigos

coloniais deveriam ser trocados por novas construções que representassem a modernidade. Era necessário satisfazer os anseios de uma elite em ascensão.

Uma grave questão a ser resolvida e que desafiava as autoridades cariocas era as condições dos negros escravizados, expostos às ruas para serem negociados. Em todos os aspectos, a situação dos negros causava repugnância. A forma como eram levados e deixados até a negociação e sua saída definitiva gerava constrangimentos diversos. “Sentados em umas tábuas, que ali se estendiam, ali mesmo faziam tudo que a natureza lhes lembrava, não só causando o maior fétido nas mesmas ruas e suas vizinhanças, mas até sendo o espetáculo mais horroroso que se podia apresentar aos olhos^v”. Por trás da iniciativa de modernização do Rio de Janeiro, havia uma tentativa de reconstruir uma cidade nos moldes europeus e Paris era a metrópole a ser imitada. A justificativa para tal transformação da cidade reside no fato de o Rio de Janeiro ter se transformado em importante polo de atração: pessoas, negócios, empreendimentos, era a porta de entrada de diversos povos para os demais países da América do Sul.

Para além dessas questões, a descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, trouxe prosperidade comercial ainda maior à cidade. Nota-se que, em pouco mais da metade desse século, o crescimento populacional da cidade foi exorbitante. Abastecimento de água e saneamento básico acabaram por se transformar em problemas desafiadores para as autoridades da época. Muito rapidamente a cidade do Rio de Janeiro começa a conviver com um transitar frenético de pessoas de diversas nacionalidades que estavam a negócios, de passagem ou mesmo viajantes. “Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade” (Santos, 1982, p. 37). O Rio de Janeiro estava nesse processo. Intensificam-se novas e tantas relações. À medida que a cidade se desenvolvia, os problemas sociais também.

A cidade se forma situando-se entre o mar e quatro morros: do Castelo, da Conceição, de Santo Antônio e São Bento. Lagoas, pântanos e manguezais fazem parte da geografia da cidade e isso trouxe inúmeros problemas de saúde para a população. Eram apontados como

lugares de propagação de doenças, fazendo com que os moradores procurassem fixar residências distantes dali. Certo é que a cidade crescia e



A Lagoa de Santo Antônio (atual Largo da Carioca), antes de seu aterro, no século XVIII. Simulação do Instituto Pereira Passos

não dava conta da demanda. Somente em 1750 o governador Gomes Freire inaugura o Aqueduto da Carioca, hoje conhecido como Arco da Lapa. Era o novo sistema de abastecimento da cidade. As águas, enfim, começam a jorrar no aterro da Lagoa de Santo Antônio, era um chafariz com 16 bicas. A partir daí muitos outros foram construídos. Na segunda metade do século XVII, o Rio possuía cerca de 30 mil habitantes, era a cidade mais populosa do Brasil. Esse era um dado que muito interessava à Coroa para o advento do domínio colonial.

Após se livrar de dois episódios de dominação francesa, em 1710 e 1711 uma fortaleza de proteção fora erguida, mesmo sem um consenso razoável que fosse, principalmente com a Câmara Municipal. No entanto, o então governador Luís Vahia Monteiro levou o projeto adiante. As construções na cidade se davam de modo acelerado, assim foram proibidas edificações fora dos limites do muro, “no entanto, a ordem não resistiria por muitos anos, já que a prosperidade da cidade era acompanhada de rápido crescimento populacional e consequente ampliação da demanda por terrenos para alocar novas residências e lojas de comércio” (Pimentel, 2015, p. 1). A escolha para se fincar a construção da cidade se dera de forma muito criteriosa. Uma série de pré-requisitos teriam sido levados em conta já que as experiências de invasões e investidas de piratas, corsários e outros interessados em assaltarem o açúcar, o ouro e outras riquezas e/ou tomar a cidade, ocupá-la, eram uma constante. “Sem dúvida a região da Guanabara respondia satisfatoriamente às premissas econômicas, geopolíticas e militares nas quais o rei, secundado por seus conselheiros, se baseara para fundar a cidade” (Cavalcanti, 2004, p. 6).

Assim a cidade progredia. Pimentel (2015) ainda destaca, nesse período de formação da cidade, a importância do trabalho que as igrejas desempenhavam. Segundo ela, devido ao progresso que a cidade ganhava e a circulação de riquezas, diversas igrejas foram reconstruídas ou redecoradas com maior luxo. Destaca que a vida social da cidade passou a girar em torno dos trabalhos das igrejas.

Os serviços de saúde, a proteção aos órfãos, às viúvas e aos desvalidos, os funerais, a marcação das horas, o abastecimento de frutas e hortaliças, a educação formal, a iluminação das vias públicas, a organização das profissões e até mesmo o lazer, enfim, praticamente tudo relacionado ao cotidiano se vinculava, de alguma forma, às igrejas, irmandades e associações religiosas. (Pimentel, 2015, p. 1).

A cidade se avoluma em tal importância para a Coroa que, em 1761, o rei de Portugal, D. José I, ordena que o governador do Rio, Gomes Freire, devesse fazer sua transferência para a cidade de Salvador, “em resposta, ele afirmou que deixar a cidade ‘sem cabeça’ significaria uma operação de altíssimo risco, pois São Sebastião era ‘a mais importante joia’ da Coroa Portuguesa, já que seu porto manejava as maiores riquezas da colônia” (Pimentel, 2015, p. 2). Para todo o burburinho e avanço político, social e comercial que o Rio sofria, é inegável reconhecer o peso que o porto tinha e o papel que desempenhava nessa nova conformação que a cidade ia ganhando em meados do século XVIII. Pesavento (2012, p. 582) vai dizer que “Desde antes de 1750, o porto carioca já se destacava nos quadros do império ultramarino português”. Essa condição, que o porto da cidade do Rio de Janeiro sustenta, recebe contribuição de uma série de ocorrências: a intensa quantidade de pessoas que chegavam à cidade e o advento da descoberta de ouro nas Minas Gerais na virada do século XVII para o século XVIII. “O ouro gerou um aumento no fluxo de bens e serviços para a região mineira, o qual intensificou o comércio de abastecimento, levando ao estabelecimento de uma série de redes comerciais” (Pesavento, 2012, p. 582). A localização do porto e o surgimento de ouro em Minas impulsionam vertiginosamente a economia da região, expandem o conglomerado de pessoas, pois essas viam na cidade do Rio oportunidades de crescimento.

A notícia da existência das jazidas provocou uma admirável migração para Minas Gerais. Indivíduos de diversas classes sociais, de todas as partes do Reino e da Colônia, partem para a região mineira, o que acarreta um aumento populacional sem precedentes. Isso desencadeou não só o aumento do consumo, mas a formação de novos povoados, vilas e cidades, elevando a circulação e produção de diversas mercadorias. (Pesavento, 2012, p. 583).

A esse respeito, Pesavento (2012) traz alguns dados interessantes que reforçam o peso que a movimentação portuária na cidade imprimiu em toda a região, de forma a significar elevado aumento nas arrecadações para a Coroa. “Um exemplo do crescimento da movimentação do porto do Rio de Janeiro no início do século XVIII é a arrecadação da dízima da alfândega. Por exemplo, no triênio iniciado em 1712, a arrecadação chegou a 53:200\$000 réis e no período 1724-26, chegou a 97:400\$000 réis” (Carrara, 2008, p. 19). Isso nos leva a concluir que passagens pelo porto do Rio eram praticamente obrigatórias. Quem desejasse alcançar as regiões do ouro em Minas ou mesmo o sul do Brasil, ou passagem para diversos países sul-americanos, passar pelo porto do Rio era o caminho mais apropriado. Em

1765, fazendo escala no Rio de Janeiro antes de seguir viagem para Lisboa, Luiz Antônio de Souza ficou entusiasmado com o que encontrou e viu na cidade e em correspondência ao futuro Marquês de Pombal, não economizou:

Pelas notícias e informações de pessoas práticas que incessantemente tenho ouvido desde que desembarquei, e por tudo o que tenho observado, considero hoje o Rio de Janeiro a chave deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Minas com o interior do país, ficando por este modo sendo [sic] uma das pedras fundamentais em que se afirma a nossa Monarquia e em que [se] segura uma parte muito principal de suas forças e das suas riquezas.^{vi} (Bicalho, 2006, p. 2)

A posição geográfica do Rio de Janeiro era tão privilegiada que “Na época, alguns povoadores da cidade conquistaram contratos de *Asiento*^{vii}, que lhes permitiram explorar o tráfico negreiro em Angola e ter acesso privilegiado ao porto de Buenos Aires, de onde os escravos eram enviados para trabalhar nas minas do Peru” (Pimentel, 2015, p. 2). Com esse intenso frenesi, Pesavento (2012) aponta que

Este período também vai presenciar a implementação de novas culturas no Rio de Janeiro, como o anil, o arroz, a cochonilha, o linho cânhamo, a amoreira (bicho de seda) e o café. Na verdade, a introdução de medidas de fomento à diversificação agrícola estão inseridas num contexto peculiar. De um lado, existe o crescimento da demanda inglesa por matérias-primas, fruto da Revolução Industrial. De outro, as medidas pombalinas de fomento agrícola. (Pesavento, 2012, p. 585)

Como já aludido aqui, a prosperidade da cidade também passa por uma série grandiosa de problemas. Há um desordenamento na estruturação física da cidade. As ruas e ruelas se formam de maneira muito aleatória, sem um segmento. Coaracy (1955, p. 333) é categórico em afirmar que “a toponímia no Rio de Janeiro foi sempre confusa e fluida. À proporção que iam delineando as ruas, dava-lhes o povo, espontaneamente, denominações derivadas, ou de um acidente local ou, em numerosos casos, do nome do principal ou primeiro morador”. Pelo visto, não havia bases de sustentação plausíveis que justificassem e sobre as quais se assentavam a estrutura da cidade que ora se erguia.

Predominavam as casas térreas e sobrados, sendo raras as de três ou quatro pavimentos. Nas formas predominavam os cheios sobre os vazios, as formas quadradas ao invés de retangulares, as colorações contrastantes das portas e janelas em relação as paredes: as janelas eram em tons fortes, tais como verde, azul ou vinho. As frentes das casas tinham duas ou três aberturas, e se destinavam ao comércio, moradia ou função mista nos sobrados. (Coaracy, 1955, p.333)

Ou seja, a cidade se expandia de forma desigual, sem planejamento. Por mais que as Cartas Régias fossem documentos norteadores de estruturação, formação e composição das cidades (como visto no capítulo anterior), nem todas as recomendações foram seguidas, obedecidas ou cumpridas. Ao que parece, tudo era urgente, necessário de qualquer forma, naquele momento, pois a cidade não tinha tempo de se apegar a esses “por menores”, não podia parar.

Em linhas gerais, o Rio de Janeiro prossegue em desenvolvimento e seu projeto urbano, mesmo para os acanhados anos do século XVII, vai ganhando formas.

Ainda neste período aterram-se a Lagoa do Boqueirão por questões de saúde pública, abrem-se as Ruas do Passeio e das Belas Noites (Marrecas), prolonga-se o cais da Praça do Carmo pela Praia de Dom Manuel (1790-1801) e a iluminação pública evolui dos lampiões abastecidos por óleo de peixe frente às igrejas, para quatro lampiões nas ruas principais e dois nas secundárias melhorando a iluminação noturna da cidade, especialmente nas regiões centrais e mais densas. Enfim, para Sauton (1792), fazendo uma comparação com o estilo de vida europeu, a cidade teria progredido muito, com ruas retas bem pavimentadas com passeios, fontes refrescantes, lojas abarrotadas e gente de bom gosto e conforto. (Coaracy, 1955, p. 334).

Em termos de Brasil, tais elementos, que iriam compondo o cenário carioca, eram bastante significativos. Se constituíam em avanços, em conquistas, para a cidade. Decerto é que o Rio de Janeiro, nesses anos, passa por experimentos ainda não existentes em outras cidades brasileiras. Sabe-se que os investimentos eram grandiosos. Desde o aterramento de lagos e lagoas até a construção de muralhas para a proteção da cidade contra invasores.

O Rio de Janeiro não é a cidade que goza da primazia de ter, por ali, desfilados os grandes acontecimentos políticos e sociais do país nos séculos XVIII e XIX. Mas, foi a partir do ano de 1763 que ali foram construídos os mais importantes palácios, fortalezas, aquedutos, igrejas, museus e bibliotecas. No Rio se lutou ferozmente contra os franceses (no século XVI), ao Rio chegaram mais de um milhão de escravos, vindos de diversos países africanos, a partir de 1758; ali Tiradentes fora enforcado em 1792. Ainda em 1808, a cidade recebe toda a Família Real, proveniente de Portugal, que desembarca e muda a vida da futura metrópole.

Alteram o modo de vida da população, trazem inúmeros benefícios e mexem com a estrutura de toda a cidade.

Em seu artigo “Bailes Brasil Colônia / Império”, a Professora Maria Enamar Ramos vai dizer que

No século XIX a corte portuguesa, exilada no Brasil, trouxe seus costumes e sua pompa modificando a vida da Colônia, na forma de vestir, na convivência social e nos usos da dança nos seus salões de festa. A evolução da dança usada nos salões — de danças de pares em grupo, como a Quadrilha, para danças de pares enlaçados, como a valsa e a polca — foi descrita por romancistas da época, que continuaram usando a dança de salão e suas etiquetas para conduzir suas histórias. (Ramos, 2007, p. 67)

O Rio passa a ser o centro político do reino de Portugal. Com a chegada da Família Real, em 1808, definitivamente o país inteiro tinha suas atenções voltadas para a cidade. A 7 de março, a esquadra real chega ao porto da Baía da Guanabara. O espetáculo foi monumental, nunca se tivera tal exemplo na cidade: “as salvas de canhões, os tiros de fuzis e as badaladas dos sinos das igrejas anunciavam a entrada triunfal da família real que recebia as homenagens por toda a parte” (Meirelles, 2015, p. 9). A população assistia a tudo estupefata. Enquanto a realeza era recepcionada pelas autoridades locais, o espaço da praia e dos morros estavam apinhados por populares curiosos. O conhecido padre Perereca — Luiz Gonçalves dos Santos, registrava, emocionado: “Rio de Janeiro, Cidade a mais ditosa do Novo Mundo! Rio de Janeiro, aí tens a tua Augusta Rainha e o teu excelso Príncipe com a sua Real Família, as Primeiras Majestades que o Hemisfério Austral viu e conheceu” (Meirelles, 2015, p. 10). Dom João chega fascinado com os ares e a geografia da cidade. Ao contrário, Dona Carlota Joaquina chorava copiosamente, não se convencia da posição de futura rainha de possessões coloniais. Já o olhar de D. João sobre a colônia era de profunda satisfação e encantamento.

A cidade festiva não cessava as honrarias de acolhimentos: “[u]ma extensa parada militar tomava a praça e formava alas para a Rua do Rosário e Rua Direita até ao adro da Catedral. O cortejo progredia com lenta, imponente majestade”, expõe Luiz Norton (1938, p. 52). A missa na catedral foi a mais pomposa. O Hino de Graça fora cantado pelos súditos mais ilustres, com grande instrumental. Suas altezas concederam um beija-mão geral (Meirelles, 2015, p. 10). Para se entender melhor o nível de admiração e entusiasmo por parte da elite colonial, atentemos às palavras do então padre Luiz Gonçalves dos Santos: “[e]nche-te de júbilo, salta de prazer, orna-te dos teus mais ricos vestidos. Sai ao encontro dos teus

Soberanos e recolhe com todo o respeito, veneração e amor o Príncipe ditoso, que vem em nome do Senhor visitar o seu Povo” (Santos, 1825, p. 16). No entanto, a realidade circundante, nada reluzente, afetava a cidade frontalmente. Todo o *glamour* das festividades de recepção da Família Real não conseguia esconder tantas condições precarizantes que a cidade atravessava.

Estruturalmente, a cidade não estava preparada para tantas alterações. Ruas, ruelas, casas e casebres em condições, se não totalmente precárias, não davam conta em acomodar confortavelmente os súditos do rei. Segundo a historiadora Leila Mezan Algranti (1988, p. 26, *apud* Meirelles, 2015, p. 10), com a chegada da realeza, mais de dez mil pessoas tiveram que ser alojadas às pressas na cidade que estava espremida entre a praia e a montanha, com número grandioso de moradias apertadas, sem luxo, em poucas ruas paralelas e mais algumas transversais, rodeadas por matas e logradouros desertos. Nessas condições, a pequena e acanhada cidade fora elevada à capital do império português na América. Uma solução dada às pressas foi escolher algumas residências particulares e assinalá-las nas portas as iniciais PR — Príncipe Regente, significaria dizer que o dono do imóvel deveria desocupá-lo para a acomodação de um membro da realeza. “O afluxo de uma grande quantidade de pessoas agravou os problemas urbanos. Além da falta de moradia, havia carência no abastecimento de água, saneamento, segurança pública”, descreve o historiador Paulo de Assunção” (2008, p. 88 *apud* Meirelles, 2015, p. 11). O descontentamento foi geral. Os donos das residências sentiram-se lesados e os portugueses descontentes em virtude das condições das moradias sem luxo em comparação com as suas em Lisboa.

Com a chegada da Família Real, uma pluralidade de universos e influências diversas se fazia notar em toda a estrutura da cidade. “Se a vila se modificou para se vestir como capital do império português, as permanências são evidentes. Suas casas e traçados coloniais, suas festas tomadas por costumes africanos, seus hábitos alimentares orientais... nada permite duvidar de um universo obrigatoriamente plural” (Shwarcz, 2008, p. 06 *apud* Meirelles, 2015, p. 11). Segundo alguns estudiosos, entre 1808 e 1822, o número de habitantes do Rio de Janeiro triplicou. Presume-se que em 1808 a cidade possuísse cerca de 60.000 habitantes e o censo de 1821 indicava uma população em torno de 79.321 pessoas. Inegável que o tráfico negreiro e a abertura do porto do Rio propiciaram esse vertiginoso aumento no número de

peças que demandavam serviços e exigia da cidade maior e melhor estrutura para dar conta das exigências.

Segundo atestaram alguns historiadores, o Rio colonial era uma cidade suja. Sistema de abastecimento de água muito acanhado, não havia sistema de esgoto, por isso as várias lagoas espalhadas por toda a cidade eram locais fétidos, habitados por inúmeros insetos transmissores de doenças. Havia escravos em número grandioso responsáveis por recolher os urinóis em casa de famílias mais abastadas e despejar os dejetos no mar. Com isso, a cidade fora acometida por diversos tipos de doenças. Varíola, tuberculose, malária, febre amarela e cólera compuseram o quadro histórico da cidade por muitos anos. Por exemplo, mais de 4 mil pessoas morreram vítimas de febre amarela no Rio de Janeiro entre 1850 e 1851. Mais de um terço da população contraiu a doença e em 1873 quase 4 mil pessoas perderam a vida pela mesma doença. Levantaram-se diversas teorias tentando justificar a proliferação. A medicina da época foi incapaz de dar conta de um controle sanitário eficaz. Os médicos defendiam a ideia de que havia estreita relação com os miasmas. Diziam que os odores pútridos dos ares da cidade eram o agente contaminador da população. Apontavam os pântanos como responsáveis por disseminação dos miasmas, pois a presença dos morros impedia que o ar circulasse livremente. Outra linha de discussão dizia a culpa ser dos maus hábitos dos pobres. Era uma questão de higiene.

Assim, em anos iniciais do século XX, o Rio de Janeiro já era a cidade mais cobiçada não somente pelo restante do Brasil, mas por diversos olhares, se não do mundo, ao menos a Europa tinha toda sua atenção voltada para a cidade sede do império português na América. O Rio começava a ser pensado como a cidade modelo capitalista. Mesmo sendo contemplada com uma gama de benefícios com a chegada da Família Real, no entanto, carregava ranços, traços típicos, costumes, características diversas e ainda cores, modelos e molduras bastante fortes das insígnias colonialistas.

No geral, a cidade fora beneficiada com uma certa estruturação que colaborava em propiciar e afirmar motivos para se garantir como sede do Império. Além da implantação do Banco do Brasil, abertura de ruas e avenidas, criação do Jardim Botânico, instalação da imprensa, ser beneficiada com um porto por onde passava um número considerado de todo o tipo de comércio e transações comerciais que interligavam o Rio com diversas regiões do Brasil, com vários países da América do Sul e Europa, criaram ainda as instituições régias e essas alteraram significativamente o funcionamento das práticas e decisões do Império

Português e também a vida cotidiana da cidade (Meirelles, 2015, p. 14). Toda uma estrutura burocrática estava sendo montada.

Meirelles (2015) lembra que, segundo a historiadora Leila Algranti (1988, p. 35), “inseria-se na antiga política colonial de fortalecer no Brasil um Estado extremamente dependente, vinculado às organizações de Lisboa, sem autonomia ou criatividades próprias”. Uma das principais instituições criadas nesse período de estadia de Dom João no Brasil foi a Intendência-Geral de Polícia da Corte. Com diversas atribuições, o desembargador carioca Paulo Viana era o responsável direto pela segurança da Família Real, fiscalizava construções de teatros, era do seu cargo manter a “ordem” das festas públicas, prender pessoas, deter escravos fugitivos, vigiar a cidade... Havia ainda o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criação da Intendência da polícia, com lugar centralizado dentre as demais instituições, ligadas diretamente à vida colonial da cidade, criação da primeira tipografia da colônia: a Impressão Régia. Essa era de importância ímpar para a promoção da cultura no Império Português: “a Impressão Régia tinha numerosas funções que extrapolavam a impressão exclusiva de todos os papéis ministeriais e diplomáticos do serviço real de todas as repartições” (Meirelles, 2015, p. 18). Inegáveis as contribuições que a imprensa trouxe ao Brasil para a vida cultural do país.

Nesse período, foram impressos 720 títulos que versavam sobre diversas temáticas: opúsculos, sermões, prospectos, obras literárias e científicas sobre matemática, história, ciência política, economia e filosofia, teatro, romances, dramas, entre outros. Já em relação à documentação oficial, no mesmo período foram contabilizadas 1.427 publicações. (Schwarcz, 2002, p. 251)

Enfim, mesmo após o retorno da Família Real, treze anos depois, a estrutura aqui deixada contribuiu decisivamente para fazer do Rio de Janeiro uma cidade promissora. Mas, o Rio vivia nesses anos, intensas contradições. A estrutura dada à cidade, como construções diversas, movimentação portuária em que por ali passavam milhares de viajantes, comércio intenso de escravos e outros produtos, instalação de órgãos públicos, etc., contrastava com a realidade social que marcava a vida da população. Sabe-se que, internacionalmente, o Rio já recebia ferrenhas críticas dadas as condições sanitárias da cidade. Estatísticas dão conta que em 1905 a taxa de natalidade era inferior à de mortalidade. Em 1849 tem início a saga do castigo da febre amarela na cidade do Rio. Estudiosos e historiadores, como a francesa

Armelle Enders, afirmam que a doença matou 4 mil pessoas nos seus primeiros anos de aparecimento.

Na virada para o século XX, a cidade era um misto de avanços e retrocessos. Mas, era extremamente necessária uma reforma ampla na capital federal. Para muitos, pelo porto da cidade deveria-se iniciá-la. Embora o comércio do ouro estivesse em decadência há muitos anos e foi esse que sustentou as maiores movimentações econômicas, a zona portuária carioca oferecia razões diversas para isso. Entre 1903 e 1906, a cidade do Rio de Janeiro passa por duas grandes reformas. A primeira foi de iniciativa do Governo Federal e o porto da cidade era o alvo principal; a segunda reforma, de integração das diversas regiões da cidade ao seu centro.

Em 1902, Francisco Pereira Passos foi indicado, pelo presidente Rodrigues Alves, para prefeito do Rio, entre dois outros nomes mais. A escolha reunia uma série de pré-requisitos: era necessário alguém com perfil técnico, experiência administrativa e que tivesse profundo conhecimento da *urbe*. Pereira Passos trazia esses predicativos. A Constituição Republicana concedia ao Governo Federal captar recursos fiscais mediante a cobrança de impostos sobre as importações e os estados sobre as exportações.

Como, na época, o Rio de Janeiro era o mais importante centro consumidor de produtos importados, ampliar a estrutura portuária era mecanismo muito positivo de escoamento de quantidade enorme de produtos. Assim, começar pelo porto seria a obra de maior relevância e de sublime importância. Dali partiriam a execução de outras obras, pois, segundo Azevedo (2003, p. 42–3),

As obras de melhoramento do porto eram vistas, portanto, como a “base do sistema”, devendo, além do “saneamento”, aumentar o “comércio”, a “arrecadação das nossas rendas” e as “condições de trabalho”, maneira como se refere à necessidade de resgatar a imagem da cidade, para ampliar a captação de mão de obra imigrante.

A reforma, a partir do revigoramento do porto, era a expressão da mentalidade de progresso que os engenheiros traziam — rompiam com a antiga tradição da cidade. Davam outros rumos, outros traçados. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho (1994), citada por Azevedo (2013), “eram afeitos a ‘governar por retas’, a ciência deveria ser incontestável, com poucos limites à sua atuação, fossem eles provenientes da geografia ou mesmo da história da

cidade” (Carvalho, 1994, p. 43). A meta urbanística pensada para a cidade do Rio de Janeiro passava por aterramentos de terrenos, correção de solos, isso “permitindo o surgimento de uma série de ruas que se dispunham em uma relação de paralelismo e perpendicularidade, formando ângulos de 90 graus, e cujo conjunto final denotava um sistema de vias e quarteirões em harmonia simétrica” (Azevedo, 2003, p. 43).

Para se chegar a esse nível na execução das obras, um vasto estudo fora feito. Os profissionais tiveram critérios rigorosos de escolha: “[a] carreira de engenheiro na época da formação de Passos era de tal modo sintonizada com o sentido de promoção de uma civilização, que a principal matéria para o exame de ingresso na escola de engenharia era o latim, e não as ciências físicas ou a matemática” (Azevedo, 2015, p. 155). Assim, à nomeação do engenheiro Rodrigues Passos, o Governo Federal, através do seu ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Muller, procede à indicação de um ilustre membro do Clube Engenharia, Francisco Bicalho, no intuito de promover a reestruturação e reforma do porto e da área urbana na região portuária da cidade. Ademais, as reformas pretendidas e operadas eram de um caráter de extremo avanço para toda a localidade e para o país: “[a] obra do porto fora projetada na referência da ideia de progresso. Fora pensada como ícone maior do progresso material no Rio de Janeiro e, em decorrência, no Brasil” (Azevedo, 2003, p. 45). Decididamente não se tratava de uma intervenção qualquer. Para os acanhados anos de início do século XX, a reforma que procedida na cidade do Rio de Janeiro se constituía em extremo avanço em termos de engenharia e audácia governamental.

André Azevedo (2003), em seu trabalho “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”, traz um destaque dado pelo Jornal do Comércio alusivo às obras do porto:

À beira-mar, em terrenos dessa área aterrada e em prédios que hão de ser desapropriados na saúde, estender-se-á uma faixa de cem metros de largura; vinte e cinco para o cais, guindastes, trilhos para a circulação de comboios da ‘Central’ e da ‘Melhoramentos’ etc. Vinte e cinco para os dezessete armazéns, casa de máquinas, Guarda-moria, e demais edifícios, cinquenta para uma avenida, cujas casas olharão para o mar. O movimento de todos os aparelhos do cais, bem como a luz, serão devidos à eletricidade. (*apud* Brenna, 1985, p. 311–12).

Na esteira da ideia progressista, o porto traz uma série de elementos que se constituíam em novidades sua utilização naqueles anos. Trilhos, guindastes elétricos, energia elétrica, casas de máquinas, aparelhos elétricos diversos, não eram itens de uso comum em

construções e/ou em obras e não faziam parte do dia a dia da população carioca. Sua introdução no revigoramento do porto trouxe ares de progresso e civilidade à cidade.

Nesse ínterim, estavam-se procedendo duas reformas por duas vias. “[...] o plano de intervenção urbana municipal operou-se de maneira distinta. Consistiu fundamentalmente na abertura, prolongamento e alargamento de um conjunto de ruas da cidade, modificando assim o sistema viário da urbe” (Azevedo, 2015, p. 159). Enquanto a reforma federal promoveu a criação da Avenida Central, com interferências em toda a região portuária e, como extensão, a reforma e construção da Avenida do Mangue. Por essas iniciativas, a priori, assim tratadas, imprimia-se a ideia de civilização e progresso à cidade.

Para esse grupo de reformadores, liderados pelo Prefeito Pereira Passos, o progresso não somente não seria um ente autônomo, como seria visto como algo a ser orientado por um objetivo magno a ser alcançado, que seria entendido como algo maior que ele próprio e do qual deveria ser expressão, a saber: levar a cabo um projeto de construção de uma civilização na cidade. (Azevedo, 2015, p. 28)

Assim, cinco operações de reordenamento da estrutura das vias da cidade eram a essência do relatório da Comissão da Carta Cadastral, elaborada pelos engenheiros responsáveis pelas ideias da reforma. Fazia parte, pelos planos traçados, o desfogamento do movimento intenso entre os bairros do centro e aqueles localizados no sentido sul da cidade. Para isso, fora projetada uma avenida margeando o litoral em toda sua extensão, tratava-se da Avenida Beira-Mar. Ainda, outra operação estabelecia uma ligação entre o litoral da região central e os bairros do sentido oeste da cidade. Surgem diversas ruas, caminhos que confluíam para os subúrbios cariocas. Alargaram-se diversas ruas, demoliu-se grande quantidade de residências. As ruas, após as reformas, ficaram com 17 metros de largura e quatro quilômetros de extensão.

A terceira operação ligava o litoral da região central aos bairros do norte e oeste da cidade: “[e]ssa intervenção formou uma linha de comunicação feita pelo Boulevard de São Cristóvão, Rua Visconde de Itaúna, Praça da República e Rua Marechal Floriano Peixoto prolongada até o mar” (Azevedo, 2015, p. 162). Foram demolidos prédios do lado par da Rua Visconde de Inhaúma. Tal operação envolvia o Cais dos Mineiros, o Largo do Matadouro, regiões de São Cristóvão e Maracanã. Ligou-se o centro da cidade aos bairros mais populares

da zona norte do Rio. A quarta intervenção ligaria a região portuária ao centro da cidade. Bairros como Saúde e Gamboa deixavam seus isolamentos.

Tal operação envolvia o alargamento da Rua da Prinha, Uruguaiana, até a Rua do Sacramento, como também alargamento da Rua Camerino até o Cais da Saúde, demolindo-se quase todos os prédios. A quinta intervenção promovia uma interligação entre os bairros da região sul com os da direção oeste da cidade: “[o] tráfego de carros e carroças nesse sentido era grande e demandava uma solução urbanística. Foi projetada, então, uma avenida de 17 metros de largura entre o Largo da Lapa e a Rua Frei Caneca, na esquina da Rua de Santana, passando sob os Arcos da Carioca” (Azevedo, 2015, p. 163). Enfim, o Rio em (re)construção era a cara do que seria o progresso brasileiro. A virada para o século XX, no Brasil, após a Independência, a Libertação dos Escravos e a Proclamação da República, trouxe apontamentos de modernidade, progresso, já que esses movimentos políticos constituíam avanços de superação de um Brasil ainda com ranços coloniais. Começar pela capital da república, cidade promissora, vista como prenúncio de grandezas, que presenciou grandes movimentos políticos e sociais, fazer tais ideais espargirem-se pelo país, era a elevação do Brasil na sua entrada definitiva para o mundo do progresso.

2.2 Sociedade de Base Escravocrata

“O latifundiário, o escrav[izado] e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. [...] O favor é a nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção”. (Roberto Schwarz)

Para compreender a formatação da sociedade colonial carioca, até mesmo na atualidade, é necessário se conectar com nosso passado histórico em perspectivas diversas. A priori, a exploração do homem se configura como a primeira prática, imposta pelo branco europeu em seus primeiros contatos com a civilização indígena aqui encontrada quando da chegada ao Brasil. Em outro plano, o trabalho forçado se constitui como o principal evento de entendimento de como se forjou e se edificou a sociedade brasileira. Sabe-se que as maiores incidências de tais práticas se deram em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, estados brasileiros que mais receberam negros escravizados vindos da África. No sentido mais amplo de fazer, produzir, cuidar da terra, plantar, colher, desmatar, transportar produtos, promover toda essa gama de atividades, sem onerar os cofres do Estado ou mesmo de uma pequena elite colonial empreendedora, fazer girar toda essa engrenagem a custo bem baixo, era prioridade maior.

Fugindo às obrigações de ter despesas, gastos com pagamentos e outras/os por trabalhos executados, o europeu logo descobriu que escravizar seria o caminho mais propício. Pensa-se, a princípio, promover a escravização do indígena. Esses não se adaptam e os europeus desistem.

É sabido que a cidade do Rio de Janeiro se forma a partir da expulsão dos franceses. Por duas ocasiões, percebendo a vulnerabilidade em que os portugueses jogaram os derredores da Baía da Guanabara, as duas investidas francesas custaram lutas, batalhas e mortes. Mas, desde muito cedo, o Rio tornou-se uma cidade onde predominava a diversidade. A cidade era porta de entradas e saídas para tantos centros no sul da América. Era uma cidade aberta para o mundo. A presença do exógeno perambulando pelas ruas, praças e becos da cidade era constante.

Desde os tempos coloniais, a cidade já se configurava, tanto na América espanhola quanto na portuguesa, com perceptíveis traços distintivos de um cosmopolitismo jamais visto em outra *urbe*: “[a] cidade se afigurava como centro de circulação de mercadorias e, juntamente com elas, de bens simbólicos, ideias que chegavam e eram processadas pelos seus moradores, que logo tratavam de relacioná-las com a realidade local na perspectiva de sua cosmovisão” (Azevedo, 2010, p. 7). Certo é que o Rio agregava uma quantidade grandiosa de circulantes, como já aludido aqui: desde piratas, comerciantes de diversos gêneros — roubos, assaltos dos principais produtos que circulavam pelas vias que levavam ao porto do Rio eram uma constante, — esses passaram, muito cedo, a fazer parte da História da cidade. “Para muito além de espaço cambial de mercadorias, o porto carioca foi espaço privilegiado de circulação de bens simbólicos, sendo o elo que conectava a cidade com o restante do mundo. No século XVII o porto carioca e a cidade do Rio de Janeiro capitaneavam rotas comerciais com diversas partes do globo” (Azevedo, 2010, p. 3). Era um *status* desfrutado pela cidade do Rio de Janeiro que a colocava em posição bastante privilegiada no lado sul do continente americano.

No Rio de Janeiro, o elemento externo, longe de ser percebido com desconfiança ou como ameaça à estabilidade de um estilo de vida social ou cultural, é visto como parte integrante da dinâmica social da urbe. Na urbe carioca, desde o Seiscentos, o diferente era presença constante na cidade. Desde então, no Rio de Janeiro, constituiu-se uma tradição de assimilação da diferença. (Azevedo, 2010, p. 4)

Interessante o entendimento do quanto o porto do Rio de Janeiro assume papel crucial no desenvolvimento da colônia. Segundo Azevedo (2010), o porto carioca capitaneava rotas comerciais diversas. Era muito comum e frequente passar pelo porto todo tipo de comércio e contrabando. O porto do Rio estabelecia uma ligação muito direta com a cidade de Potosi, era intenso o comércio de contrabando de prata. Ainda, o porto do Rio servia como importante ponto de apoio, pois era local de aguada para o reabastecimento dos navios portugueses, esses

Articulavam as mais diversas rotas comerciais que ligavam desde a África Oriental; o Oriente Médio através de Ormuz; os diversos empóRios lusos na Índia como Cochim, Mangalore e Kananor, que cuidavam do lucrativo negócio da pimenta; o comércio da seda e manufaturas extremo-orientais que passavam por China e Japão através da rota Macau-Nagasáqui e o comércio de pérolas das Ilhas Molucas. (Azevedo, 2010, p. 3–4)

De igual modo, ou até em quantidade de maior escala, ainda no século XVII o porto do Rio foi responsável por um intenso tráfico de negros escravos: “[o] tráfico negreiro também verificou forte crescimento no início do Seiscentos, tendo o porto do Rio como espaço privilegiado de captação de cativos africanos oriundos de Angola” (Azevedo, 2010, p. 3). A cidade do Rio acabou por ser um espaço transgressor para com o Pacto Colonial. O intenso comércio do Rio não se restringiu apenas a Portugal. Em outro ponto, o Rio de Janeiro, ao galgar a posição de centralidade política em 1763, acaba por se constituir em espaço de referência para todo o centro sul da colônia: “[o] Rio de Janeiro moderava a sua característica de espaço aberto ao embate político, passando a ser metáfora de um projeto exógeno de afirmação da autoridade e de um estilo de vida distinto daquele presente na cidade colonial” (Azevedo, 2010, p. 9). Percebe-se como o Rio colonial avança em constantes transformações. Toda a configuração da cidade se alterou muito rapidamente. Aquele *status* de cidade acanhada, colonial, com certas precariedades sanitárias, estruturais, foi se perdendo em um curto período. Certo é que as condições físicas do Rio colonial chegaram até a ser repugnantes por alguns anos; no entanto, a cidade se alarga, cresce, se avoluma além das perspectivas traçadas. O Rio avança para lá dos limites dos muros.

Por volta do ano de 1640, a cidade do Rio de Janeiro comportava um equivalente a mais ou menos 12 mil habitantes. O que se notou foi um considerado crescimento da capitania nas primeiras décadas do século XVII. As primeiras edificações da cidade ocorreram no governo de Mem de Sá, por volta de 1567. Essas começaram a ser construídas no Morro do Descanso, depois chamado Morro do Castelo. Por causa do forte, com paredes de até um metro de espessura, seus fossos e muralhas, a fortificação se parecia com um castelo. Ainda nessa colina se construiu o Colégio dos Jesuítas, o prédio da Câmara Municipal, a cadeia, a igreja de São Sebastião, as primeiras moradias. Com isso intensificou-se fortemente o movimento portuário na cidade com Angola e a região da Prata. A área urbana da cidade logo se expande pela Rua Direita (atual 1º de Março), entre a Piaçaba (atual Rua Santa Luzia) até atingir o Morro de São Bento.

O Rio vai assim se costurando. Se fazendo, se refazendo. De espaço em espaço, a cidade vai se consolidando. Com o passar dos anos, se configura como o local da diversidade. Após ultrapassar os limites estabelecidos pelos muros, a cidade se quantifica em espaços e caras novas, as mais variadas. Representantes de uma gama de etnias povoam a área urbana e rural dos arredores da Guanabara. Certo é que o Rio não se contém em si.

Na virada do século XVII para o XVIII, deu-se a descoberta do ouro em Minas. Nesse sentido, o porto acaba por ser via estratégica de escoamento do mineral. Para a cidade do Rio, inúmeros benefícios vieram. Segundo Pesavento (2011, p. 582), “[n]a segunda metade do século XVIII, tornam-se nítidas as consequências desse processo, qual seja, o espaço fluminense transforma-se num dos principais *locus* da dinâmica econômica colonial brasileira”. Quando chega ao interior do Brasil a notícia da extração do ouro em larga escala em Minas Gerais, o contingente de trabalhadores em direção às minas, que quase forçadamente teria de passar pela cidade do Rio, fez surgir uma atividade comercial bastante intensa, um aumento considerável no número da população, formação de novos povoados, vilas e cidades. Enfim, elevou-se consideravelmente a produção e a circulação de mercadorias. Nesse sentido, aumenta na cidade a demanda por mão de obra e a oferta de atividades diversas. Além disso, cria-se, obrigatoriamente, a necessidade de se montar um aparato administrativo e fiscal no sentido de garantir a fatia da Coroa com vistas ao volume de mercadorias negociadas (Pesavento, 2011, p. 583).

É nesses anos do século XVIII que surge importante personagem da política na colônia portuguesa: Sebastião José de Carvalho e Melo — o Marquês de Pombal. A sua principal preocupação em relação ao Brasil foi a reorganização da administração política e a econômica. Nesse período, cai a extração aurífera e um arrefecimento nas exportações brasileiras. O Marquês de Pombal, após a morte de D. João V, implanta uma série de medidas que vão mexer com as relações do Estado para com a Inglaterra e a igreja. “Esse movimento altera o ambiente institucional e afeta o desempenho econômico não apenas do Reino, mas também do seu principal porto, o Rio de Janeiro” (Pesavento, 2012, p.585). Nesse sentido, parece nítido que existiu uma alteração do ambiente institucional luso-brasileiro” (Pesavento, 2012, p. 585). Assim, segundo Pesavento (2012), novas culturas começam a fazer parte do cenário carioca: o anil, o arroz, a cochoilha, o linho, o cânhamo, a amoreira, o café...Decididamente, uma nova fase se vislumbra.

O exposto até aqui, sem esgotar o tema, trouxe um pouco de um Rio de Janeiro na sua formação, nos seus anos iniciais; moderadamente, um breve retrato da dimensão da cidade como o importante centro administrativo e político que se tornou. Configura-se numa cidade com elevadas distinções. O Rio tem seu desenvolvimento acelerado em relação a muitas outras cidades que surgiam no Brasil a partir da chegada dos portugueses às terras tupinambás. Porém, havia uma mancha social, dominante na promissora capital do Império

Português. A presença da escravidão na cidade do Rio de Janeiro põe a nu as piores agruras do relacionamento humano. Além da forte presença negra na cidade, pelo porto do Rio transitava um número grandioso de negros escravizados que eram distribuídos por toda a região Sudeste e Sul do Brasil, com passagem para alguns outros países da parte Sul da América.

Nesse sentido, quais os papéis assumidos pelos negros na sociedade carioca em formação? A proposta aqui não passa pela necessidade de resposta dessa questão, mas é uma questão que nos instiga. Ou, como não lhes era concedida a faculdade da escolha, quais atribuições sociais e papéis os escravizados africanos desempenhavam numa sociedade que presenciou alguns grandes episódios da nossa História: dois momentos de tomada da cidade pelos franceses, chegada da Família Real, Independência do Brasil, Proclamação da República e a Lei Áurea. Em meio a esse ambiente que respirava ares de desenvolvimento e progresso, o Rio viu ali surgir movimentos abolicionistas diversos: Lei dos Sexagenários, Lei do Ventre Livre, até culminar na assinatura da “libertação” total dos escravos em maio de 1888.

Segundo um breve censo levantado pelo Padre José de Anchieta, em 1585 a cidade registrava 3.850 habitantes, constando apenas 750 portugueses e 100 africanos, sendo o restante composto de indígenas e mestiços. Por volta da segunda metade do século XVII a cidade do Rio de Janeiro já possuía cerca de 30 mil habitantes.

Com o declínio da produção aurífera na região das minas, a partir de 1750, o ciclo do café passa a ser a principal força da economia nos tempos do Brasil colonial. Estima-se que, entre 1881 e 1890, o café era responsável por 60% do total das exportações. Utilizando-se da mão de obra escrava, as maiores fazendas de produção cafeeira estavam localizadas no Vale da Paraíba e na região sul fluminense. Os grandes fazendeiros da época eram reconhecidos com títulos de nobreza, se constituíam como base de apoio do Império e se incomodavam muito com as leis abolicionistas.

O café chega ao Brasil, por intermédio de Francisco de Mello Palheta, em 1727. Inicialmente fora plantado em regiões de morros, nas proximidades da cidade do Rio. Porém, logo expande-se para o Vale da Paraíba, onde encontra clima e terras favoráveis ao desenvolvimento do produto. O nosso “Ouro Verde” fora sustentado, por muitos anos, pelo braço do negro escravo. Nesses anos, surgem os “Barões do café”. O patriarcalismo, o latifúndio e a escravidão marcam esse período da nossa história sócio-política. Os negros, comprados no tráfico negreiro ou levados do Nordeste brasileiro, por ocasião da decadência

do ciclo da cana-de-açúcar, eram os responsáveis pelo preparo da terra, plantio e colheita do produto. Há, atualmente, no Vale do Paraíba, 11 fazendas tombadas que representam a força desse ciclo econômico. Tão representativos tornaram-se que donos de terras e negociantes de escravos “converteram-se em fazendeiros-capitalistas e, como consequência, receberam várias honrarias, tornando-se Comendadores da Ordem da Rosa. Enobreceram pelo tráfico” (Pessoa, 2020, p. 60).

Estima-se que Campos dos Goytacazes já representou a maior população de escravos do Rio de Janeiro. Bem certo foi o município com a maior população escrava do Império brasileiro. Segundo (Pessoa, 2020, p. 59): “[e]m meados da década de 1850, eram cerca de 36.500 cativos que representavam metade da população local”. Entre 1831 e 1850, a cidade de Campos recebe cerca de 54 mil africanos escravizados. Esses números correspondiam a cerca de 1/3 do total de cativos desembarcados no litoral fluminense.

Sabe-se que o litoral norte fluminense é de grande representatividade no que diz respeito ao tráfico negreiro, pois segundo Pessoa (2020, p. 59): “[e]m todo o Brasil cerca de 800 mil africanos foram escravizados ilegalmente em praias escondidas e armadas para os negócios negreiros, como aquelas estruturadas no litoral norte fluminense”. De certa forma, ao que parece, segundo muitos estudiosos, dessa formação cultural do Rio de Janeiro (Pesavento, 2020; Azevedo, 2010), o entorno do Rio de Janeiro tornou-se o centro irradiador da maior presença de negros africanos escravizados na América do Sul. O Rio de Janeiro, de forte presença escravocrata, também era um Rio internacional. As diversas misturas presentes na cidade faz do Rio um polo de manifestações culturais bastante variadas. Ainda no século XVII, a formação da cidade se constitui numa imensa colcha, bastante multifacetada culturalmente, com uma presença africana em maior quantidade.

A urbe crescia em importância e status. Com a sua nova situação política a cidade passa a buscar, em sua vida social, a reprodução do espírito das cortes européias. Tinha então como seu modelo maior a Corte parisiense. Esta é tomada como referência nos símbolos de etiqueta e demais frivolidades cortesãs, verdadeiros códigos que serviam à instituição de uma hierarquia bem delimitada no Rio de Janeiro e, consequentemente, a um escalonamento entre os seus habitantes. (Azevedo, 2010, p. 8–9).

Sabe-se que a maior diáspora africana se deu ao longo de quatro séculos. Foi uma migração forçada, milhares de africanos retirados de suas terras, destituídos de seus reinos, foram encaminhados em direção ao Novo Mundo. Entre 1500 e 1850, homens e mulheres em

idade produtiva (entre 14 e 20 anos de idade), em números não oficiais, mas presume-se que dez milhões de escravos foram retirados da África e, desses, seis milhões vieram para o Brasil. Como se sabe, em solo brasileiro, na condição de escravizados, os negros desempenhavam tarefas múltiplas: “alguns eram alocados ao ganho, ou seja, desempenhavam tarefas domésticas ou eram vendedores ou alugados a outros senhores para a execução de vários ofícios. Outros escravos eram destinados ao eito, ou seja, usados na lavoura de cana de açúcar e café” (Pereira, 2020, p. 92). Para além dos trabalhos agrícolas, era bastante comum na *urbe* a presença de um negro ou uma negra em casas de família e mesmo em casas no campo. Eles desempenhavam atividades múltiplas em casas dos seus senhores. Quando não utilizados no trabalho árduo da limpeza e preparo da terra para o plantio, no plantio ou na colheita, muitos escravos no interior dessas residências desempenhavam uma diversidade muito grande de trabalhos obrigatórios.

Naqueles anos, amamentar para a dama, senhora, patroa, era desonroso. Muitas negras escravas foram utilizadas como amas de leite. Elas ainda desempenhavam os chamados serviços de “portas adentro”. Eram amas de criação, de leite, mucamas, engomadeiras, lavadeiras, cozinheiras e uma infinidade de outras atividades dispensadas a sua senhora. Ainda eram dadas à escrava algumas obrigações nas esferas sociais no que se refere a seus patrões. Eram obrigadas a se deitar com eles.

Muaze nos lembra que

Disseminada pelas diferentes camadas sociais do Império, era difícil se encontrar alguém que não possuísse ao menos um escravo em sua propriedade. Nas cidades e em pequenas propriedades rurais, os cativos realizavam várias tarefas sem muita especialização, suprimindo tanto os serviços de roça ou de rua, quanto os afazeres da casa (Muaze, 2016, p. 87).

Nesse sentido, a composição da sociedade carioca se articulava de forma a acolher em seu interior a forte presença africana, presentes em todos os setores e cantos da cidade. Muitos estudiosos afirmam categoricamente que a cidade do Rio de Janeiro já possuiu a maior população escrava da história. Presume-se que cerca de dois milhões de cativos vieram para o Brasil no século XIX, a cidade carioca foi o ponto de entrada de 50% desse contingente.

O ano de 1840 foi marcado como o momento de maior concentração de escravos. A cidade do Rio de Janeiro, em 1849, possuía cerca de 266,5 mil habitantes, 110,6 mil eram negros escravizados. Em porcentagem, esses números representam 41,6% do total da população escravizada. Inegavelmente, o traço distintivo da sociedade carioca desses anos era

o lugar social. Uma sociedade bastante miscigenada, representantes de etnias bastante diversificadas compunham o tecido social da cidade. O território carioca se expande muito rápido. Nesse período surgiam as primeiras lojas comerciais, a Rua do Ouvidor era o foco de representação e da reprodução de todas as tendências da moda europeia. Se desejassem saber das tendências europeias, fossem à Rua do Ouvidor, no centro da cidade. Nesses anos, a composição social da cidade era um misto de figurações que iam do europeu ao asiático, da forte presença indígena e do negro africano. No derredor da cidade se multiplicavam fazendas. Embora o ciclo do ouro em Minas estivesse praticamente já extinto (essa atividade econômica oxigenou o desenvolvimento do Rio de Janeiro), a cidade continuou seu ritmo acelerado em expansão e avanços.

O primeiro estabelecimento comercial de que se tem notícia na cidade do Rio de Janeiro foi um armazém, criado em 1640, nas imediações da Candelária. Por volta desse ano, o tráfico negreiro se intensificou na cidade do Rio.

Como já dito, no Brasil imperial, o traço social distintivo era a presença de homens livres e homens cativos.

No Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII é impossível pensar a hierarquia social sem levar em conta a hierarquia dos homens. O espaço urbano segregava os homens de acordo com sua posição social, cor e sexo, e o espaço físico refletia o simbolismo das relações sociais afastando e escondendo a classe pobre e desvalida, ou um cemitério mal cheiroso. (Pereira, 2020, p. 91)

Nas circunstâncias acima apontadas, se assentavam alguns traços da sociedade carioca. Se por diversos séculos, no Brasil, a prática da escravidão e a subserviência a patrões, donos de terras e de outros tipos de propriedades foi presença marcante na divisão e formação da sociedade brasileira, aceitar a prática escravocrata e as atrocidades que ela impôs foi muito naturalizado no país inteiro e na cidade do Rio de Janeiro do Brasil colonial acabou por se constituir em marca indelével. Se, por um lado, a Rua do Ouvidor era o símbolo do luxo, o espelho da última moda europeia, onde as madames se encontravam para discutir as diversas tendências das cores, combinações de tonalidades e saber das novidades parisienses, no mesmo momento a cidade símbolo de progresso no Brasil trazia em seu seio marcas da divisão social mais latente daqueles anos.

Pelos lados da Guanabara — em frente — à região do Valongo, no Noroeste da cidade, segundo (Pereira, 2020, p. 91), “parece ter sido o local ideal para se esconder aquilo

que a ‘boa sociedade’ desejava não ver: um cemitério de africanos recém-chegados no Brasil”. Na cidade do Rio, dos séculos XVII e XVIII, até mesmo o local de “sepultamento” dos negros passava por um sistema separatista. Na conformação da sociedade carioca criaram-se duas concepções hierárquicas existentes entre os homens brancos, que também se reproduziram entre os escravizados. A divisão entre o crioulo negro, nascido no Brasil, de certa forma já em permanente contato com a cultura local, e os africanos que acabaram de chegar, chamados de “pretos novos”, era a principal divisão estabelecida, imposta e “aceita” na sociedade carioca desses anos.

Por ocasião de suas mortes, o crioulo negro brasileiro e os pretos novos tinham destinações diferentes. Em 1772 o cemitério dos Pretos Novos foi criado na cidade do Rio de Janeiro, ficava em frente à igreja de Santa Rita, e que, após alguns anos, fora transferido para o Valongo. Situar-se aqui, era estratégico. Entre tantos disfarces, ajudava a esconder os traços de desumanidades no pós-morte dos escravos “pretos novos”. Era um “sepultamento” bastante desonroso. Sabe-se que muitos escravos já chegavam ao Brasil doentes, fracos, quando não morriam durante o transporte; a depender do estado de saúde, muitos faleciam ali no Valongo mesmo. O desleixo com os corpos era imensurável. Pereira (2020, p. 91) afirma que “[o] descaso era tanto, que chegou ao ponto da Academia Imperial de Medicina pedir, em um ofício expedido à Câmara de Vereadores, em 1829, que o cemitério fosse interditado, tamanho era o mau cheiro exalado do seu interior”. Sem qualquer cuidado, os corpos eram jogados, deixados, amontoados nesse espaço fétido onde se estima que mais de 60 mil negros tenham sido “sepultados”.

Como porta de entrada para o desenvolvimento da cidade, o porto do Rio assumiu protagonismo nesse contexto. A cidade, que crescia e se desenvolvia de forma diferenciada em relação a toda América do Sul, comportava uma diversidade imensa. O misto que a formação da cidade carregava, desde donos de terras, empresários de escravos, comerciantes diversos e outros profissionais, a presença negra, escravocrata, era sinônimo de um lugar de lutas, conquistas e presença de momentos futuros decisivos para a história da escravidão no Brasil.

2.3 O Engenho de Açúcar e seus Senhores, Poderio Econômico e Sociabilidade

“Inscritas num sistema que não descrevem nem mesmo em aparência, as ideias da burguesia viam infirmada já de início, pela evidência diária, a sua pretensão de abarcar a natureza humana. Se eram aceitas, eram-no por razões que elas próprias não podiam aceitar. Em lugar de horizonte, apareciam sobre um fundo mais vasto, que as relativiza: as idas e vindas de arbítrio e favor. Abalava-se na base a sua intenção universal. Assim, o que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época, mas desnecessariamente apertada”(Roberto Schwarz).

Pensar as configurações que envolvem a conjuntura de formação da sociedade colonial do Brasil, impossível não se debruçar sobre o papel que a empresa engenho de açúcar assumiu nesses anos. Para além de um espaço de trabalho forçado, ou não, para além de ser o engenho um sustentáculo comercial ou, um estabelecimento qualquer, na condição de uma empresa, a função social do engenho, incrustado como um agente de extrema influência e riqueza, se tornou um palco por onde (re)afirmaram sociabilidade e poderio econômico.

Nesse interim, impossível pensar a formação social e étnica do Brasil, se não passarmos por esse momento econômico em que o engenho de produção de açúcar assume relevância grandiosa. Porém, para essa análise, é ainda imprescindível entender que havemos de incorrer entre ambientes de extremos antagonismos. Num polo, estaria a casa-grande; do outro, a senzala. Nesse mesmo terreno gravitacionavam o senhor, dono da terra, do gado, da plantação, dono do poder; na outra extremidade, o negro, de trabalho forçado, transformado em escravo, submissão e castigo. O primeiro, colonizador, representante da aristocracia rural, pertencente a um círculo social dos muitos que cruzaram o Atlântico, vindo de Portugal para fazer fortuna na nova terra “descoberta”. O segundo, convivendo nesse mesmo ambiente onde se instalara a Casa Grande, o engenho, a senzala, a escola, a capela, goza do desprestígio de ter sido trazido para cá em condições degradantes para trabalhos forçados nesses ambientes erguidos pelo senhor a quem deveria prestar toda veneração e defesa. Com aquele e com esses, nos ambientes em questão, se cruzavam uma série de influências, pois tanto o dono de terras, como a massa de pessoas escravizadas vindas para cá, traziam raízes culturais diversas e essas, nessa ambientação toda, estavam cruzando e se entrecruzando freneticamente todos esses valores. Ressalta-se que, mesmo na condição de escravizado, o negro não deixou perder de vista seu modo de vida, suas expressões, sua cultura.

Porém, há de se fazer observar algumas marcas interessantes que envolvem a opção dos portugueses pela exploração ou implantação dos engenhos no Brasil. O investimento na produção de açúcar poderia fazer de Portugal um expoente exportador, já que em meados do século XV eram os holandeses que estavam no comando desse comércio. No entanto,

Os portugueses já estavam habituados ao plantio da cana e à produção do açúcar desde o século XV, quando transformaram as recém-conquistadas ilhas atlânticas em centros açucareiros. Essa experiência possibilitou-lhes desenvolver o conhecimento sobre a produção do açúcar e o fabrico de equipamentos para os engenhos, provocando a queda de preço do produto, pois quebrou o monopólio veneziano na produção e comercialização do açúcar.(p.01)
(in: https://www.achetudoeregiao.com.br/atr/o_inicio_da_colonizacao_portuguesa.htm)

Além da experiência e certa familiaridade nesse tipo de investimento, eram necessárias condições econômicas possíveis para se tocar a empresa. Uma outra questão relevante passa a instigar os portugueses nesse tipo de produção: a valorização do produto na Europa estava em alta. No início do século XVI, o açúcar se desponta como produto nobre. O valor que se agregou a esse produto ganha dimensões estratosférica, “o açúcar despontava, no início do século XVI, como uma mercadoria de alta aceitação nos mercados consumidores europeus. Crescia o consumo de um produto que já fora considerado de alto luxo e de tal maneira raro que chegara a figurar como dote nos casamentos de rainhas.”(p.02) (in: https://www.achetudoeregiao.com.br/atr/o_inicio_da_colonizacao_portuguesa.htm).

Por outro lado, o Brasil procurava se afirmar no cenário econômico americano. Os ciclos do Pau-Brasil, da mineração passaram sem grande impacto. O país não conseguiu se ostentar. Era necessário abrir outra porta de projeção econômica. Bem certo, a cultura do plantio da cana-de-açúcar viria agregar uma série de aspectos e reunir outros tantos caracteres, num mesmo espaço físico: culturais, sociais e econômicos – na tentativa de dar uma “cara” à nação e iniciar o país no caminho do progresso. Aqui, o contato dos autóctones com os portugueses, já passara de meio século e era necessário mudar os rumos econômicos, do mercantil para o agrícola. Lembra-nos Gilberto Freire, em Casa Grande e Senzala(2003): “Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição.(p.32). Dessa forma, estaria se dando e se desenhando a formação de uma sociedade carregada de elementos representativos com grande contribuição do engenho de açúcar. Para Freire (2003), pensando nessa formação, o esboço seria assim: “a base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união

do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor (p.32).

Nesse interim, pela ocasião de implantação dos engenhos em terras brasileiras, alguns elementos contribuíam e/ou facilitavam tocar essa empresa, no entanto, outros se constituíam em vigorosos empecilhos. Havia entre o colonizador português dois objetivos claros. Primeiro, ampla margem de lucratividade e segundo, a produção deveria ser em larga escala. Para isso, urgia uma organização bastante criteriosa na montagem da empresa.

Assim, a política mercantilista pensada para o Brasil, com o advento do surgimento da ideia dos engenhos, deveria ser atrativo, gerador de vultosos lucros. Para isso, além de vencer a concorrência de produção e interromper o domínio desse comércio que estava com os holandeses, os portugueses contavam com o entrave da mão de obra. Não era favorável constituir uma massa de assalariados. Para o senhor de engenho, seria bastante dispendioso. A solução era a mão de obra escrava. Havemos de convir: o traço maior da colonização brasileira reside nessa mistura étnica, bastante híbrida. Lançar mão do trabalho forçado do africano, e a tentativa de escravizar o índio, reunindo outros elementos culturais, Portugal promovia assim, uma espécie de colonização a qual chama a atenção de Gilberto Freire(2003) quando diz que “a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África” (p.33). Por todo tempo, Portugal utilizou-se da mão de obra escrava em suas colônias. Além do mais, os portugueses dominaram o comércio de negros africanos como nenhum outro país até meados do século XVIII.

Dessa forma, Portugal tem ampla vantagem em relação a muitos outros países.

Por essa época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes (...), haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava (p.02).
(in: https://www.achetudoeregiao.com.br/atr/o_inicio_da_colonizacao_portuguesa.htm)

“Resolvido” o problema da mão de obra, os portugueses logo se convencem de que as condições que a terra oferecia eram suficientemente aptas ao desenvolvimento da prática da cultura da cana-de-açúcar. O solo de massapê, tão presente em boa parte do território brasileiro, era o berço fértil para a ampla produção da qual os portugueses precisavam para o abastecimento do mercado Europeu.

Dessa forma, sob o comando de um colonizador, geralmente europeu, português, a grande empresa era montada. O engenho era unidade grandiosa de produção. Além dos canaviais e outras plantações de subsistência, o entorno do engenho era composto pela fábrica do açúcar, sua moenda; ainda, a casa das caldeiras e a casa de purgar. Passando por uma questão mais sociológica e/ou de representação social, o engenho compunha-se da casa-grande, a senzala, uma capela e a escola. Ainda, havia as habitações dos trabalhadores livres, como por exemplo, o feitor – o mestre do açúcar e alguns lavradores contratados. Decerto, essa configuração que se instalou no entorno do engenho acabou por ser de grande representatividade para se entender um pouco da nossa formação social. Desse ambiente de trabalho, em grande parte, forçado, diversos polos de representatividades estavam em conflitos. Livres e cativos, mulheres e homens (escravizados/as ou não), meninos e moleques (cativos e não cativos), mucamas, amas-de-leite, sinhazinhas, alguns poucos negros alforriados, algumas anciãs escravas respeitadas pela trajetória de vida que traziam e pelos relevantes serviços prestados às suas damas, tinham lugar cativo na casa de seus senhores.

Com alto prestígio e de lugar marcante no tecido de composição da nossa sociedade, a presença do engenho salta para a produção literária brasileira, de forma tão simples e natural dada a sua força de presença.

Porém, acima de toda representação, ícone que reunia poderio econômico e prestígio social no comando de toda a empresa, estava o senhor de engenho. Constituindo-se como centro de atenção, dono das decisões que envolviam sua propriedade e com amplo domínio sobre todos que estavam dentro do seu círculo, o senhor de engenho abusava do seu lugar na sociedade colonial brasileira. Tal posicionamento, do qual arrancou imensuráveis prestígios, o lugar dessa figura no período colonial brasileiro cativou a alma de José Lins do Rego quando escreveu *Menino de Engenho* (2001). “Três dias depois da tragédia levaram-me para o engenho de meu avô materno. Eu ia ficar ali a morar com ele” (p.21). Toda a narrativa memorialística de José Lins, nessa obra, a presença e a atuação do avô, o vigor na arte de mandar, influenciar pessoas, tocou o garoto. Já, o primeiro contato com seu avô, lhe fora marcante: “Sentado numa cadeira, perto de um banco, estava um velho a quem me levaram para receber a bênção. Era o meu avô”(Rego, 2001,p.22). “Levaram-me para a cozinha. As negras queriam ver o filho de Clarisse. Foi uma festa na casa” (p.23). O engenho todo se preparara para recepcionar o garoto, porém, como gesto de não rendição, de manutenção do seu lugar, seu avô não se moveu.

Em Menino de Engenho, está em curso uma análise bastante peculiar de representação de como diversos elementos se juntaram na contribuição para a formação patriarcal da sociedade brasileira. O Coronel José Paulino representa bem o homem rico, detentor de terras e poder, dono de engenho e de pessoas escravizadas, ícone bastante representativo dessa conformação: “nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social” (Freire, 2003, p.22.). Carlinhos, seu neto, impressiona-se com a figura do avô. Centralizador, absoluto: “o velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras” (Rego, 2001, p.89).

A sociedade da época assim o concedeu, empoderou o senhor de engenho. Assim o reconhecia. Respeitava-o. Aprovava seus atos, seu jeito. Era uma figura quase mítica. De palavra valorosa, não admitia quem o contrariasse. Ao saber que tal família não fora para o eito trabalhar, bradava veementemente ao menor sinal de que estava sendo enganado: “Boto pra fora. Gente safada(...)Pensam que não sei? Toco fogo na casa”(Rego, 2001, p.51)

No Brasil, toda a estruturação física do engenho e da casa-grande ganham formas próprias em configurações de representação. A propriedade fora erguida segundo a ambientação tropical peculiar, segundo a realidade que vigorava.

A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos em um máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais - não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português. (Freire, 1932, p.17).

A casa-grande era o centro irradiador do domínio e prestígio do senhor de engenho. Parte da formação social brasileira vem muito daquilo que foi tecido e acabou por se sacralizar nas configurações projetadas nos engenhos de açúcar. Na composição social heterogênea do espaço designado para exportar açúcar para os mercados europeus se friccionavam diversos polos. A partir da casa-grande do senhor, já o seu interior abrigavam influências múltiplas. Além do rico proprietário, dono da empresa, por ela se faziam passar as sinhás, (nome de carinho e respeito designado às patroas), as mucamas, negros forros, negros ainda escravos. Todos esses, dentro dessa ambientação, traziam tarefas bastante distintas. Também, as patroas gozavam de seu lugar de prestígio e autoridade. Fazendo alusões a seus passeios, Gilberto Freire, em Casa-grande e Senzala, lembra que “quando saíam de palanquim

ou de liteira, nos ombros de negros de libre, era como se saíssem de andor. Brincos de ouro. Teteias. Figas. Às vezes iam mucamas, na frente, levando outros brincos e outras teteias das sinhazinhas...” (Freire, 2003, p.221). Sabe-se que nos anos correntes da nossa história há inúmeros episódios de sinhás que exploravam, castigavam suas escravas por delitos diversos cometidos, iam desde descoberta de envolvimento delas com os patrões, até serviços não executados como deveriam ser, passando por roubos, pequenos furtos, fugas etc.

As filhas dos patrões, quando adolescentes, teriam de cumprir todo um ritual preparatório que as levariam ao posto de futuras sinhás. Esse era o grande dia, o mais esperado e o mais importante momento de suas vidas. Como reforça Gilberto Freire, exceto o evento de casamento, na primeira-comunhão quando as meninas deixavam de ser crianças, passavam a ser sinhás-moças.

Era um grande dia. Maior só o do casamento. Vestido comprido, todo de cassa, guarnecido de folhos e pregas. O corpete franzido. A faixa de fita azul caindo para trás, em pontas largas, sobre o vestido branco. A bolsa esmoleira de tafetá. O véu de filó. A capela de flor de laranja. Os sapatinhos de cetim. As luvas de pelica. O livrinho de missa encadernado em madrepérola. O terço, de cordãozinho de ouro. Cruz também de ouro. (Freire, 2003, p.221).

Nesses aspectos, e de grande influência na formação social do Brasil colônia, a igreja desempenhou papel grandioso. Todo espaço de engenhos, deveria ter reservado o lugar da igreja. Que fosse pequena, média; mas, um padre, um bispo era personagem frequente nesse ambiente. José Lins do Rego em suas memórias do engenho vivencia esses momentos. Pela ocasião da Semana Santa, era tudo muito levado a sério.

A velha Sinhazinha dizia que semana santa boa era a do Itambé. O padre Júlio beijava os pés dos pobres, fazia procissão de encontro e um sermão de lágrimas que todo mundo chorava na igreja. As negras ficavam pela cozinha, sentadas, conversando em cochichos sobre o dia. Não se tomava banho de rio, para não se ficar nu na frente um do outro. Não se judiava com os animais. Não se chamava nome a ninguém. Um canário que eu tinha pegado me fizeram soltar. (Rego, 2001, p.56)

Havia-se de cultivar nos espaços do engenho os hábitos católicos. Ir às missas, se confessar, possuir altar de orações e de adorações, eram práticas quase que obrigatórias e bastante comuns no período do Brasil colonial.

Por outro lado, possuir uma autoridade religiosa em suas terras, ter próximo a si qualquer representante clérigo, contribuía para o empoderamento do senhor de engenho. Transmitia à população confiança, o fortalecia em seu símbolo de poder e prestígio. Segundo

Gilberto Freire, em *Casa-Grande e Senzala*, “no Brasil, a catedral ou a igreja, mais poderosa que o próprio rei, seria substituída pela casa-grande de engenho” (Freire, 2003, p.143). No entanto, essa relação tornou-se perniciosa. O traço que Gilberto Freire consegue dá quanto à participação e presença da igreja, inserida no cotidiano do espaço do engenho, se transmuta e sofre influências que vão descaracterizá-la da sua função de espargir a fé e levar o Cristianismo aos pagãos.

Para Gilberto Freire, a relação igreja e senhor de engenho, não foi sadia. Isso o leva a afirmar que em consequência, “a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com o seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia...” (Freire, 2003, p.143). Nesse ponto, reforçam-se as formas adquiridas pelo patriarcalismo durante o Brasil colonial. A igreja que influencia nessa formação, segundo Freire(2003), “é a capela de engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvair-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e escravos” (p.143). Ao abrigar padres, bispos e outros representantes da igreja católica em suas dependências, as funções que essa instituição deveria desempenhar se converte em pleno cumprimento dos mandos e desmandos dos senhores de engenho. Desde início, os jesuítas sentem essa má influência de uma relação fora dos eixos da religiosidade. Alocados nas propriedades do senhor,

Os outros clérigos e até mesmo frades acomodaram-se, gordos e moles, às funções de capelães, de padres-mestres, de tios-padres, de padrinhos de meninos; à confortável situação de pessoas da família, de gente de casa, de aliados e aderentes do sistema patriarcal, no século XVIII muitos deles morando nas próprias casas-grandes. (Freire, 2003,p.144)

Certo é, que desde a estrutura, passando até pela escolha geográfica na instalação, os engenhos montados no Brasil trazem cenas tradutoras da nossa realidade. No final do século XVIII estima-se ter havido um total de 400 a 500 deles em solo brasileiro. Abrigo de um grande número de pessoas, muitos engenhos eram considerados pequenas cidades. Martim Afonso de Sousa foi o responsável pela montagem do primeiro engenho de açúcar no Brasil, na capitania de São Vicente, em 1533. Sabe-se que praticamente, quase toda mão-de-obra empregada nos engenhos, era escrava. De um lado, a casa grande; do outro, a senzala. Em meio a essa conformação, estava o senhor de engenho: europeu, rico, empoderado,

mandatário absoluto. Como diversas eram as atividades desempenhadas nesse espaço, o engenho abrigava famílias inteiras. Idosos, escravos e livres, patrões, senhoras e crianças desfrutavam de maneira desigual tudo que o ambiente fornecia.

José Lins do Rego, em *Menino de Engenho*(2001), faz interessante alusão numa certa divisão no tratamento dado às crianças no engenho. Os filhos dos trabalhadores eram moleques, enquanto o filho do senhor, era menino. Moleques e meninos se misturavam nas diversões, porém, com ressalvas e reparos:

— Você está um negro — disse-me a tia Maria. — Chegou tão alvo, e nem parece gente branca. Isto faz mal. Os meninos da Emília já estão acostumados, você não. De manhã à noite de pés descalços, solto como um bicho. Seu avô ontem me falou nisto. Você é um menino bonzinho, não vá atrás destes moleques para toda parte. (Rego, 2001, p.27)

O traço distintivo social nessa passagem se amplia quando se torna perceptível que os afazeres de Carlinhos e seu futuro em relação às demais crianças do engenho, faz encerrar o círculo de (des)igualdade entre eles. “Os moleques das minhas brincadeiras da tarde estavam todos ocupados, uns levando latas de leite, outros metidos com os pastoreadores no curral” (Rego, 2001, p.23). O neto do Senhor José Paulino não tinha necessidade de trabalhar, ou ocupar-se em quaisquer de afazeres, ele era menino, os moleques, sim. Na escola, o traço separatista entre o neto do coronel e as demais crianças prevalecia.

Depois mandaram-me para a aula dum outro professor, com outros meninos, todos de gente pobre. Havia para mim um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para “o neto do coronel Zé Paulino”. Os outros meninos sentavam-se em caixotes de gás. (Rego, 2001, p.47)

Em *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, o personagem Carlinhos, conseguia dar conta desse seu lugar ao entender que os pertencentes às classes mais abastadas ganhavam posição de destaque entre os demais. “Parece que ainda os vejo, com seus bauzinhos de flandres, voltando a pé para casa, a olharem para mim, de bolsa a tiracolo, na garupa do cavalo branco que me levava e trazia da escola” (Rego, 2001, p.48). Vale ressaltar que, tanto em José Lins do Rego, em *Menino de Engenho*(2001), quanto em *Casa-Grande e Senzala* (1932), de Gilberto Freire, nenhuma alusão é feita quanto à escolaridade das meninas. “Vieram depois de 1850 as estradas de ferro facilitar o internato dos meninos de engenho nos colégios das capitais” (Freire, 2003, p.269). Vencidos os estudos das primeiras letras ainda no

engenho, era hora de levar os meninos para dar continuidade à escolaridade na cidade grande. A escolarização das meninas não é citada em nenhuma obra.

Nesse tempo, surgem as figuras dos comissários e os filhos dos mais ricos eram enviados para os internatos onde ficavam sob a batuta dessa pessoa que seria um segundo “pai” desses meninos. “Ensinava-se aí aritmética, geografia, latim, francês, caligrafia, música. Os alunos compareciam às aulas de paletó preto e calças pardas, sapatos de tapete ou couro e gravata azul” (Freire, 2003, p.269). Para frequentar um internato e/ou manter um menino estudando na cidade, cabia seguir todo um ritual da época, exigia-se gastos que nem todo pai poderia bancar. “Nos dias de festa e nos domingos deviam apresentar-se de sobrecasaca preta, calça preta, chapéu preto, colete branco, gravata de seda preta, sapatos ou borzeguins pretos. Eram obrigados a banhar os pés nas quartas e sábados e a tomar banho geral uma vez por semana” (Freire, 2003, p.269). Entende-se que os traços dessas configurações ou exigências da época, eram excludentes. Os meninos sem condições de frequentar escolas, tocavam suas vidas sem sair do espaço dos engenhos. Por ali mesmo se desenhavam seus futuros.

Entende-se que o espaço do engenho e seu entorno era composto por representantes de diversos segmentos sociais da época, como já aludido aqui. Além do dono da propriedade – e representantes de outras categorias sociais, havia os donos de terras que não reuniam condições para montagem de um engenho; esses, arrendavam suas terras e moíam a cana no engenho do senhor que lhe cobrava metade da produção. Nessas condições, esse dono de terras, também desenvolvia o plantio de outras culturas: mandioca, milho, algodão, feijão e outros itens de subsistência. Nesse sentido, cria-se nesse meio, outro tipo de relação social e econômica. Esses, não possuíam nenhum vínculo de subserviência ou de escravidão em relação ao senhor.

No espaço do engenho de açúcar que correspondia à casa-grande, à senzala, à igrejinha e à escola etc, todas as crianças cresciam, brincavam juntas, desfrutavam das mesmas diversões. Até que um dia teriam que deixar o engenho ir estudar na cidade.

Imagine-se a saudade com que os meninos de engenho, acostumados a uma vida toda de vadiação - banho de rio, arapuca de apanhar passarinho, briga de galo, jogo de trunfo na casa de purgar com os negros e os moleques, chamego com as primas e as negrinhas - deixavam essas delícias para virem, de barcaça ou a cavalo, parando pelo caminho nos engenhos dos parentes e conhecidos dos pais, estudar nos internatos...(Freire, 2003, p.270).

Porém, a divisão era quanto ao futuro de cada uma. Enquanto o filho do fazendeiro e o filho do dono de engenho busca mais longe aprimorar-se nos estudos, os demais dariam sequência à vida que herdou do pai, ali mesmo na zona rural. Tais dados nos fazem entender um pouco da divisão social, elitista, futura do qual o país iria desfrutar. De um lado, filhos que herdaram boas escolas e educação com vistas à construção de um futuro promissor; do outro, uma leva de jovens com baixa ou quase nenhuma escolaridade que logo se transformariam em adultos analfabetos, sem qualquer meio mais digno de sobrevivência. “Só negros e moleques parecem ter sido barrados das primeiras escolas jesuíticas. Negros e moleques retintos” (Freire, 2003, p.266). Aqui, pauta-se a questão da oportunidade atrelada à divisão da classe social pertencente. O espaço de convivência nos/dos engenhos, fez criar essa linha demarcatória social bem nítida em todo o tempo do Brasil colonial que se expandiria por vários séculos.

Assim, em nenhum documento desse período se faz referência também a oportunidades para as mulheres. Discutir a situação da mulher no período colonial brasileiro é matéria demasiadamente extensa. No espaço dos engenhos, como não foi diferente por muitos séculos em qualquer lugar no Brasil, a mulher só era vista pelo prisma da subserviência. Era o objeto de prazer do homem. Sempre como objeto sexual. Em muitos casos, tratada com desprezo. Em “Menino de Engenho”, de José Lins do Rego, há uma referência a essa situação.

A mulher era quem me ensinava, quem tomava conta de mim. Uma vez a vi chorar, com os olhos vermelhos e o dr. Figueiredo sair de casa batendo a porta. E doutra, enquanto eu ficava sozinho na sala com a minha carta na mão, ouvi no interior da casa um ruído de pancadas e uns gritos de quem estivesse apanhando. Compreendi então que a minha bela Judite apanhava do marido. (Rego, 2001, p. 46/7).

O meio social dos engenhos no Brasil colônia essa questão foi muito latente. Senhores que abusavam de suas escravas, outros homens brancos encantados pela tez da cor morena, casados ou não, mantinham relações com negras, mulatas, índias. “Mas independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica” (Freire, 2003, p.140). Em outro momento, a esse respeito, Gilberto Freire procurou razão para nossa miscigenação, esse contato e interesse do homem branco que se rendeu à cor exótica encontrada nas terras do Brasil. “A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos” (Freire,

2003, p.16). A mestiçagem brasileira é filha da monocultura latifundiária tendo o espaço do engenho de açúcar como *locus* gerador dessa socialização. “A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil” (Freire, 2003, p.16). Essas eram questões bastante comuns de ocorrências e recorrências no meio social de toda sociedade do Brasil colônia. Bem certo, o espaço do engenho de açúcar contribuiu fortemente para a cristalização dessa realidade.

A visão e a exploração da condição de/da mulher nas dependências dos engenhos no Brasil fez até produzir as famosas “modinhas de engenho”, verdadeiras expressões do erotismo patriarcal. Segundo Gilberto Freire, “elas fizeram furor nos salões portugueses do século XVIII alternando com as novenas, os lausperenes e as festas de igreja” (Freire, 2003, p.16). Decerto, o sucesso dessas modinhas se deu devido à temática abordada, mexia com os brios, encantava os mais sensíveis, a ponto de levar William Beckford^{viii} a dizer, segundo Gilberto Freire, que “penetram elas no coração como que insinuando-se infantilmente antes que ele tenha tempo para defender-se dessa influência enervante; julgareis beber um doce leite e é o veneno da voluptuosidade que penetra até aos mais íntimos recessos do vosso organismo” (Freire, 2003, p.221). Enfim, para o bem ou para o mal, o espaço dos engenhos trouxe contribuições enormes para o futuro da sociedade brasileira.

Interessa esses estudos na busca incessante do entendimento do quanto as relações travadas naquele espaço produziram gestos que se transformaram em costumes. Usos que se transformaram em hábitos. Nas diversas relações ali estabelecidas fez surgir modos de vida, tradições diversas dentro de um conjunto repleto e marcado pela diversidade. Importa-nos adentrar o espaço do engenho, abrir as portas, visitar cada cômodo, cada sala, repassar pela casa grande, entender o que significou esse meio. Construiu-se, nesse tempo a figura de um personagem que veio simbolizar a força do patriarcalismo, sinônimo de poder e domínio a ponto de até mesmo ser o maior esteio de sustentação social, moral, com imensa força de representatividade não se conter e render-lhe em subserviência frente ao símbolo de poder que o senhor emplacou: a igreja católica. “A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos”. (Freire, 2003, p.19). A casa-grande virou símbolo de fortaleza, dali

emanavam decisões que ultrapassavam sobre a população civil. Essa construção robusta, recoberta de sinônimos, levou Gilberto Freire a dizer que

A casa-grande patriarcal não foi apenas fortaleza, capela, escola, oficina, santa casa, harém, convento de moças, hospedaria. Desempenhou outra função importante na economia brasileira: foi também banco. Dentro das suas grossas paredes, debaixo dos tijolos ou mosaicos, no chão, enterrava-se dinheiro, guardavam-se joias, ouro, valores. Às vezes guardavam-se joias nas capelas, enfeitando os santos. (Freire, 2003, p.20)

Do interior da casa-grande, nos arredores do engenho, o imaginário popular fez emanar uma série de histórias, lendas, “causos” contados e recontados pelos mais velhos que prendiam a respiração, traziam suspenses aos mais novos conseguindo se perpetuar por muitos séculos e robustecer o poder criativo da oralidade. “Os mal-assombrados das casas-grandes se manifestam por visagens e ruídos que são quase os mesmos por todo o Brasil” (Freire, 2003, p.20-1). A cada momento a casa-grande ia se tornando um símbolo carregado de caracteres, onde o imaginário se deixava vaguear-se. Gilberto Freire, em *Casa-Grande e Senzala*, (2003), relata que

Pouco antes de desaparecer, estupidamente dinamitada, a casa-grande de Megaípe, tive ocasião de recolher, entre os moradores dos arredores, histórias de assombrações ligadas ao velho solar do século XVII. Eram barulhos de louça que se ouviam na sala de jantar; risos alegres de dança na sala de visita; tilintar de espadas; ruge-ruge de sedas de mulher; luzes que se acendiam e se apagavam de repente por toda a casa; gemidos; rumor de correntes se arrastando; choro de menino; fantasmas do tipo cresce-míngua. (Freire, 2003, pp.20-1).

Possivelmente, as lendas urbanas dos nossos dias tiveram origem nessas histórias. O advento dos engenhos de açúcar no Brasil marcou uma geração grandiosa de senhores, iaiás, escravos, jovens, meninos e mulheres. Isso levou Gilberto Freire a dizer que “A verdade é que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América hispânica...(Freire, 2003, p. 21). Tais discussões levantadas aqui, leva-nos a pensar na questão do mito fundador do Brasil. De certa forma, me coaduno um pouco com as ideias de Marilena Chauí quando afirma a não ocorrência de fundação do Brasil, segundo ela, existe na nossa trajetória histórica, caracteres de formação. Sendo assim, a casa-grande, a senzala e o engenho de açúcar contribuem decisivamente para essa formação, tanto é, dada à sua força afirmou Gilberto Freire que “a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo

brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala. (Freire, 2003, p.22). Logo, a nossa formação se constitui numa imensa colcha multifacetada, recortada de influências e elementos constitutivos na linha da nossa história formativa em constante transformação.

3. LITERATURA – ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO

3.1 LITERATURA, AUTOR E OBRA – DISTANCIAMENTO OU APROXIMAÇÃO?

“Só a Literatura pode expressar o redemoinho profundo que constitui a essência e a existência do homem posto em face dos grandes enigmas do Universo, da Natureza e de sua mente.” (Massaud Moisés)

“O discurso literário é capaz de realizar tão bem tal exigência, pois utiliza como recurso a ficção, a imaginação e a capacidade de “poder empregar multivocamente a palavra.” (Massaud Moisés)

Seria salutar iniciar as discussões deste capítulo tomando como ponto de partida uma reflexão de Antônio Cândido (2006, p. 64), em *Literatura e Sociedade* (2006), quando diz que “a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma práxis socialmente condicionada.” Decerto, o que impele o artista da palavra em sua produção é a realidade que o cerca. O artista é esse ser influenciado por certo aspecto configurativo e ele se apossa desses caracteres para, representativamente, proceder a essa elaboração.

De certa forma, lembrando um pouco Ferreira Gullar, sempre me questioneei sobre o que (não) cabe na literatura: se Gullar problematiza o espaço do poema como lugar de reflexão e/ou de “acolhimento” da força de expressividade do artista da palavra, ao afirmar que

Só cabe no poema
o homem sem estômago
a mulher de nuvens
a fruta sem preço
O poema, senhores,
não fede
nem cheira.
(Gullar, 1963)

O poema, como qualquer espaço artístico, é esse que “nem fede, nem cheira”. Ou, não é isto, nem é aquilo. Poderíamos conceber esse espaço como o mais democrático, inclusivo possível. A obra literária é esse lugar de retratação, é um espaço do simbólico em que as representações pulsam, pululam e, nesse fazer, está o homem.

Pensando a literatura e seu poder ficcional, o ato de narrar encontra nessa arte, campo bastante fértil, já que o espaço cedido por ela é amplo, irrestrito, permeado por verossimilhanças.

[...] o texto literário, em sua liberdade ficcional e polissêmica, aceita as contradições e os paradoxos, e busca a brecha da transgressão: ele procura assumir-se como uma trapaça salutar, como anunciou Barthes. É um exercício poderoso de leitura do mundo em sua capacidade de trazer à tona não só o possível, mas também o impossível, o sonhado e o temido. (Mendes, 2014, p. 347).

O escritor literário é esse que transita entre a realidade e a liberdade ficcional. Entre o possível e a invenção. Assim, toda produção escrita se assenta numa realidade dada, vivida, mas a literatura não é a reprodução dessa realidade. A literatura não transfere, através do escrito, essa realidade tal qual ela é. Se assim for, deixa de ser literatura, foge ao compromisso com a “verdade”.

Ao logo da história, o homem sempre sentiu necessidade de narrar, trazer fatos do cotidiano, alusivos às grandes histórias de formação de um povo, de uma nação. Ou trazer algo do cotidiano, narrar fatos, ocorrências, mas, de uma forma, de um jeito em que o “como” faz a diferença artística da produção. Penso em “Domingo no Parque”, de Gilberto Gil. O poder de verossimilhança contido nessa música, o paralelo que Gil faz com o fato deveras acontecido, transpondo para o ficcional, torna-se uma mistura tão homogênea que não se sabe onde a realidade inventada e a vivida se separam.

O rei da brincadeira
Ê, José!
O rei da confusão
Ê, João!
Um trabalhava na feira
Ê, José!
Outro na construção
Ê, João!
(Gil, 1968)

A construção de Gil cria uma espécie inventiva pautada num fato real. Ele divaga dentro dessa realidade, dá múltiplas possibilidades de leituras, configura-se o estado polissêmico que as palavras podem ganhar, incutindo no texto escrito uma potência reinventiva que só a literatura consegue dar conta.

Foi no parque
Que ele avistou
Juliana

Foi que ele viu
 Foi que ele viu Juliana na roda com João
 Uma rosa e um sorvete na mão
 Juliana seu sonho, uma ilusão
 Juliana e o amigo João.
 (Gil, 1968)

Transpor para os escritos fatos do cotidiano tem sua qualidade pautada no “como” fazer (já dito aqui). Ao proceder a essa narrativa, Gil brinca com as cores, com o poder de verossimilhança, valoriza a potência polissêmica que as palavras podem ganhar e arremata a sua obra numa construção metafórica digna de grandezas.

O espinho da rosa feriu Zé
 (Feriu Zé!) (Feriu Zé!)
 E o sorvete gelou seu coração
 O sorvete e a rosa
 Ô, José!
 A rosa e o sorvete
 Ô, José!
 Foi dançando no peito
 Ô, José!
 Do José brincalhão
 Ô, José!
 (Gil, 1968)

Nesse trecho, o efeito insinuante de Gil, na utilização de diversas palavras, com multiplicidades de interpretações, enriquece a obra pela forma como ele escolheu para discorrer os fatos.

Juliana girando
 Oi girando!
 Oi, na roda gigante
 Oi, girando!
 Oi, na roda gigante
 Oi, girando!
 O amigo João (João).
 (Gil, 1968)

Haveria uma enorme diferença dessa narrativa na literatura policial em contraponto com a narrativa da produção artística. Gil se vale do poder ficcional para sair do terreno do real e imprimir no texto ou no fato um caráter novo, inventivo.

Olha a faca! (Olha a faca!)
 Olha o sangue na mão
 Ê, José!

Juliana no chão
 Ê, José!
 Outro corpo caído
 Ê, José!
 Seu amigo João
 Ê, José!
 (Gil, 1968)

Segundo Pesavento (2000, p. 12), “naturalmente, não é intenção do texto literário provar que os fatos narrados tenham acontecido concretamente, mas a narrativa comporta em si uma explicação do real e traduz uma sensibilidade diante do mundo, recuperada pelo autor.” Assim, o texto de Gil ganha grandiosidade na forma de explicar os fatos. Sua narrativa salta o corriqueiro, amplia os horizontes do poder das palavras. Agrega uma outra série de valores, dá novo potencial às palavras, cria um novo mundo.

Pela trajetória da literatura e da história sempre passaram narrativas de grande relevância em representatividades que povoaram o imaginário popular, que ajudaram a edificar a historiografia de ações de diversas nações.

Se pelo ato de narrar, indubitavelmente, passa a questão do ficcional, Wolfgang Iser trata dessa questão muito seriamente. Em sua obra “O fictício e o imaginário” (2017), essa temática é percorrida com bastante propriedade. Sabemos que ficção e realidade se situam em polos extremos. Nessa obra, Iser tenta desfazer essas linhas divisórias que separam realidade de ficção. Se “o poeta é um fingidor, finge tão completamente que chega a fingir que é dor a dor que deveras sente [...]” (Fernando Pessoa), esse ato está na perspectiva de Iser (2017) e Prado (2021, p.03) quando, a esse respeito, foram enfáticos em dizer que

O filósofo identifica no fingir uma “repetição” da realidade no texto que a transforma em signo. Um imaginário difuso, informe e fluido que, ao ser confrontado com um objeto de referência, se articula numa determinação de sentido que, através do ato de fingir – criar ficção – adquire um atributo de realidade.

Nessa perspectiva, opondo-se em dualidade ficção e realidade, passa a surgir uma tríade que, para Iser, é fundamental a compreensão de todo esse contexto. Então, ele convoca três instâncias – o real, o fictício e o imaginário – na tentativa de melhor fazer compreender o que chama de “certeza irrefletida”. Decerto é que, segundo Iser, no ato de ver o mundo e transformar esse ato em narrativa, difícil se torna separar os dois polos. Ao que parece, ficção e realidade se imbricam num mesmo ponto. Daniel Lourenço do Prado (2021, p. 3), em seu trabalho *Literatura e realidade, história e ficção*, tentando destrinchar melhor a tese de Iser,

coloca que esse ato de fingir, ao adquirir ares de realidade, “não se torna, efetivamente, real; mas adquire uma ‘aparência de real’, já que o ato de fingir ganha forma, se configura num corpo, podendo, a partir daí, penetrar e agir no mundo dado.”

Aqui, mais uma vez, realidade e ficção parecem se misturar. O ato de narrar – a partir de uma perspectiva realista, transcrita para o papel ou mesmo na oralidade – ganha forma ou “aparência de real”, como já dito, mas essa forma de real não seria a realidade propriamente dita. Poderia ser uma realidade inventada? Prado (2021, p. 4), debruçando-se sobre essa questão, contribui com as ideias de Iser afirmando que se “trata, no entanto, de uma ambivalência: se o fingir dá ao imaginário a possibilidade de sua realização, ele só pode fazê-lo através da irrealização da realidade que é convertida em texto, num conjunto de signos particular que não se confunde com a vida real – mas que a repete como decalque.” Como já dito, a literatura resvala no real, ela roça numa dada realidade, num ato de irrealização dessa realidade. Para melhor validar esse questionamento, Olinto (2011, p. 50), comentando Esposito (2002), afirma que “na literatura e nas artes plásticas, a questão do ficcional é relacionada, via de regra, à criação de uma realidade inexistente que não finge manter vínculos com uma ‘realidade real’”. O artista da palavra e/ou de outras expressões patina frequentemente nesses dois mundos. Cria-se, assim, um fator dicotômico de indissociabilidade entre ambos à medida que um não existiria sem o outro.

Há uma expressão bastante interessante em Antônio Cândido – *Literatura e Sociedade* – ao fazer uma longa reflexão sobre a atuação do artista da palavra ante a sua inserção em meio aos eventos da sociedade. Ratifica a existência de quatro elementos marcando essa produção. “Eles marcam, em todo o caso, os quatro momentos da produção, pois: a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio.”

É exatamente sobre “os padrões da sua época” que se orienta e conduz o pensar do artista da palavra em determinado período da história. Há, na literatura, fortes resquícios determinantes, trazidos pela “verdade literária” que sacralizam os passos da história, marcam as trilhas de caminhos percorridos pelo produtor literário. Em um trabalho de Gilberto Ferreira Sena Júnior, intitulado “Realidade *versus* ficção: a literatura como fonte para a escrita”, acerca dessa temática, ele traz uma reflexão bastante interessante a esse respeito ao afirmar que:

Apesar de ter sido a literatura considerada por muito tempo como um objeto criado a partir dos elementos fantasiosos, da imaginação do escritor e que não possuía os requisitos necessários de verdade e legitimidade para servir como fonte de explicação da realidade histórica onde esta era produzida, ou sobre a qual se referia, percebemos que a produção literária possui um forte elo com o espaço, com o tempo e com as condições socioculturais onde esta é construída. (Júnior, 2010, p. 3).

Decerto, as diversas configurações sociais que permeiam o terreno da subjetividade do escritor compõem o lugar para onde ele se volta e essas são determinantes para a sua escrita, para a sua produção: “O poeta não é uma resultante, nem mesmo um simples foco refletor; possui o seu próprio espelho, a sua mônada individual e única. Tem o seu núcleo e o seu órgão, através do qual tudo o que passa se transforma, porque ele combina e cria ao devolver à realidade.” (Candido, 1980, p. 31). A literatura, então, consagra-se nesse ato criativo de devolver à realidade outra moldura, outra roupagem.

Na elaboração deste trabalho, movi-me um pouco em algumas interrogações levantadas por Antônio Cândido, em *Literatura e Sociedade* (1985): “Neste ponto, surge uma pergunta: qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte? Digamos que ela deve ser imediatamente completada por outra: qual a influência exercida pela obra de arte sobre o meio?” (Candido, 1985, p. 27). Nesse sentido, onde se situa o artista da palavra e toda sua sensibilidade, envolto às configurações sociais que o cercam?

Acho que o aspecto com maior potencial de mover o estudioso, o pesquisador dessas áreas, é essa percepção de indissociabilidade existente entre literatura e história. Não há como negar a presença da diversidade de valores sociais que a obra literária traz. Nesse interim, o artista da palavra atua como espécie de vetor, é um conciliador, um mediador entre os diversos sinais que as camadas populares emitem e ele capta, fazendo retornar à sociedade aquilo que a sua ótica e o seu sentido puderam capturar.

Antônio Cândido, em *Literatura e Sociedade*, é muito enfático quando trata da questão que envolve a relação artista e sociedade. Nesse ponto, ele levanta outra discussão bastante pertinente ao questionar ser o autor reconhecido como intérprete ou não pela sociedade.

As relações entre o artista e o grupo se pautam por esta circunstância e podem ser esquematizadas do seguinte modo: em primeiro lugar, há necessidade de um agente individual que tome a si a tarefa de criar ou apresentar a obra; em segundo lugar, ele é ou não reconhecido como criador ou intérprete pela sociedade, e o destino da obra está ligado a esta circunstância; em terceiro lugar, ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas. (Cândido, 1975, p. 29).

De fato, as diversas relações sociais não passam despercebidas pela ótica do artista. Este vive a captar/capturar, num exercício constante de observações, as fulgurações sociais diversas que compõem o tecido social. “Em suas extremidades polares, oscilando entre uma apreensão do mundo por meio de interpretações conceituais e o entendimento de expressões artísticas [...]” (Olinto, 2011, p. 43), exteriores à sua observação, ou não, o artista se depara com uma realidade ali existente, dada. Assim, lidando com essa realidade, o artista atribui dimensões a uma gama de imagens projetadas em seu imaginário. “No âmbito dessas hipóteses, construímos a nossa realidade empírica a partir de processos de percepção, ação e comunicação, sem que estes sejam entendidos como correspondentes de uma realidade objetiva independente deles.” (Olinto, 2011, p. 43). Assim, o artista, no seu desejo de “retratação” dessa realidade, na condição de um sujeito social, também vai abordar em suas obras sujeitos socializados. O ser sobre o qual o artista se debruça é uma composição de um conjunto grandioso de caracteres relevantes que, de certa forma, vai ser ressaltado nessa expressão artística. Assim, compõem o quadro “todos os esboços de realidade elaborados em condições biológicas, cognitivas e socioculturais [...]” (Olinto, 2011, p. 43). Como de expressão social, por conseguinte, a literatura não tem em si o compromisso com a verdade dos fatos, como já aludido aqui; ela atua como segmento refletor dos espaços sociais que, nesse contexto, acaba por abarcar a diversidade de elementos e manifestações sociais diversas que compõem a colcha multifacetada do tecido social.

Assim, os aspectos de manifestações culturais diversos compõem esse conjunto de expressões que a literatura tenta dar conta. Se cultura pode ser entendida como “modo de vida”, é salutar que essas formas de viver em sociedade saltem para as obras nesse fazer que nada mais é que uma tessitura dessas formas de expressões. Nesse ponto, vale lembrar os diversos entendimentos de cultura como expressão humana, pois “a compreensão da cultura como mundo de fenômenos artificiais, como mundo de formas de ação, normas e valores sociais, como mundo histórico contingente, e a ideia de que a cultura não se refere apenas a objetos observáveis, mas inclui igualmente as próprias formas e perspectivas dessa observação [...]” (Olinto, 2011, p. 44). De posse desse entendimento, o artista encontra-se envolto em meio a um número grandioso de ícones que, transpostos para sua obra, implica discussões diversas dessa pluralidade de manifestações e as infinitas possibilidades de leituras.

O termo cultura refletido neste trabalho ainda passa pela compreensão de formas ou modelos de organizações econômicas, relações sociais, políticas, práticas artísticas, corporais,

religiosas, usos, costumes, modos de vida etc. Para Chauí (1996), o termo cultura é pensado de um modo que diverge de como se compreendia na ótica iluminista. Para o Iluminismo, cultura é uma forma de avaliar o quanto uma sociedade é civilizada. Cultura, nesse sentido, passa a ser compreendido como um conjunto de práticas artísticas, científicas, filosóficas predominando a existência de uma hierarquização de valores de cada indivíduo ou classe na sociedade. Logo, o modelo de referência era da cultura capitalista da Europa Ocidental. Ainda, quase na mesma linha de pensamento, Chauí nos adverte que:

[...] em sentido amplo, Cultura é o campo simbólico e material das atividades humanas [...] Em sentido restrito, isto é, articulada à divisão social do trabalho, tende a identificar-se como posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe, e leva à distinção entre cultos e incultos de onde partirá a diferença entre cultura letrada-erudita e cultura popular (Chauí, 1985, p. 14).

Já em Canclini, o termo cultura é pensado de forma a:

[...] definir a produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido (Canclini, 2005, p. 28).

Partindo-se dessas reflexões, o termo passa a referir-se a diferentes culturas. Nesse sentido, as relações sociais (que também são políticas), estabelecidas entre os diferentes grupos étnicos numa mesma sociedade, no caso do Brasil, mesmo remetendo a estruturas mentais da cultura dominante, processam-se inseridas em estruturas materiais que lhe produzem sentido. Logo, “o conjunto dessas considerações aponta para uma ideia de cultura como modelo autorreflexivo de grupos sociais, do qual a literatura – ou, em sentido mais amplo, a produção escrita – participa tanto na qualidade de formação simbólica quanto na condição de sistema social cultural específico.” (Olinto, 2011, p. 44). Assim, faz sentido indagar do lugar da literatura na sociedade ou do seu papel social. Tornou-se rico o sentido de abertura que a literatura proporcionou e até mesmo abarcou quanto à diversidade de manifestações, abrindo portas de entendimentos e aceitação de manifestações diversas que apontam para o jogo de aceitação da multiculturalidade:

[...] hoje circulam antes formas culturais mistas, e até os chamados textos canônicos são reavaliados como formas de cruzamento de discursos variados, que transcendem

as fronteiras tradicionais da esfera do literário e do horizonte de pertencimento a espaços nacionais linguística e geograficamente circunscritos. (Olinto, 2011, p. 45).

Ante o exposto até aqui, ao pensar a literatura, sua produção, o artista escritor, envolto a uma série grandiosa de manifestações, além de entender a obra literária, que tem a palavra como seu objeto principal de expressão, é salutar entender a arte primeiramente como manifestação humana. Assim, a literatura se configura como essa de não compromisso com o real, com a verdade. A forma de expressão da literatura se resvala nesse real, ela roça no que o social oferece ao escritor, retratando um homem que sente fome, sede e desejos, que trabalha, que sente dores, que ama, que sofre, que vibra, que delira; um homem pensante, religioso ou não, pertencente a qualquer forma de laço familiar. Os escritos literários que passeiam por terras distintas e assim trazem pluralidades diversificadas, que podem estar na Floresta Amazônica, no Cerrado brasileiro, no Nordeste do Brasil, no Sudeste ou Sul do país, ainda podem focar as manifestações indígenas, falando do Movimento Negro Unificado e/ou outros segmentos que representam as chamadas minoras; a literatura que passeia pelas diversas formas de religiosidades e está no evangelismo, no candomblé, na umbanda ou no espiritismo.

Vale ressaltar que a literatura, na atualidade, não se inscreve numa única linha de expressão. Ela traz para seu bojo esse conjunto grandioso de particularidades socialmente produzidas e aceitas. Acreditamos que superamos a ocorrência de que “no meio do caminho tinha uma pedra”, avançamos. De certo, “aparentemente, necessitamos de novas teorias capazes de repensar o estatuto de conceitos já tacitamente assimilados, não só pelo senso comum, mas igualmente pela reflexão filosófica, tais como realidade, sentido, identidade e sociedade.” (Olinto, 2011, p. 46). Não nos dispersemos no entendimento de que a sociedade moderna, de composição bastante heterogênea, vem, de certo modo, oferecer evidências de modos de vida bastante diversificados. A literatura bebe nessa fonte de riquezas. Tenta traduzir um pouco dessa essência, desse homem que está sempre em processo de mudanças e formação, nesse constante inacabamento do ser.

O artista da palavra visa a construir mundos. A potência da literatura passa pelo quebrar conceitos, destroçar “verdades”. Trabalhando o tempo todo nesse fazer ficcional, o artista até sofre o efeito da incompreensão ou ser mal interpretado. Há, no imaginário popular, um conceito de verdades e de real. O mundo ficcional dá de cara com o muro do entendimento social desse real e dessa realidade, geralmente, repele-o. Quando se pensa no processo da ficção, em paralelo, pensa-se no real e essas reflexões fazem desaguar para

julgamentos. Seria impossível pensar a ficção sem um pé na realidade? A esse respeito, Olinto foi enfático em afirmar que

Ficcionalidade passou a ser um termo adequado para um sistema específico de regras, fundada sobre a conduta de participantes, numa comunicação literária, com respeito aos tratamentos dados às possíveis relações entre os mundos fictícios atribuídos a textos literários e os modelos vigentes no mundo social, supostamente ancorados no real. E, nessa ótica, a ficcionalidade não deveria ser um predicado apenas de textos literários, mas deveria ser vista como pertinente ao discurso literário como um todo. (Olinto, 2011, p. 47)

De certa forma, o artista exerce influência de posicionamento no meio social. Tentando retratar a realidade, ele patina o tempo todo entre ser compreendido ou não, o terreno da (in)compreensão de sua produção é cristalizado e movediço, aproximando-se ou afastando-se desse mundo real. O artista, sem compromisso com a realidade, cria, recria, inventa uma realidade que não é sua, tampouco do mundo abstrato, uma realidade que é somente dele, pois, segundo Gilberto Gil (1982), “Na lata do poeta tudo-nada cabe.” E não nos cabe indagações nesse processo multifacetado de criações. Distanciamento ou aproximação? Deixemos o rio seguir seu curso.

3.2 A IDENTIDADE NACIONAL EM QUESTÃO - NAS VIAS DA HISTÓRIA E NAS VEIAS DA LITERATURA

“As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”. As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades — híbridas — estão tomando seu lugar.” (Stuart Hall)

Acho prudente começar a discussão da identidade nacional voltando a atenção para duas proposições que nos ajudarão a compor e a juntar um pouco, de forma não tão muito desordenada, o complexo que é falar de identidade. Paul Ricoeur (2007, p. 27), comentando Pedro Bloch (1949), é enfático em dizer que esse “tem mil vezes razão ao negar que seja a tarefa do historiador restabelecer as coisas tais quais elas se passaram [...]” Por outro lado, Pesavento (2000, p. 11) sustenta: “pode-se dizer que o discurso literário, consagradamente tido como o campo preferencial de realização do imaginário, comporta, também, a preocupação da verossimilhança.” Talvez, aqui reside o traço distintivo de maior relevância de separação entre literatura e história. A verossimilhança é um terreno bastante fértil para a consagração do discurso literário; é um campo vasto de/em dimensões, explorável ao extremo. Mesmo que Paul Ricoeur (2007, p. 26) volte a afirmar que “não é ambição da história fazer reviver, mas recompor, reconstruir, isto é, compor, construir, um encadeamento retrospectivo”, nesse ponto, o discurso histórico está de costa para o fenômeno da verossimilhança, que tanto sustenta o discurso literário.

A priori, convencemo-nos de que a literatura e a história apresentam caminhos diversos que patinam entre o real e o ficcional. Essas duas áreas se consagram e se firmam no campo das ciências pelo seu caráter narrativo. Porém, enquanto o historiador, mesmo que, segundo Ricoeur, não tenha a obrigação de narrar os fatos “tais quais eles se passaram”, a história se encontra no campo do discurso. Quanto à literatura, esta, sem nenhum compromisso mesmo com a verdade, vale-se da chance de ter o ficcional como fonte, divagar, criar e recriar mundos. Nesse sentido, o historiador não ousa pôr o pé nessa seara. Há uma diversidade de influências e determinações que o cercam no ato de relatar os fatos. Manter uma coerência realista torna-se uma obrigatoriedade nessa tessitura.

Assim, tocar em questões que envolvem nacionalismo que acabam descambando para identidades cabe, primeiramente entender que “a identidade é uma construção, mas o relato artístico, folclórico e comunicacional que a constitui se realiza e se transforma em relação a

condições sócio históricas não redutíveis à encenação” (Canclini, 1997, p.152). Nesse ir e vir entre Literatura e História, as duas abarcam essa temática embora o caráter mais ficcional esteja no campo da arte – ou seja, para a Literatura. A identidade nacional brasileira deve, necessariamente passar pelo crivo da diversidade de valores étnicos, artísticos e culturais. Logo, tanto na Literatura quanto na História, estamos muito distantes de um caráter homogêneo de composição pois “o próprio conceito de cultura nacional homogênea, baseada em tradições consensuais ou em comunidades étnicas orgânicas, está sendo cada vez mais desafiado e redefinido” (Canen, 2000, p. 139).

Paul Ricoeur (2007, p. 30) afirma que “a história tem por tarefa dar nome àquilo que mudou, àquilo que foi abolido, que foi outro.” Por princípio, a história narra o passado. Esse ato de narrar está carregado de uma série de caracteres; além da questão da subjetividade que recobre e dirige o modo de sentir do historiador ante as ocorrências a serem contadas, é lançado sobre os fatos um modo particular de vê-los que serão determinantes e condicionantes para proceder à narrativa. Há, nesse fazer, dois polos que se repelem insistentemente – a objetividade da história e a subjetividade do historiador. A partir de um dado presente, o historiador se reporta a um pretérito, e este, em Ricoeur (2007, p. 31), parece ser um problema, “pois aquilo que os outros homens viveram, é precisamente aquilo que o historiador tenta reconstruir pela totalidade da rede de relações causais.” Ou seja, narrar o passado pode não ser uma tarefa tão simplória. É ato de recomposição, constitui-se num ajuntamento de partes, implica esforço de memorialização. Narrar o passado é um arrumar constante de fragmentos.

Por outro lado, possivelmente, o historiador não estava lá. “É a realidade absoluta do vivido humano passado que tenta recuperar-se numa reconstrução cada vez mais articulada, em sínteses analíticas sempre mais diferenciadas e ordenadas.” (Ricoeur, 2007, p. 31). Para que se dê conta desse encadeamento que o ato de narrar o passado exige, impõe-se todo um esforço intelectual, pois “o historiador vai ter com os homens do passado com sua experiência humana própria. O momento em que a subjetividade do historiador assume relevo digno de nota é aquele que, superada toda cronologia crítica, faz a história surgir os valores da vida dos homens de outrora.” (Ricoeur, 2007, p. 32). O autor insiste na ideia de que se narra o homem, as humanidades. Assim, cabe ao historiador entender que “são os fenômenos humanos comandados antes de tudo por cadeias de fenômenos semelhantes.” (Ricoeur, 2007, p. 26).

Nesse sentido, similarmente à literatura, a história, retratando o homem e suas humanidades, vê-se carregada de caracteres constituintes de uma maneira peculiar de falar de

um homem dentro de um espaço temporal, geográfico, político, sabendo-se que, nesse bojo, todas as marcas de valores, símbolos, crenças, modos de vida e elementos culturais são colocados em evidência. Carregar caracteres identitários, étnicos e culturais se assemelha a traços familiares, de consanguinidade. Atentemo-nos ao que diz Sussekind (1984), “tão fortes quanto os laços de semelhança são os galhos de uma árvore genealógica, pela qual circula sangue familiar. É muito difícil que alguns dos seus ramos escape ao peso e à soma dos demais” (p. 24). Pensar os elementos que definem um povo, uma nação, é pensar na identidade dos galhos que compõem essa imensa árvore.

Nessa tentativa de retratação do homem, forçadamente, ao nos deter nesses estudos, vamos patinar o tempo todo entre algumas questões mais finas. Tanto válidas para a literatura quanto para a história, o real e o não real, entre a objetividade do mundo real e a subjetividade das construções imaginárias, essas duas áreas se diferem em um tênue fio de separação. Poderíamos, ao certo, tentar sintetizar o modo histórico da representação fazendo uso das palavras de Pesavento (2000, p. 11), quando afirma que “a história se reveste de uma função de criação, ao selecionar documentos, compor um enredo, desvendar uma intriga, recuperar significados.” A priori, esses princípios também poderiam ser aplicados à literatura. Ao afirmar que “a clássica maneira de ser da história – construção de um saber com estatuto de ciência e objetivando a verdade – é substituída por outra, na qual as fontes, matéria-prima da história, são consideradas ‘indiciárias’ daquilo que poderia ter sido e com as quais o historiador constrói sua versão.” Pesavento (2000) poderia, nesse trecho, fazer alusão ao próprio modo da criação literária. Decerto, a história se reveste do fator imaginação. O que isso implica? Ricoeur (2007, p. 31) também faz uso do mesmo termo para dizer que “essa transferência para um outro presente, vinculada ao tipo de objetividade da história, é exatamente uma espécie de imaginação.” Até que ponto imaginação e ficção se separam? É possível imaginar sem divagar? Tais questionamentos poderiam nos supor que há elementos permitidos à história e outros não? Valendo-se do pressuposto de que a história está para o factual, concluímos haver certas limitações nos modos de sua retratação. Se Ricoeur (2007) afirma que, no ato de imaginar o passado, o historiador tenta reconstruí-lo e esse passado, para ele, é uma ideia, assim, transformar essa ideia em algo factual, com veracidade, pode se tornar uma armadilha para os preceitos da história.

Em outras palavras, desejo um pouco entender que linha seria essa que separa a história da literatura. Retratar a nação por intermédio da literatura e retratar a nação remexendo um pretérito distante, recompondo-o num presente, exige um exercício substancial

imaginativo. Para nossa grandiosidade como estudiosos e como nação, não nos afastemos da nossa história. Toda a construção e todo relato histórico é a face da nação. Nesse sentido, a história tem contribuições imensuráveis para entender o sentido da nação brasileira e seu aporte identitário. Paralelo a essa construção, nossa produção literária vem desnudando a pátria brasileira, montando os fragmentos de um povo, revelando as variadas faces, percorrendo muitos caminhos e trilhas no intuito da tentativa de revelar um pouco dessa colcha multifacetada que é a nossa composição identitária.

Percorrendo o percurso feito pelos movimentos literários brasileiros, autores, obras e o momento histórico-político de ocorrência desses estilos, percebe-se um pouco do retrato do Brasil, suas influências e composição social, étnica e econômica; aparecem nesse percurso modos de vida diversos, fulgurações de um povo em seus mais variados aspectos de vida. A literatura nos trouxe um país e seus jeitos, seus problemas, retratos étnicos de um povo de composição heterogênea, falas, crenças, credices, e toda essa construção à base do aporte da verossimilhança constitui um retrato que pode não ser o real, mas também que não se afasta muito dele. Nessa tentativa de apontamentos dos elementos mais fundamentais que sugerem traços mais fortes de nossa identidade, seria mais cômodo pendermos para a natureza do multi, do pluri, da diversidade cultural. Pensando nos documentos de registros dessas temáticas, tanto a História quanto a Literatura bebem na mesma fonte da diversidade nessa tentativa de representação. “Funciona a literatura, nesse sentido, como simples canal, objetivo, especular e fotográfico para que num filho se projete aquele que lhe deu o nome, numa obra que a escreveu, num texto, a imagem do país de onde originou” (Sussekind, 1984, p. 34/5).

Certamente, “a certidão de nascimento do Brasil”, a Carta de Pero Vaz de Caminha, constitui o primeiro ponto de partida para entender como que futuramente nos apreenderíamos dessas questões de identidade. A terra “recém-achada”, ainda sem nome, cercada de água e uma vastidão de terras férteis, com uma diversidade inigualável em sua composição de flora e fauna, habitada por um quantitativo de cerca de três milhões de indígenas e uma enorme quantidade de línguas, foi a fonte inspiradora da leitura que Pero Vaz fez do desconhecido lugar onde acabara de aportar-se. Se serpenteando entre um documento histórico-literário, a produção escrita de Caminha já nos apresenta fortes traços de um país marcado pela diversidade, a multiplicidade de povos indígenas que habitavam o espaço, suas incontáveis línguas, a diversidade de costumes entre os primitivos aqui já habitando há séculos revelariam, em princípio, alguns aspectos que a nação assumiria futuramente.

A Carta de Caminha, de valor histórico imensurável, tentando firmar-se com objetividade e precisão no relato da terra “recém-achada”, acaba por resvalar-se no princípio do imaginário que permeia a literatura. Por mais que se aproxime da história em seu processo descritivista, seu autor vai montando uma sequência de diário, embevecido pelas maravilhas da terra que saltam aos seus olhos, e o tom poético, pela fineza do seu trabalho, acaba por satisfazer aos anseios da arte literária. Em se tratando de identidade nacional, decerto, a Carta de Caminha não tinha esse aporte. Embora já se fizesse alusão a uma certa cor local, fazendo referência a uma diversidade de povos indígenas, seus usos e costumes, esse documento ainda não conseguiria dar conta e nem se configuraria em sacralizar aspectos de uma nação, pois não havia traços para isso. Não nos esqueçamos de que identidade nacional pode ser entendida como uma ideia da Era Moderna que começa a ser pensada no século XVIII e tem seu desenvolvimento discutido com maiores relevâncias no XIX. Nacionalidade está para identidade que vem cercada de uma ideia simbólica de pertencimento. Abro parênteses aqui, mais uma vez para as colocações de Sussekind (1984), “mais que fotografia, o texto se aproxima do diagnóstico médico a captar sintomas e mazelas nacionais. A ordenar descontinuidades e diferenças. A buscar uma identidade chamada Brasil e uma estética naturalista que permitam uma simetria perfeita à máxima: Tal Brasil, tal romance” (p. 38). A esse respeito, acho que caberia uma questão: nacionalidade com veracidade estão nos escritos romanescos e/ou nas páginas da História?

Nesse sentido, o primeiro movimento literário que veio delineando alguns traços de uma identidade nacional brasileira foi o Romantismo em meados do século XIX. Na virada desse século para o XX, o país viveu grandes agitações políticas que seriam determinantes ao futuro da nação. Nesses anos, busca-se fomentar no meio político uma ideia mais clara e precisa de nação. No início do século XIX, o primeiro grande evento mais impactante para o Brasil, em termos culturais, sociais e econômicos, foi a chegada da Família Real. Em 1808, esse evento abala todas as estruturas de um país que tentava se “engatinhar”. Por aqui, tudo muito acanhado, mas essa ocorrência trouxe contribuições grandiosas ao Brasil. Ao primeiro contato dos portugueses que chegavam à nova terra, deram-lhe dimensões que, embora fossem sua colônia, uma série de traços sociais, culturais e condições econômicas abriam um fosso de distanciamento imensurável em relação às condições deles vividas na metrópole. Instalada a corte no Rio de Janeiro, a cidade vai sofrer sorrateiramente alterações profundas no modo de vestir dos cariocas, no jeito de falar, de se comportar nas ruas. Relacionar-se com os portugueses sitiados na cidade, em partes, tornou-se motivo de orgulho, por vezes, não.

Nesse interim, em 1822, é declarada a Independência do Brasil e uma série de outros movimentos se faz desencadear. De grande relevância para nossa produção literária, o Romantismo brasileiro é inaugurado em 1836. Bebendo na fonte da independência política, os românticos sentem que era necessário e desejariam provocar uma independência na produção das letras brasileira. Essa “independência” não veio. Os românticos continuavam presos aos procedimentos europeus de produção. De Gonçalves de Magalhães (1811-1882), passando por José de Alencar (1829-1877), Castro Alves (1847- 1871), ou Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) até Bernardo Guimarães (1825-1844), todos esses vivenciaram um grande dilema ao pensar no Brasil como nação: faltava-nos um passado histórico. Era imprescindível pensar a formação da nação tendo um herói como figura protagonista. Alguém vitorioso que seria motivo de inspiração por bravura, coragem e bom discernimento. Era necessário possuir um herói do passado para a nação, como era de praxe entre os românticos europeus. Porém, nossos escritores românticos conviviam com esse vazio do passado. Se as grandes nações da Europa já haviam elegido seus heróis, e como era uma medida de grande peso dentro do movimento romântico, faltava o Brasil preencher essa lacuna. Assim, o índio brasileiro passa a estampar as páginas de nossa produção romântica como o herói nacional de maior representatividade.

José de Alencar acaba por ser, no século XIX, o escritor de maior destaque. Visitando o Brasil rural, o Brasil urbano (o Rio de Janeiro com maior foco), repassando pelas matas virgens do Brasil, ele deu-nos o casal de indígenas mais apaixonado que as nossas letras conseguiram reproduzir. O enredo de Alencar, em *O Guarani* (1857), representa um processo de mestiçagem na formação do nosso povo. Constitui um exercício de conciliação, de aceitação que se daria com forte frequência no lado sul do continente americano. “Da loura Ceci com o índio Peri nascia, das páginas de *O Guarani*, um Brasil lusotropical, voltado para si mesmo e que edulcorava a saga da conquista.” (Pesavento, 2000, p. 14). Através das páginas da literatura do nosso Romantismo estava montado o primeiro grande choque cultural em terras do sul da América.

Um índio preservado em pleno corpo físico
Em todo sólido, todo gás e todo líquido
Em átomos, palavras, alma, cor
Em gesto, em cheiro, em sombra, em luz, em som magnífico.
(Veloso, 1977. Álbum Bicho, MPB).

Os caracteres, nesse trecho, trazidos por Caetano, foram os mesmos destacados por Alencar, por Gonçalves de Dias, que puseram o nosso indígena em um pedestal de grandezas jamais notado em qualquer outro ser.

Quem guia nos ares
A frecha imprumada,
Ferindo uma presa,
Com tanta certeza,
Na altura arrojada
Onde eu a mandar?
— Guerreiros, ouvi-me,
— Ouvi meu cantar.
(Dias, 1985, p. 34).

Assim, por entre as letras de Alencar, veio se esboçando um Brasil de características étnicas bastante heterogêneas jamais visto em outra nação. Ainda, tendo o indígena como foco central de suas narrativas, Alencar reproduz a mais bela criatura da mitologia indígena brasileira. Iracema aparece no Romantismo brasileiro enriquecendo e fortalecendo os traços da nossa miscigenação como a mais franca representante da nossa cor e de traços físicos que, no ideário de Alencar, poderia ser o retrato do brasileiro no futuro. “A virgem dos lábios de mel” e o lusitano Martim se constituem, mais uma vez, na afirmação do nosso caráter composto por misturas de raças, cores; enfim, na poesia e/ou na prosa do Romantismo brasileiro, está presente um pouco do que se poderia imaginar da nossa identidade futura. Há, em Alencar uma presença muito forte dos traços da nossa diversidade. Quando reúne aspectos da presença indígena, do Europeu, configuram-se em suas letras marcas de uma pluriculturalidade latente que também estavam delineando futuros traços de um Brasil multicultural.

Compondo a tríade indianista de Alencar, *Ubirajara*, romance de 1874, mais uma vez, enaltece o guerreiro indígena. Numa alusão à união de dois povos distintos, essa obra, além do espírito guerreiro e valentia, simboliza um enorme desejo de enaltecimento e valorização do autóctone tal qual em Gonçalves Dias num franco desejo de valoração do herói que não tivemos no passado.

Contextualizando-se com a realidade, a literatura reproduz esses modelos à base do poder da verossimilhança a qual lhe foi facultada. O início do século XIX no Brasil, entre tantas ocorrências, é marcado pelo aparecimento de muitas cidades e marca certo estágio de desenvolvimento de outras. Estima-se que, em meados do século XIX, por exemplo, a cidade

do Rio de Janeiro possuía cerca de 500 mil habitantes. A cidade respira ares de “progresso”, sua população é marcada por uma mistura muito grande de negros, europeus e indígenas. Em meados do século XIX, José de Alencar lança uma coleção de obras denominadas romances urbanos. Centradas na cidade do Rio de Janeiro, essas obras de Alencar se configuram por retratarem bailes, festejos, disputas por poder econômico, amores mal correspondidos e outros bem-sucedidos, bem ao modo do Romantismo. No entanto, há uma predominância muito forte pela presença do homem branco, europeu, dominador. Pelas obras urbanas alencarinas passa, talvez, um ideal de branqueamento, numa cidade em que a maioria de seus habitantes eram negros escravizados.

É ainda nesse ambiente que, em 1875, Bernardo Guimarães publica sua obra *A Escrava Isaura*. Não era negra, era branca que tocava piano. Por sua condição social, Isaura viveu submissa a homens brancos, de poder. Mesmo seu pai conseguindo dinheiro, ficou impedido de comprar sua liberdade.

Tais narrativas fazem-nos pensar em determinado modelo de sociedade que marcou e foi determinante para o nosso passado e que nos faz refletir o presente. O poder econômico, o jogo de submissão, atrelados à condição social, à cor da pele, acabam por ser determinantes pelo lugar do outro no meio e no convívio social. Nas palavras de Pesavento (2000, p. 12), “naturalmente, não é intenção do texto literário provar que os fatos narrados tenham acontecido concretamente, mas a narrativa comporta em si uma explicação do real e traduz uma sensibilidade diante do mundo, recuperada pelo autor.” Então, esse modo de trazer o real faz dessa mistura – literatura e história – uma fonte inesgotável de pensar o fato de ter sido possível acontecer que alimenta e oxigena a ficção tanto para a literatura quanto para a história.

Em 1888, acontece a libertação dos escravos. O Brasil vive o reinado de D. Pedro II que dura até 1889, quando é proclamada a República. A junção dessas duas ocorrências provoca mudanças e alterações imensuráveis no seio da sociedade brasileira. Sair da condição de uma sociedade em que sua maioria se compunha de negros escravizados para uma composição de pessoas livres, com poder de escolha etc., em que a ideia de república na qual todos deveriam compartilhar dos mesmos direitos e benefícios se tornara realidade, significava marchar para a composição de uma sociedade mais justa a todos. Nesse interim, seria bastante salutar atentar para o fato de que

Busca-se, dessa forma, desnaturalizar discursos de identidade nacional que excluem vozes culturais não dominantes de sua “história” ou que tratam da diversidade

cultural de forma estática, homogeneizadora de grupos culturais, ignorando o dinamismo, a hibridização cultural e os mecanismos discriminatórios, que legitimam a valorização diferencial dos padrões socioculturais (Canen, 2000, p. 140/1).

Assim, como parte de análise de nosso caráter identitário, o Realismo brasileiro, com marco inicial de 1881, comporta um Brasil mais maduro. Rompemos os laços do Romantismo, e Aluísio Azevedo chega colocando o dedo na ferida. O *Cortiço*, lançado em 1890, ambientado no Rio de Janeiro, mostra a conturbada vida urbana de um conglomerado de moradias simples, pobres, do subúrbio carioca. Ali, dois personagens, Rita Baiana e seu poder de sedução e gingado sedutor duela com Firmo, autêntico fanfarrão, capoeira, trabalhador, marginalizado da vida urbana brasileira do século XIX. Esses misturam-se a outros/as no cortiço, como o português Jerônimo, cavouqueiro, trabalhador, pai de família. Ainda, a presença de Leandra, apelidada de “Machona”, uma portuguesa rude, descrita por Azevedo (1997) como “feroz, berradora, pulsos cabeludos e grossos, anca de animal do campo.” A configuração aqui apontada por Aluísio constitui uma marca do quanto a sociedade carioca, no início do século XX, já continha uma mistura muito elementar de influências de classes e etnias diversas. Fácil perceber que todos esses laços apontam para marcas grandes de uma sociedade bastante heterogênea. Misturam-se nesse espaço interesses diversos, figuras bastante representativas, resultado da fusão em uma cidade que já traz ares de modernidade. O imigrante europeu, o autêntico carioca fanfarrão, capoeirista, a mulata dançarina, sedutora que se junta a trabalhadores e a escravos, nessa ambientação, compõem o quadro representativo de um tipo brasileiro oriundo de diversas misturas étnicas e fortes influências, sejam europeias, africanas, sejam as já reproduzidas aqui que resultaram no mulato, no caboclo, no cafuzo.

Coaduno-me com as palavras de Pesavento (2000, p. 12), ao afirmar que “se a construção imaginária de uma identidade implica uma atribuição de sentido, este encadeamento de sentido, no caso brasileiro, seria dado não apenas na articulação espaço e tempo, que resgataria as dimensões da natureza/meio e da história, mas pela possibilidade de compatibilização da diversidade na unidade.” O Brasil sofre um processo de hibridização imenso quando da extinção do tráfico negreiro e, em meados do século XIX, a mesma máquina patrocinadora da escravidão na América foi a mesma a lutar para estancá-la. A pressão inglesa pela extinção da escravidão era alimentada pela gana de juntar capital e fazê-lo circular; para isso, precisava de consumidores. Como a escravidão não era mais lucrativa, a

solução foi o deslocamento de milhares de europeus para cá, sobretudo italianos, porém tal iniciativa trouxe a formulação de uma teoria racial em que se expressava que “a raça negra estava condenada pela bestialidade da escravidão e a vinda de imigrantes europeus traria elementos étnicos superiores que, através da miscigenação, poderiam branquear o país, numa espécie de transfusão de puro e oxigenado sangue de uma raça livre.” (Rolnik, 2009, p. 75). Tal ideia, bastante maliciosa, diga-se, tinha por intenção substituir a mão de obra escrava e, incutida nessa iniciativa, permeava a pretensão do branqueamento.

Segundo alguns estudiosos, por exemplo, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro sofreram um intenso processo de branqueamento após o advento da libertação escravocrata. A população de São Paulo, em poucas décadas, a partir do ano de 1800, passa por um vertiginoso aumento populacional em virtude da busca de trabalhadores para as lavouras cafeeiras. Em 1886, mesmo antes da aplicação da Lei Áurea, a chegada de estrangeiros a São Paulo foi de número grandioso. Segundo Rolink (2009), em 1886, a cidade de São Paulo possuía cerca de 50 mil habitantes; destes, 25% eram estrangeiros. O número de negros libertos era apenas 500. Daí, então, o decréscimo. Segundo estimativas, em 1872, São Paulo possuía cerca de 12 mil negros e, em 1893, menos de 11 mil, para uma população de quase 65 mil habitantes. Esses dados só vêm afirmar uma menor presença africana na formação social de São Paulo, enquanto o número de estrangeiros aumenta, produzindo o efeito do branqueamento, processo esse que o Rio de Janeiro dos anos 1800 sofre também. Estima-se que, em 1872, pretos e pardos eram quase a metade da população do Rio, em torno de 250 mil habitantes. Já em 1887, os 195 mil pretos e pardos representavam 37% da população total. No entanto, a cidade do Rio de Janeiro e seu entorno continuou tendo a maior quantidade de pessoas negras no Sudeste brasileiro.

Com isso, o Simbolismo brasileiro, movimento literário do fim do século XIX, não se permite alienar a essa chaga social que foi a escravidão. A poesia desse movimento vem carregada por reflexões profundas através dos versos do nosso “Cisne Negro”; Cruz e Sousa vem cortando e recortando o entorno dos grilhões da escravidão, sua perversidade e desumanidade tão latentes e aceitáveis.

Livre! Ser livre da matéria escrava,
arrancar os grilhões que nos flagelam
e livre penetrar nos Dons que selam
a alma e lhe emprestam toda a etérea lava.
(Cruz e Sousa, 1984).

As reflexões trazidas pelas obras dos poetas são gestos de inconformismo, são dores colocadas para fora que as palavras não conseguem dar conta. A matéria escrava, que alterou destinos, provocou dores, dizimou vidas, levou o escritor a clamar por liberdade. Ser livre era o bem mais precioso que os estigmatizados pela cor da pele poderiam clamar. A literatura, de forma artística e poética, é esse lugar de denúncia social, um lugar de espaço democrático que reflete o que as camadas mais marginais pensavam e gostariam de falar. Se identidade é um processo em movimento, em construção, o artista sente-se inserido nesse contexto. A expressão da sua dor é o reconhecimento de si mesmo como parte integrante garantidora de uma coletividade.

Dada a variedade de elementos étnico-raciais que compõem o cenário cultural brasileiro, é riquíssimo o campo de expressões artístico-culturais, modos de vida que simbolizam a conjuntura da nação. Contudo, os aspectos mais relevantes da nossa expressão cultural e que tematizam o homem brasileiro vieram sempre recortando uma via de mão única. Até aqui o que nossa literatura e outros espaços em que se discute arte e cultura no Brasil tem projetado é a imagem de país de arte e cultura elitista. Stuart Hall (2007) nos lembra que, na ótica dos estudos culturais, as sociedades capitalistas são lugares das desigualdades no que se refere à etnia, gerações e classes, sendo a cultura o *locus* onde são estabelecidos e contestadas tais distinções. Percebemos, com isso, que é na esfera cultural que se dá a luta pela significação, em que grupos subordinados procuram fazer frente à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos mais poderosos (Costa *et al.*, 2003, p. 3). O que pode marcar o lugar de atuação dessas discussões é justamente essa investida contra o domínio desse poder central e criar, dentro do espaço destinado aos estudos culturais, essa arena de debate no sentido da quebra e do rompimento dos modelos hegemônicos de representações.

Para isso, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, lançado em 1900, foi impactante à medida que começava a revelar um povo, um Brasil que o próprio país desconhecia. A literatura produzida até o século XIX, no Brasil, muito acanhadamente se revestiu de um caráter mais realista que não um retrato da nação ali centrado à beira do nosso litoral. Euclides, na sua obra, frequentemente alude ao litoral quando fala do sertão nordestino: “A mudança estrutural origina quadros naturais mais imponentes que os da borda marítima.” (Cunha, 1984, p.05). Outra vez, a comparação de proximidade com o mar se faz presente ao falar do terreno nordestino: “A sua estrutura geológica original criando conformações

topográficas em que as serranias, últimos esporões e contrafortes da cordilheira marítima, têm a atenuante dos tabuleiros vastos [...]” (Cunha, 1984, p. 56). Até aquele presente, a literatura aqui produzida vivia o homem da beira-mar. Este acaba por ser o mais frequente visitado por grande parte da escrita da nossa literatura. Quando Euclides da Cunha se desloca de São Paulo para cobrir a Guerra de Canudos, na memória, leva esse homem de proximidade com o mar. Era o elemento de sua referência. O homem do interior, o sertanejo “neurastênico”, era totalmente desconhecido.

Poucos foram os artistas ou os movimentos que se atreveram a desnudar as mazelas e as sagas sociais impressas pelo advento do mundo capitalista. Alheio à ciência progressista e à modernidade em curso, o sertão trazido por Euclides tinha vida própria e o que a sua visão aqui testemunhou foi de vertiginoso espanto. A caatinga e seus aspectos pitorescos se avolumam em importância à medida que se convivem com ela. Percebe-se o quanto o homem do sertão é o seu ambiente. A caatinga é uma extensão de si e isso choca os intrusos. Essa percepção foi mais latente na descrição dos combates que se travaram quando da Guerra de Canudos, narrada por Euclides.

Ao passo que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu. E o jagunço faz-se o guerrilheiro-tugue, intangível. As caatingas não o escondem apenas, amparam-no. (Cunha, 1984, p.139).

A percepção que o autor de *Os Sertões* esboça acaba por ser o de mais surpreendente ante sua visão, pois traz um típico homem e um ambiente que fazia parecer habitar outras terras e a imensidão de diferenças que separava esses dois “Brasis” era um oceano sem fim. Muito reveladora a imagem extraída por Euclides quando alude ao homem do sertão, colocando-o num distanciamento perfeito de quem desconhecia por completo os aspectos desse lado de cá.

Revelou que pouco nos avantajávamos aos rudes patrícios retardatários. Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas. (Cunha, 1984, p.212).

Os “sem civilidade”, o sertanejo, o homem que a caatinga produzia, seu jeito de andar, seus modos de vida, seus traços físicos remetem a Euclides. A intensa reflexão que faz ao falar do sertanejo beira ares preconceituosos. Após afirmar que é, “antes de tudo, um forte”, reitera: “Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.” (Cunha, 1984, p. 66). Enfim, um típico homem de uma outra roupagem:

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. (Cunha, 1984, p. 66).

A descrição do comportamental do sertanejo, observado por Euclides da Cunha, parecia não haver igual em nenhuma parte, era nato e próprio: “a pé, quando parado, recostase invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela.” (Cunha, 1984, p. 66). Os aspectos tão pitorescos trazidos pelo autor constituem uma visão particularizada, reveladora de certo aporte cultural da nação. Segundo Bertagnolli (2015, p. 49), “a cultura engloba tanto a linguagem, quanto a forma, suas crenças, seus saberes e fazeres; é um processo de transmissão de valores que se criam ou que se recriam na busca de soluções para problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrenta ao longo da existência.” Logo, os aspectos trazidos por Euclides, na sua visão projetada sobre o sertanejo e seu lugar, contribuem para entender que “o patrimônio cultural é constantemente recriado por grupos em função de seu ambiente, gerando um sentimento de identidade e contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.” (Bertagnolli, 2015, p. 49). O lado sombrio da Guerra de Canudos não foi apenas e tão somente a revelação de sua “lembrança como um refluxo para o passado”, e nem o crime a ser denunciado foi o choque cultural detectado. A ideia de arte e cultura do país esteve sempre atrelada, foi selecionada e forjada por uma classe dominante. O enviado pelo *Jornal de São Paulo* se impacta com o novo ambiente que se deslumbrava à sua frente, modos de vida diferentes. É preciso entender que:

[...] os discursos literário e histórico têm vozes de enunciação múltiplas, mas, na medida em que se expressam relações de poder- o poder mágico da palavra de enunciar o real e tomar a formulação aceitável pelo corpo social-, é justo nas camadas privilegiadas da sociedade que vamos encontrar a formulação da identidade. (Pesavento, 2000, p. 13).

As expressões e modos de vida testemunhados por Euclides perturbavam a unidade nacional. Por muito tempo, a diversidade cultural irreconhecível e invisibilizada no país não fazia parte do projeto de nação. Então, foi necessário que a Semana de Arte Moderna, de 1922, “descobrisse” o Brasil e fizesse algo para que a ideia de nação se descobrisse na diversidade.

Tão necessária era a antropofagia. O eurocentrismo tão presente nas artes brasileiras era algo a ser combatido. A entrada do Brasil no Modernismo estava sendo feita com uma nova postura artística, cultural e literária. A expressão dos novos valores da pátria se daria por uma nova leitura desde que “além, muito além daquelas serras que ainda brilham no horizonte, nasceu Iracema [...]” (Alencar, *Iracema*, 1997), passando por “No fundo do mato-vigem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo e da noite” (Andrade, Macunaíma, 1973), “Minha terra tem Palmares” (Oswald de Andrade, 1991), *Escrava que não é Isaura* (Andrade, 1926), até o entendimento da concepção de que “a poesia existe nos fatos. Os casebres de açafrão e de ocre nos verdes da Favela sob o azul cabralino são fatos estéticos. [...]” Assim estava sendo reconfigurada uma nova identidade nacional e a língua aparece como suporte “sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos” (Teles, 1976). Enfim, o campo das artes e das letras fora sacudido com essas e mais outras ideias de rompimentos. A independência literária e artística do país se irrompia, galopante.

Sussekind (1984), vai dizer que “normalmente, procura-se uma literatura que, ao documentar o país, pareça acreditar na existência de uma identidade nacional. Uma literatura que, não se indagando como linguagem, funcione no sentido de exterminar quaisquer dúvidas, digam elas respeito à ficção ou ao país” (p. 43).

Assim, entre a história e a literatura, correm nas suas entrelinhas e nas suas veias nuances de “verdades”. Nas vias da história, essas verdades sempre marcharam sob o viés das possibilidades de serem perscrutadas. Nas veias literárias, essas mesmas (ou quase) verdades desfilam, fluem de forma mais desimpedida, como um rio procurando o mar; se vão altivas, em águas perenes e mansas. Assim, tanto em história quanto em literatura, “tenta-se compor a construção do real de forma a torná-la crível, desejável, aceita”, e a nossa identidade, nessas

duas áreas, como num ato em constante construção, fruto do inacabamento, vai se revelando, ganhando formas e aspectos nessa colcha multifacetada que é a nossa composição.

4. MULTICULTURALISMO EM CONTOS DE MACHADO DE ASSIS: UMA VISÃO SOBRE A CIDADE

4.1 “UM HOMEM CÉLEBRE”: O PIANO FORA DO LUGAR

“Entre meia-noite e uma hora, Pestana pouco mais fez que estar à janela e olhar para as estrelas, entrar e olhar para os retratos. De quando em quando ia ao piano, e, de pé, dava uns golpes soltos no teclado, como se procurasse algum pensamento mas o pensamento não aparecia e ele voltava a encostar-se à janela”.(Machado de Assis)

Os contos machadianos são poços de reflexões, ensinamentos, críticas que abarcam e passeiam pelo mundo da filosofia, da sociologia, suscitam a história, falam do Rio de Janeiro, do Brasil. Abrangem cultura, arte e política e fazem desembocar em análises do comportamento humano, suas falhas, suas perspicácias: a avareza, o contentamento, o desgosto e o desalento; conquistas, derrocadas, tristezas e alegrias, tão próprias do espírito humano. Em seus contos, Machado perspectivou a vida, analisou o homem na sua intermitente relação com o outro, ele viu a urbe, construiu o esboço de uma sociedade em transformação. Passeou pelo mundo da política sem dela tomar partido. Abordou e criou caracteres sem fazer apontamentos. Na sua fineza, penetrou o mais profundo íntimo da natureza humana e concluiu que “há mais mistérios entre os céus e a terra do que a nossa vã filosofia possa imaginar” (William Shakespeare). Nesse interim, além de estender seu olhar sobre a vida cultural da cidade e a problemática social que atravessava os meandros da sociedade carioca, constatou que “escrever sobre as coisas “miúdas” de seu tempo permitia-lhe questionar os valores efêmeros considerados importantes” (Scheneider, 2004, p. 75). Tão importantes eram essas “miudezas” que mexiam e remexiam com a inquietude do escritor.

Tudo nos seus romances e contos está ligado a uma realidade concreta, às flutuações do meio fluminense, aos usos e costumes da época, sob o signo das instituições que nos regiam. [...] Certamente Machado de Assis não se comprometia, não tomava partido, mas participava intimamente dos fatos e formava juízo sobre eles (Broca, 1957, p. 365).

Adentrar-se pelos labirintos que compõem a exposição machadiana nos aspectos que envolvem o Brasil e os meados do século XIX, há de se considerar uma gama de fatos históricos e políticos bastante relevantes desse período. Naturalmente, o Brasil era um país de economia genuinamente agrícola. A sociedade colonial carioca estava composta por uma

parcela bem pequena de homens livres com uma supremacia de pessoas escravizadas. Nesse sentido, importa considerar o lugar do Brasil no contexto mundial. Machado, hábil retratista dos costumes da época, nos traz a ideia de um país que vive um momento de transição. A era considerada Moderna está às portas. A elite brasileira – como em muitos episódios machadianos – explora essa condição da nação: país maciçamente agrário, sociedade de base escravocrata que, segundo Couto (2017), as ideias liberais europeias ganham versão brasileira entre a classe oitocentista (p.151) e essa prática mostrava que marcas do atraso colonial persistiam no Brasil república. Retratando essas caricaturas, centrado nos modelos de formação social da cidade do Rio de Janeiro, Machado compôs quadros intrigantes da elite colonial brasileira. Uma elite burguesa que permeia entre o liberalismo econômico e as velhas práticas coloniais. Esses dois mundos não se coadunam, não se somam. Em Schwarcz, esses procedimentos tão comuns no seio da sociedade colonial brasileira, são inconciliáveis. “no processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulava a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. contra as prerrogativas do *Ancien Regime*” (Schwarcz, 1976, p. 04/05). Mas, assim, em meados do século XIX, no Brasil, prevalecia o favor, o clientelismo.

Desfila-se pelos contos de Machado a vida pregressa do Rio de Janeiro. Cabem nessas narrativas o homem da cidade e as diversas linhas de influências que estão compondo o cenário carioca. Estima-se que, entre 1863 e 1868, no periódico fluminense *Jornal da Família*, ele publica 86 contos. Assim, apenas 14 foram reunidos por ele em duas coletâneas: *Contos Fluminenses* (1870) e *Histórias da Meia-Noite* (1873). Numa busca severa pela produção contista de Machado, Djalma Cavalcante (2003) catalogou nos periódicos fluminenses um total de 218 narrativas. Apenas 86 desses contos Machado reuniu em sete coletâneas que, cronologicamente, estão assim distribuídas: *Contos Fluminenses* (1870), *Histórias da Meia-Noite* (1873), *Papéis Avulsos* (1882), *Histórias sem Data* (1884), *Várias Histórias* (1896), *Páginas Recolhidas* (1899) e *Relíquias da Casa Velha* (1906). O conto aqui em questão, *O Homem Célebre*, de 1896, está na coletânea *Várias Histórias*.

O personagem central, na trama construída por Machado de Assis, é o Senhor Pestana. Na condição de músico, instrumentista, o nome do personagem não vem para esse enredo de forma gratuita. A palavra pestana tem estreita relação com a música, instrumentos musicais. A pestana é uma peça dos instrumentos de corda. Fica entre o cravelhal e o espelho, por onde as cordas do violão, da guitarra entram. Ainda, é uma técnica usada ao tocar um violão ou uma

guitarra, o músico pode fazer uma pestana pressionando o dedo indicador sobre todas as cordas do instrumento ao mesmo tempo. Machado detinha esse conhecimento.

O Pestana do Machado era um ser irrequieto. Um músico que transitava entre o ser e o desejo de se tornar, típicos personagens machadianos. O conflito trazido por ele representa um pouco do homem progressista do futuro. A sua cidade ganhava forma, passava por transformações, vivia-se um clima de mergulho no desenvolvimento e no progresso. Alguns frutos da instalação da Família Real instalada na cidade já estavam sendo colhidos.

O Rio se torna uma cidade muito festiva, os bailes particulares marcavam a vida social da cidade. “Os jornais estão repletos de notícias de festas, bailes, saraus” (Renault, 1978, p. 22). “A gente de pouco recurso pode divertir-se no baile popular do Salão do Caçador, no largo de São Domingos” (Renault, 1978, p. 186). A sociedade carioca vive um conglomerado que se equilibra entre o popular, o simples e as influências do exterior: “copiado do europeu, o café cantante faz aqui sua aparição. Nem antes, nem depois. No *Alcazar Lírico*, o público encontra “todas as noites e por preços razoáveis um agradável passatempo” (Renault, 1978, p. 186). Pestana era um músico, compositor profissional, tocava piano, frequentava as dependências de pessoas mais íntimas e ali tocava. De repente, começa a ouvir em casas mais simples, no seu derredor, a sua polca ser cantada, assobiada, estava ganhando projeção.

Porém, o músico Pestana vive um conflito grandioso. Desanimado sempre, descontente durante todos os dias e noites, nosso personagem se debate. É a figura mais representativa, oscilante entre o lá e o cá – do outro lado do Atlântico. Segundo Machado, era o ano de 1875 e Pestana era exímio compositor de polcas. De origem europeia, essa dança é interpretada no Brasil pela primeira vez 1845. Há uma caracterização de grande representatividade em Machado que compunha a vida social desses anos e o personagem Pestana acaba sendo fruto “da vida social que ganha um toque de requinte. Requinte no estilo europeu – sem o bom gosto daquele – com os grandes salões de festas, o mobiliário à francesa e o indefectível piano” (Renault, 1978, p. 22). Pestana era um homem livre, culto, admirador profundo da arte europeia; era esse cidadão que, angustiado, vive à procura da sua identidade nacional. Schwartz vem contribuir com o questionamento dessa busca ao dizer que “além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional”(p.02). No entanto, o que se projetava em Pestana era a não aceitação dessa

brasilidade. Nesse sentido, Machado produz um personagem que vive em busca da sua identidade, pois a percebe europeia, local e fragmentada.

O descontentamento e a angústia que abatem Pestana talvez representassem um pouco do fenômeno da desterritorialidade. O seu mundo e seu ambiente circundante, fixados em terras tupiniquins, impuseram-lhe uma realidade com a qual, no seu íntimo, Pestana não se coaduna. “Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-nos dele...” (Bonnemaizon e Cambrézy, 1996, pp. 13-4). Na raiz do entendimento de Pestana, estava em voga a questão do pertencimento. Machado faz projetar um personagem desalinhado com o mundo circundante. São seres angustiados buscando suas essências. “Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser.

Na sua condição de compositor, as polcas lhes vêm naturalmente. E isso lhe perturba o espírito. Pestana e seu deslocamento geográfico: um corpo na América, uma mente nos clássicos da música europeia. Revolta-se contra si mesmo: “e aí voltaram as náuseas de si mesmo, o ódio a quem lhe pedia a nova polca da moda”. (Assis, 1994, p. 20). Descontentamento e desencantos inundam a alma do homem célebre. Pestana é esse poço de desajustes.

Muito requisitada em bailes e saraus de particulares e nos teatros da cidade, a polca se populariza muito rapidamente nos meados do século XIX na cidade do Rio de Janeiro. Quando ele compõe a primeira polca, em 1871, vai apresentar ao editor que o adverte: “O editor abanou a cabeça, e disse-lhe que os títulos deviam ser, já de si, destinados à popularidade” (Assis, 1994, p. 19). Imediatamente, Pestana ganha prestígio e reconhecimento.

Uma de suas polcas mais tocadas traz a expressão de marcas de popularidade e da multiculturalidade tão próprias da época: “Não bula comigo, Nhonhô”. Tal expressão deriva da forma respeitosa como os escravos se dirigiam e/ou tratavam seus senhores. As músicas daqueles anos representavam esse momento em suas letras e Pestana era conduzido, moldado pelo que sua realidade lhe ofertava como matéria-prima. O que está em voga no personagem de Machado é a questão do pertencimento. A realidade que lhe atravessa e, em contrapartida, o conhecimento que ele tem de fora, é a que o faz um cidadão desejoso de se deslocar. “O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (Guattari; Ronilk, 2010, p. 388). A visão de Pestana que se esparge sobre o seu

ambiente e sobre si torna-se mais angustiante para esse compositor à medida que sua percepção o leva à constatação de que suas raízes locais estão no seu íntimo e o deixam impossibilitado de estar de bem com o fenômeno do eurocentrismo em suas composições. Quando Schwarz nos lembra que “éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo”(p. 02), tal proposição, só vem ratificar do quão distante está Pestana dos ideais europeus, em composição social, quadro político, econômico nos quais se configuram sua terra natal.

Bem certo, o desejo maior de Pestana era desfazer-se do seu mundo para a construção de outro. A fuga territorial estava em si, viva, assaz; divagar-se, alçar outra dimensão era muito latente no compositor carioca de polcas.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (Guattari; Ronilk, 2010, p. 388).

O desejo de Pestana era provocar esse rompimento, evadir-se. Desejava ardentemente desfazer do seu sentido originário de pertencimento. O fato de suas polcas estarem popularizadas, sendo cantadas em casas e nas ruas, nos teatros, não lhe era sinônimo de contentamento. O canto brotado desses lugares simplórios, de representação das classes menos abastadas da sociedade carioca, era quase uma prova incontestada de que a expressão das suas raízes eram daqui e não de lá. “De uma casa modesta, à direita, a poucos metros de distância, saíam as notas da composição do dia, sopradas em clarineta. Dançava-se. Pestana parou alguns instantes, pensou em arrepiar caminho, mas dispôs-se a andar, estugou o passo, atravessou a rua, e seguiu pelo lado oposto ao da casa do baile” (Assis, 1994, p.18). Queria estar sempre ao lado oposto da realidade que lhe circundava. Destarte, cabisbaixo com a popularidade de suas canções, o homem célebre era profundo desgosto. “Já perto de casa, viu vir dois homens: um deles, passando rentezinho com o Pestana, começou a assobiar a mesma polca, rijamente, com brio, e o outro pegou a tempo na música, e aí foram os dois abaixo, ruidosos e alegres, enquanto o autor da peça, desesperado, corria a meter-se em casa” (Assis, 1994, p. 18). O autor carioca, muito alheio ao sucesso, refugiava-se em casa, era o território onde mais tentava se encontrar consigo mesmo. A sua sala, o seu piano.

Assim, Machado descrevia a residência física de Pestana: “casa velha, escada velha, um preto velho que o servia e que veio saber se ele queria cear” (Assis, 1994, p. 18), nota-se a simplicidade e o básico que compunha o lar de Pestana. A sala é o ambiente onde estão instalados os seus personagens musicais de maior devoção. “Quando o preto acendeu o gás da sala, Pestana sorriu e, dentro d’alma, cumprimentou uns dez retratos que pendiam da parede. Um só era a óleo, o de um padre, que o educara, que lhe ensinara latim e música, e que, segundo os ociosos, era o próprio pai do Pestana” (Assis, 1994, p. 18). O ambiente da casa do autor torna-se, assim, bastante representativo de elementos que compunham o cenário social da época. A presença de um negro escravizado em residências era muito comum. “Os moradores do Rio utilizavam os escravos para os serviços domésticos: jardineiros, portadores de cadeirinhas, e liteiras, cocheiros depois que se introduziu o uso de seges, cozinheiros e copeiros, capangas e guarda-costas” (Coaracy, 1988, p. 286). De composição social bastante heterogênea, tanto econômica quanto étnico-racial, Pestana é parte desse contexto, mas não é um representante da mais alta aristocracia da cidade. Porém, é herdeiro de um lugar célebre na cadeia de representatividade cultural, pois aprendera música e latim com um padre.

Certo é que os aportes culturais que compunham o saber de Pestana passavam pela escolha da decoração principal da sua sala. Se um dos quadros era o do padre, “Os demais retratos eram de compositores clássicos, Cimarosa, Mozart, Beethoven, Gluck, Bach, Schumann, e ainda uns três, alguns, gravados, outros litografados, todos mal encaixilhados e de diferente tamanho, mas postos ali como santos de uma igreja” (Assis, 1994, p. 18). A última colocação de Machado, nesse contexto, soa demasiadamente forte para entendermos o descontentamento de Pestana. A representação eurocêntrica, fortuita, estava nesse personagem. O contentamento que lhe transmitia a presença dos quadros dos grandes clássicos da música europeia era imensurável. Os quadros falavam para seu regozijo. Aquelas pinturas eram para si ícones do mais alto e refinado gosto musical que lhe faziam regozijar a alma. “Veio o café; Pestana engoliu a primeira xícara, e sentou-se ao piano. Olhou para o retrato de Beethoven, e começou a executar a sonata, sem saber de si, desvairado ou absorto, mas com grande perfeição. Repetiu a peça, depois parou alguns instantes, levantou-se e foi a uma das janelas” (Assis, 1994, p. 18). Pestana tem sempre a enorme necessidade de ir à janela, às vezes por alívio, outras vezes por desejo de fuga. Percebe-se assim como que as influências europeias atravessam a composição de uma sociedade de base colonial, escravocrata e esse movimento que Machado faz vem dá tons de como ele enxerga “a chama da ideologia liberal incorporada e redefinida no Brasil oitocentista era rarefeita, débil, pois só

estava presente na vida mental da casta que compunha a classe estamental, aquela que permanecia influída nos postos da administração pública e do burocratismo” (Couto, 2017, p.154). Decerto, Pestana não fazia parte da administração pública, era homem branco, livre; também, não era herdeiro de grandes propriedades, mas era parte de um contexto social, em que foi testemunha ocular de um Brasil em que homens, “apesar de livres, eles dependiam do arbítrio do senhor de terras e de escravos, viviam sob o regime de cooptação política, e, sobretudo, constituíam o diagnóstico preciso de que o liberalismo, aqui metamorfoseado, contribuía com o atraso, era um obstáculo à modernização” (Couto, 2017, p.154).

Após se afinar com seus deuses na execução da peça do alemão, vai contemplar a rua e chocar-se com sua realidade. Da sua janela, contente e impactado, Pestana vive seus dois atormentados mundos. Transitando entre um e outro, “tornou ao piano; era a vez de Mozart, pegou de um trecho, e executou-o do mesmo modo, com a alma alhures. Haydn levou-o à meia-noite e à segunda xícara de café” (Assis, 1994, p. 18). Tão pensativo e reflexivo, Pestana atravessa as noites, tenta arrancar do piano um clássico que cisma em não vir. Os quadros deles, pendurados na parede, balançavam suas estruturas que estavam entre a celebridade das polcas e a decepção entre os eruditos. Começava a transitar no personagem o espírito do desespero, a angústia por sua conquista não se fazer concretizar. “Entre meia-noite e uma hora, Pestana pouco mais fez que estar à janela e olhar para as estrelas, entrar e olhar para os retratos. De quando em quando ia ao piano, e, de pé, dava uns golpes soltos no teclado, como se procurasse algum pensamento, mas o pensamento não aparecia e ele voltava a encostar-se à janela” (Assis, 1994, p. 3). Pestana e sua busca, seu desejo de conquista. É a representação de dois mundos que nele estão em permanente atrito. São choques culturais que Pestana não consegue, no mínimo, conciliar. A questão da aceitação e da não aceitação está viva e marca os dias e as noites do nosso célebre autor de polcas.

São duas representações artístico-culturais que fazem Pestana buscar rotas de fuga na tentativa de aliviar sua tensão. A sala repleta de quadros que vêm lhes insinuar e “o piano era o altar; o evangelho da noite lá estava aberto: era uma sonata de Beethoven” (Assis, 1994, p.18). Entre o seu objeto de trabalho e os clássicos na parede, desejaria estar em paz com eles, mas a inspiração que não vinha e as suas raízes eram quem falavam no íntimo e brotavam da sua alma, tão naturalmente; ele não continha em si. Talvez, buscasse inspiração em Sinhazinha Mota, que nutria por ele profunda admiração. “A moça dormia ao som da polca, ouvida de cor, enquanto o autor desta não cuidava nem da polca nem da moça, mas das velhas obras clássicas, interrogando o céu e a noite, rogando aos anjos, em último caso ao diabo. Por

que não faria ele uma só que fosse daquelas páginas imortais?” (Assis, 1994, p.18). Pestana não titubeava. Mas estava tão convicto do seu anseio quanto da sua decepção. Os dois mundos que lhe atormentavam, o choque de realidade que vivenciava o fazia um compositor infeliz. Galgar a notoriedade por intermédio das polcas não lhe era representativo. Ter os clássicos a contemplar diariamente e não se igualar a eles, por que não produzir uma página sequer que se assemelhasse? – “às vezes, como que ia surgir das profundezas do inconsciente uma aurora de ideia: ele corria ao piano para aventá-la inteira, traduzi-la, em sons, mas era em vão: a ideia esvaía-se” (Assis, 1994, p.18).

Assim, no seu desespero, acometido por estar entre lá e cá, as representações culturais que pulsavam em si eram de dois mundos antagônicos. Fruto da mistura de influências, incrustado em uma sociedade repleta de valores étnicos diversos, mas em sintonia permanente com o desejo da cultura e da representação do mais fino gosto da música erudita europeia, Pestana beirava o desvario.

Outras vezes, sentado, ao piano, deixava os dedos correrem, à ventura, a ver se as fantasias brotavam deles, como dos de Mozart: mas nada, nada, a inspiração não vinha, a imaginação deixava-se estar dormindo. Se acaso uma ideia aparecia, definida e bela, era eco apenas de alguma peça alheia, que a memória repetia, e que ele supunha inventar (Assis, 1994, p.18).

Nesse interim, em que lugar se situa o piano daquele célebre compositor de músicas populares da cidade do Rio de Janeiro? Por mais que desejasse, obra nenhuma que imitasse os clássicos vinha acudir Pestana. Do seu piano, nenhuma sequência musical mais afortunada. Por mais que estivesse cercado por representantes da mais fina flor da produção musical europeia e por mais desejoso em produzir algo semelhante, de seu piano, apenas polcas saíam. “Então, irritado, erguia-se, jurava abandonar a arte, ir plantar café ou puxar carroça: mas daí a dez minutos, ei-lo outra vez, com os olhos em Mozart, a imitá-lo ao piano” (Assis, 1994, p.19). Produzir um clássico, algo que beirasse Mozart, Beethoven, Bach. O piano e seu deslocamento.

Cercado de nomes célebres, a sala de Pestana lhe era o lugar da mais pura inspiração musical. O que brota do piano dele é o puro antagonismo em relação aos presentes nos quadros que compõem o ambiente. O piano de Pestana não estar para os clássicos, pois dele não consegue a imitação desejada. Após uma noite quando em vão tentou a produção de um clássico e nada conseguiu, no dia seguinte, logo pela manhã, ao sair, tomado de um ímpeto, Pestana

Correu à sala dos retratos, abriu o piano, sentou-se e espalmou as mãos no teclado. Começou a tocar alguma cousa própria, uma inspiração real e pronta, uma polca, uma polca buliçosa, como dizem os anúncios. Nenhuma repulsa da parte do compositor; os dedos iam arrancando as notas, ligando-as, meneando-as; dir-se-ia que a musa compunha e bailava a um tempo (Assis, 1994, p.19).

O piano de Pestana estava fora do lugar. Verdadeira dissonância em relação aos ícones de inspiração pendurados na parede. Por mais que desejasse, a composição clássica não erigia do seu objeto de trabalho. Um deslocamento assimétrico separava as duas representações musicais. Desiludiu-se:

Vão estudo, inútil esforço. Mergulhava naquele Jordão sem sair batizado. Noites e noites, gastou-as assim, confiado e teimoso, certo de que a vontade era tudo, e que, uma vez que abrisse mão da música fácil...
— As polcas que vão para o inferno fazer dançar o diabo, disse ele um dia, de madrugada, ao deitar-se (Assis, 1994, p.20).

As mais fieis testemunhas das aspirações e das decepções do homem célebre de Machado eram o seu piano e os quadros na parede da sala de Pestana. As polcas não se esvaíam dali, por mais que ele quisesse arrancar dele os modelos dos seus deuses à parede ali a lhe contemplar.

Mas as polcas não quiseram ir tão fundo. Vinham à casa de Pestana, à própria sala dos retratos, irrompiam tão prontas, que ele não tinha mais que o tempo de as compor, imprimi-las depois, gostá-las alguns dias, aborrecê-las, e tornar às velhas fontes, donde lhe não manava nada. Nessa alternativa viveu até casar, e depois de casar (Assis, 1994, p.20).

Movido por forte desejo, cheio de aspirações fora do seu lugar de origem, fruto do fenômeno da pluriculturalidade, Pestana vagueia entre duas representações culturais. Quando sua esposa, “Maria assentou-se ao piano, e, depois de algum esforço de memória, executou a peça de Chopin. [...] Triste, desesperado, saiu de casa, e dirigiu-se para o lado da ponte, caminho de S. Cristóvão” (Assis, 1994, p. 21).

Pestana voltava às suas origens. Via-se que a inspiração nos clássicos só lhe provocava um retorno, destronava-o. “— Para que lutar? dizia ele. Vou com as polcas... Viva a polca!” (Assis, 1994, p. 21).

Tomadas no contexto da formatação que a sociedade carioca assumia em meados do século XIX, Pestana é esse representante do transe cultural e multicultural que viveu/vive a

parte sul da América. Desejoso em fugir às suas raízes, cultuar os clássicos da música europeia, Pestana é esse ser representativo que consegue dar uma configuração ao Brasil, de um país multicultural, de um povo em constante processo de (trans)formação étnico, racial, de rupturas, descobertas, num intenso processo construtivo em busca de uma identidade.

4.2 A *CHINELA TURCA*: UM CONTO ORNADO COM FINÍSSIMOS DIAMANTES POR MACHADO

“A chinela de que se trata vale algumas dezenas de contos de réis; é ornada de finíssimos diamantes, que a tornam singularmente preciosa. Não é turca só pela forma, mas também pela origem. A dona, que é uma de nossas patricias mais viajeiras, esteve, há cerca de três anos no Egito, onde a comprou a um judeu.” (Machado de Assis)

“Aparentemente não vale nada ou vale pouco a tal chinela. Mas há chinela e chinela. Tudo depende das circunstâncias”. (Machado de Assis)

O conto em questão fora publicado pela primeira vez no ano de 1875 e reunido na coletânea *Papéis Avulsos*, mais tarde em 1882, é o mais antigo conto dessa coletânea. *A Chinela Turca* traz, como a maioria dos contos machadianos, o sabor do mistério, as indagações, as perguntas com respostas duvidosas, ou, então, constata-se que, do meio para o desenlace da narrativa, paira um ar de incompletude, não na natureza dos fatos ocorridos, mas sim na tentativa de entendimento desse Machado tão no seu casulo, tão caramujo.

A narrativa é conduzida por um narrador onipresente. Dando conta de todas as ocorrências, alcança todas as ações dos personagens, exerce um domínio integral nos aspectos que envolvem toda a trama. O enredo de *A Chinela Turca* desenvolve-se no Rio de Janeiro. Machado, radicado naquela cidade, dali falou sobre ela e permitiu que ela falasse dele. O Bruxo do Cosme Velho abriu as portas e as janelas da sua potência no ato de narrar e fê-la desfilar magnificamente por suas obras. O Rio que Machado nos traz é o Rio colonial; uma cidade ganhando forma, está se preparando para o advento do Modernismo. Como já aqui mencionado, nesse período, a cidade assume ares de prosperidade, com isso, o contingente de relações étnico-raciais que cruzam e se entrecruzam na cidade faz dela um lugar plural.

Constituindo-se como uma das mais belas tramas criadas por Machado, esse conto nos impacta com uma particularidade que é o fato de a narrativa de uma história ser contida por outra. Ou seja, há uma história dentro da outra. Cercada de muito suspense e tensão, configuram-se como personagens principais o Bacharel Duarte e o Major Lopo Alves. Nas primeiras linhas da narrativa, Machado nos apresenta o Bacharel, diz que “acaba de compor o mais teso e correto laço de gravata que apareceu naquele ano de 1850” (Assis, 2002, p. 65). O escritor carioca narrou sempre de forma a buscar dar a seus personagens e imprimir neles marcas do seu tempo. Há um quantitativo grandioso dessas marcas. Escrever nesses anos

exigia que o homem que cortejasse uma donzela devesse ser apresentado impecavelmente bem vestido, trajado ao melhor gosto que o Romantismo, como movimento de expressão artística exigia. Mesmo que o nosso Romantismo trouxesse traços figurativos das práticas europeias, até mesmo na transcrição dos personagens, na montagem deles, Delson Renault (1978, p. 71) pondera ao dizer que “se as influências europeias – francesas e portuguesas sobremodo – são evidentes nos temas explorados pelos poetas, não se pode negar o sentimento nacional nesses poetas”. Na tentativa de busca de uma identidade nacional, os românticos produziram personagens os mais finos e elegantes que o movimento exigia. Em *A Chinela Turca*, o Bacharel Duarte está se preparando “justamente para ir ver, em um baile, os mais finos cabelos loiros e os mais pensativos olhos azuis que este nosso clima, tão avaro deles, produzira” (Assis, 2002, p. 65). Expressões de um tempo em que o Rio já era uma cidade festiva e Machado testifica esse traço em suas narrativas.

Por outro lado, interessa considerar que Machado dá destaques a dois personagens que, pelas funções sociais que exercem e pelas devidas formações, são dois representantes, diríamos, da classe média do Rio de Janeiro do tempo colonial – entre um Bacharel e o outro, Major não são os mesmos representantes dos desafortunados. Observa-se que o ensino no Brasil dos tempos coloniais era precarizado. Conseguir formação em nível superior era restrito aos pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade. Lopo Alves é major com posto garantido no exército brasileiro. Está inserido no círculo de oficiais superiores. Contribuem para esse entendimento algumas passagens interessantes. “Duarte enfiou um chambre e dirigiu-se para a sala [...]” (Assis, 2002, p. 65). O uso de tal vestimenta, em meados do século XIX, considerando a vida precária e de grande carência que a maioria da população levava, induz-nos a crer ser o Bacharel Duarte pertencente à classe de homens de posses da cidade.

Havemos de convir que o Brasil nesses anos convive com decisivas medidas de proibições de implantação de fábricas de tear, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Delso Renault (1978, p. 69), comentando alguns pontos interessantes de tendências da moda que se representavam em meados do ano de 1800, na cidade carioca, vai dizer que “não chegou até aqui a indústria do tecido adequado ao clima do trópico. Usam-se trajes de tecidos grossos, pesados e a moda exige colete e suspensórios de meia [...]” Se não havia indústrias de tecidos, havia muitos alfaiates: “os primeiros alfaiates instalaram-se na cidade por volta de 1829. Na Rua da Quitanda certa loja anuncia ‘roupas feitas por alfaiates’” (Renault, 1978, p. 69). Ainda, quanto à escolarização, os dois tiveram boa formação e estão inseridos no círculo

social dos apreciadores de arte, cultivam o gosto pela leitura, são conhecedores de artes cênicas, apreciam os diversos gêneros de representações artístico-literárias:

- Dou-lhe uma notícia, que certamente não espera. Saiba que fiz... fiz um drama.
- Um drama! exclamou o bacharel.
- Que quer? Desde criança padeci destes achaques literários. O serviço militar não foi remédio que me curasse, foi um paliativo. A doença regressou com a força dos primeiros tempos. Já agora não há mais remédio senão deixá-la, e ir simplesmente ajudando a natureza (Assis, 2002, p.66).

Na hierarquia social do Brasil colonial, os dois fazem parte do topo da pirâmide. Seriam esses alguns traços distintivos fáceis em concluir do grau de formação escolar dos dois, visto que a maioria da população da cidade, nesses anos, padecia e convivía com a saga do analfabetismo.

Por esse conto de Machado passeia uma gama de caracteres num claro esboço da presença de representantes do mundo oriental na cidade. Em meados do século XIX, Rio de Janeiro vive intensa agitação política e o lado de formação social local encontra-se entrecortado de diversos representantes de variados grupos étnicos, entre tantos, o mundo oriental é de presença marcante na cidade. No conto, ao referir-se à Cecília como “a moça dos olhos azuis”, há um desvio de representação das nossas cores e nossos matizes locais. Para reforço dessa representação estrangeira na cidade, “os mais finos cabelos louros” são aludidos na narrativa como prova de uma marca de pluralidade ali já existente. Ainda, em outra passagem, Machado sugere uma marca do estrangeiro na cidade, com vestígios do Oriente: “Lopo Alves tomou lugar ao pé da mesa, tendo em frente o bacharel, que mergulhou o corpo e o desespero numa vasta poltrona de marroquim [...]” (Assis, Contos, 2002, p. 68). Nesses anos, era intenso o comércio de importação de todos os tipos de produtos para a cidade do Rio de Janeiro. A cadeira marroquina lembra o Marrocos, país ao norte do continente africano. A composição das expressões culturais desse país recebe influências diversas. Constitui-se numa mescla de representações europeias, africanas e árabes. Machado, desejoso de dar um toque bem típico, oriental a essa narrativa, colheu detalhes bastante precisos para aí inseri-los.

O conto em questão, com um enredo bem traçado e construído de forma a prender o leitor entre dúvidas e expectativas, a cada porta que rangia e se abria, o faz mergulhar num labirinto de ocorrências improváveis, pois a todo momento se vislumbra algo novo. Machado conduz o leitor por uma série de intercorrências que passam por salas escuras, com personagens “estranhos”, ruas, corredores, escadas: “Andando, ouvia o bacharel algumas

vozes desconhecidas, palavras soltas, frases truncadas. Afinal pararam; disseram-lhe que se sentasse e destapasse os olhos. Duarte obedeceu; mas ao desvendar-se, não viu ninguém mais” (Assis, 2002, p. 72). Tão cheio de surpresas é o desenrolar da trama, como imensurável pode ser o seu desfecho. Mas, como traz o título da obra, o que está em jogo é uma chinela. “A chinela de que se trata vale algumas dezenas de contos de réis; é ornada de finíssimos diamantes, que a tornam singularmente preciosa” (Assis, 2002, p. 70). Toda a valoração atribuída aqui à chinela, numa breve leitura, constitui-se numa intencionalidade de inferência à mulher, a uma mulher mais especificamente que está em disputa na trama. Ao ornar de finíssimos diamantes, é uma atribuição, em que se agrega valores ao sexo feminino. Porém, essa não se constitui na questão aqui.

O esforço e a representação impetrados por Machado nesse conto dão conta de um Brasil colonial. Ele está escrevendo com um olhar que se esparge em toda a sua dimensão sobre um Rio de Janeiro plural. Fala de/para uma cidade com perspectivas fortuitas em representações, pois cresce e desenvolve muito vertiginosamente. Com tal perspectiva, a cidade nos tempos de colônia recebe enorme quantidade de estrangeiros: “o Rio de Janeiro recebe 34.873 do ano de 1851 até esta data” (Renault, 1978, p. 95) – a data referida é o ano de 1855.

Nesse processo de transmigração sofrido pelo Rio de Janeiro, entre tantos que chegavam ou passavam pela cidade, estão os turcos. De certa forma, a presença de árabes na cidade tem íntima ligação com a chegada da Família Real ao Brasil no ano de 1808.

Devido às dificuldades de acomodação, e por “não se encontrar na cidade lugar mais digno e aprazível”, o solar do rico comerciante Antônio Elias Lopes, na Quinta da Boa Vista, foi cedido ao príncipe regente D. João. Antônio Elias Lopes seria, na realidade, o libanês Elias Antun Lupus que ‘abrasileirou’ seu nome e sobrenome, prática, aliás, que seria bastante recorrente entre os patrícios no Brasil (Hajjar, 1985, p. 88).

Embora o conto de Machado de Assis não faça referência a qualquer nome árabe, os imigrantes sírios e os libaneses, assim que chegavam ao Brasil, comumente já tinham outros nomes. Essas trocas eram feitas por muitos nos navios durante a viagem. Ainda, no que diz respeito à emigração dos turcos para o Brasil, há uma diferenciação em relação à maioria dos outros povos que vieram para cá. Grande parte dos europeus que vem para o Brasil durante o período colonial e após ele era trazida com a finalidade de povoarem a terra, trabalharem na lavoura e aqui conseguirem meios de sobrevivências melhores. Nesses anos, o governo

brasileiro implanta e possui uma política migratória bastante objetiva. Muitos povos vieram para o Brasil dando cumprimento às medidas ali estabelecidas. No entanto, quanto aos povos árabes, eles não vêm com patrocínio do governo brasileiro. É o que se denomina imigração voluntária ou espontânea. Os árabes que chegaram ao Brasil foram por conta própria, vieram com seus próprios recursos. Há outro detalhe interessante quanto à vinda deles para o Brasil: “eram, em sua maioria, cristãos ortodoxos ou maronitas, e, em menor quantidade, mulçumanos. Como chegavam com passaportes da Turquia, passaram logo a ser identificados com “os turcos”⁴. Embora muitas famílias chegassem aqui no intuito de trabalharem na lavoura, não se adaptaram.

Embora a maioria dos sírios e libaneses que chegou ao Brasil fosse formada por agricultores, a estrutura fundiária do país, baseada nas grandes propriedades e na monocultura, a carência de terras disponíveis a baixos preços e os poucos recursos financeiros trazidos por eles inviabilizaram sua fixação no meio rural. Como eles também não se enquadravam na categoria de operários urbanos, ficaram à margem do perfil idealizado pela política imigratória brasileira.⁵

Decerto, ao chegarem, os turcos são obrigados a conviver com uma série de desafios. “Os imigrantes que chegavam passavam por adaptações e aclimações. Instalados no Brasil, esses imigrantes até tentaram outros tipos de trabalho, como o rural, a exemplo de italianos, alemães e japoneses. Entretanto, o talento deles era mesmo para as vendas”⁶. Assim, caracteriza os turcos no Brasil o fato de se desenrolarem muito bem na arte do comércio e, com isso, juntar dinheiro. “Carregando cortes de tecidos, armarinhos, guarda-chuvas e pequenos produtos nas malas, braços e ombros, o imigrante do Oriente Médio, conhecido como o turco da prestação, em pouco tempo, instalava-se no comércio lojista” (Mizrahi, 2008, p. 127). Vale ressaltar que boa parte dos orientais que vem morar no Brasil eram pessoas de posses. Mizrahi (2008, p. 128) lembra que a maioria dos imigrantes sefaraditas do Império Otomano, pertencentes ao quadro das classes média e alta, de vida estável, sentindo-se igualmente inseguras com as transformações políticas, expressas pelo movimento de 1908, emigrou-se.

Machado de Assis, na narrativa em questão, apresenta-nos uma chinela turca bastante insinuante. O conto que traz tal título faz perpassar pelo imaginário do leitor a possibilidade de ser a chinela mais um produto entre tantos negociados pelos turcos, dada à natureza de suas

⁴ Disponível em: <https://www.viajandopelahistoriadoriodejaneiro.com>. Acesso em: 10 fev. 2024.

⁵ Disponível em: <https://www.viajandopelahistoriadoriodejaneiro.com>. Acesso em: 10 fev. 2024.

⁶ Disponível em: <https://www.viajandopelahistoriadoriodejaneiro.com>. Acesso em: 10 fev. 2024.

atividades comerciais. Assim, o produto que Machado apresenta no título da narrativa fazia parte do contexto do que a sociedade carioca era testemunha ocular da época. “Com essas andanças comerciais, muitos dos antigos ambulantes conseguiram fazer fortuna no Brasil, tornando-se grandes empresários. As vendas ambulantes passaram a ter um ponto fixo. Esses comerciantes se instalaram na Rua da Alfândega”.⁷ Sabemos que os mais afortunados, no Brasil, levavam uma vida de riquezas. Para realçar esse traço, Machado, em *A Chinela Turca*, aguça os sentidos do leitor: “era uma sala vasta, assaz iluminada, trastejada com elegância e opulência. Era talvez sobreposse a variedade dos adornos; contudo, a pessoa que os escolhera devia ter gosto apurado” (Assis, 2002, p. 72). Em outra passagem, outros traços de riquezas e certa opulência são trazidos no conto: “os bronzes, charões, tapetes, espelhos, - a cópia infinita de objetos que enchiam a sala, era tudo da melhor fábrica. A vista daquilo restituiu a serenidade de ânimo ao bacharel; não era provável que ali morassem ladrões” (Assis, 2002, p. 72). A atividade comerciária ligada a vendas ou trocas de produtos que os árabes exerciam muito bem está intimamente ligada às condições de vida nômade que marcaram a vida de viajantes dessa etnia pelo mundo. A ideia de riqueza, conseguida através do comércio de trocas e venda de produtos, soma-se ao imaginário que se tem do rico do Oriente. Ouro, prata, diamante, salões com requintes de grandeza e muita beleza, decorações grandiosas, promoção de muitas festas com demonstrativo de requinte e luxúria são as principais fulgurações que compõem os registros de práticas culturais do Oriente.

Tais demonstrações oriundas de traços de expressões de modo de vida do Oriente são trazidas no conto: “A porta abriu-se e apareceu o homem magro com a chinela na mão. Duarte, convidado a aproximar-se da luz, teve ocasião de verificar que a pequenez era realmente miraculosa. A chinela era de marroquim finíssimo; no assento do pé, estufado e forrado de seda cor azul, rutilavam duas letras bordadas a ouro” (Assis, Contos, 2002, p. 73-4). Nesse contexto, está uma estreita relação dos turcos com os ciganos. De modos muito semelhantes, esses nômades, que entraram na Europa pela primeira vez por volta do século XVI, emigrantes do norte da atual Índia, receberam tal designação, e o estudo da etimologia da palavra atesta que “cigano” é uma abreviação de “egípcio”, nome com que os imigrantes *rom* foram chamados pela primeira vez na Europa. Acreditava-se que eles vinham do Egito⁸. Trazidos por Machado no contexto desse conto, tais fulgurações se constituem numa breve demonstração de como a sociedade carioca estava pluralizada. A cidade trava

⁷ Disponível em: <https://www.viajandopelahistoriadoriodejaneiro.com>. Acesso em: 12 fev. 2024.

⁸ Disponível em: jornal.usp.br/especial/revista-usp. Acesso em: 12 fev. 2024.

relações múltiplas com diversos povos fazendo-a plural em sua constituição: “Não é turca só pela forma, mas também pela origem. A dona, que é uma de nossas patricias mais viajeiras, esteve, há cerca de três anos no Egito, onde a comprou a um judeu” (Assis, 2002, p. 70). Para além desses detalhes que envolvem traços culturais de outros povos na sociedade carioca do Brasil colonial, o conto Machado se remete por outras passagens a essa possibilidade multicultural: “Reclinou-se o moço indolentemente na otomana... Na otomana!” (Assis, 2002, p. 72). A formação da sociedade carioca constitui-se numa mescla grandiosa, com presença de uma diversidade étnica, cultural e de representações grandiosas. Assim, lançando mão dos elementos que compõem o todo dessa formação, Machado traz à tona um modo bem particular de retratar o seu povo.

Já nesses anos, a composição de membros da sociedade carioca vivia o fenômeno que Stuart Hall vai testificar anos mais tarde ao afirmar que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (Hall, 2006, p. 13). Com isso, a cidade do Rio passava e sofria deslocamentos contínuos. Buscar um sentido único de caracteres que traduzisse a sociedade carioca do Brasil colônia em seus aspectos culturais era quase uma impossibilidade. Os diversos povos que habitavam a cidade ali deixavam suas marcas, seus costumes, seus modos de vida e assim a cidade vivia uma pluralidade de representações tornando o espaço em aspecto grandioso da geopolítica de uma sociedade multifacetada.

4.3 PAI CONTRA MÃE: NEM TODAS AS CRIANÇAS VINGAM

“Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem”.
(Machado de Assis)

Tocar na temática da presença negra no Rio de Janeiro é expandir as reflexões para o restante da nação. No propósito aqui, tendo o conto em questão como pano de fundo, é entender que não somente o Rio, mas a conjuntura de toda a sociedade brasileira traz marcas indeléveis da presença da diversidade de povos que aqui chegaram, vítimas dos trabalhos forçados, deram enormes contribuições para a construção da nação, imprimiram uma gama de caracteres étnicos e firmaram no passado um legado que, agora na pós-modernidade, dignos de apreciação e estudos.

Muitas foram as razões para a escolha do conto *Pai contra mãe*, usado nessa abordagem para tratar da temática da vida social carioca do Brasil colonial. Estamos tratando de um modelo de sociedade na qual a condição escravocrata perdurou por séculos. Assim, o conto acaba por revelar certas práticas que, embora carregadas de repugnâncias e hoje radicalmente reprováveis, eram socialmente aceitas. Além do mais, traz à luz nuances das formas de como a sociedade instituía, constituía, aceitava e consumava o poderio de uma classe dominante.

Além do mais, oferece-nos a caricatura de um país que trazia manchas produzidas por uma sociedade que tivera suas raízes fincadas nas atrocidades praticadas pela escravidão, tendo o homem branco, europeu, empreendedor que, apesar de libertos os escravizados, tal ato oficializado em 13 de maio de 1888, não lhe tirou o azorrague das mãos, nem afastou de si os ideais nefastos de intencionalidades. O lucro era algo a ser buscado a qualquer preço, assim, libertar o cativo não era boa ideia por aqui. “Para complicar ainda o quadro, considere-se que o latifúndio escravista havia sido na origem um empreendimento do capital comercial, e que portanto o lucro fora desde sempre o seu pivô. Ora, o lucro como prioridade subjetiva era comum às formas antiquadas do capital e às mais modernas (Schwarz, 1973, p. 03).

Raimundo Faoro (1974, p. 105) foi enfático em dizer que “Machado de Assis, preocupado em estilizar a sociedade sem a fidelidade histórica, põe a nu a influência política”.

Importa frisar que a escravidão brasileira dos negros africanos fora patrocinada pelo Estado. “Não só particulares se faziam negreiros. A própria Coroa portuguesa exercia o tráfico com grandes lucros para o erário” (Renault, 1978, p. 285). Tão oficializada era a prática da escravidão que documentá-la com carimbo real era de fato uma necessidade. “A Carta Régia de 16 de novembro de 1697, em que o Rei declara tomar a si, para bem dos seus povos, a introdução de negros africanos no Brasil, fixava em 160\$000 o preço de cada escravo vendido pela Fazenda Real” (Renault, 1978, p. 285). No caso específico do Rio de Janeiro, lembra Renault (1978, p. 288) que, “em começos do século XVIII, o Governador D. Álvaro da Silveira foi autorizado a adquirir negros para trabalhar nas obras do aqueduto da carioca. E a Casa Real, depois Imperial, possuía numerosos escravos, não só na Fazenda de Santa Cruz como na Quinta da Boa Vista e em suas outras propriedades”. Considerada instituição legítima, havia até mesmo a defesa de sê-la algo divino. “Nem faltava quem lhe atribuisse origem divina alegando a maldição que, de acordo com a Bíblia, pesava sobre os descendentes de Cam” (Renault, 1978, p. 288).

Tal questionamento leva-nos à discussão da não interferência da Igreja nas práticas de escravidão contra os negros – mas se mobilizou na defesa dos índios. De posicionamento tão contraditório, a própria ordem religiosa possuía escravos em sua dependência:

Tão natural e legítima era considerada a instituição servil que as próprias ordens religiosas regulares possuíam numerosos escravos. Em número superior a mil, empregavam-nos os beneditinos nas suas numerosas fazendas de criação e lavouras para os trabalhos rurais e, nos mosteiros, para os serviços domésticos e nas obras de construção e conservação de edifícios (Coaracy, 1988, p. 287).

De presença tão forte na conjuntura social brasileira, a questão da escravidão dos negros passava por todas as instâncias e estava presente nos diversos setores de composição dessa sociedade. Quanto aos indígenas, a princípio, justifica-se a impossibilidade de escravização deles em larga escala, apresentando uma diversidade de fatores que surgem como tentativas de sustentáculos dessa não efetivação. Que fossem “pelas convergências dessas três causas – a inadaptabilidade do bugre, as dificuldades legais opostas à sua preação à intervenção da Companhia de Jesus e o raramente das populações selvagens – a escravização do aborígene declinou rapidamente” (Coaracy, 1988, p. 282), decerto, criou-se o mito de que o negro estaria mais apto e era mais adaptável ao jugo do trabalho forçado, mais obediente e servil. No fim do século XVII, era rara a presença de indígenas escravizados na

cidade. Os que ainda existiam na condição de cativos quase sempre desempenhavam serviços domésticos para algumas famílias.

À cidade do Rio de Janeiro, em tempos coloniais, chega uma enormidade de negros na condição de escravos e esse fenômeno provoca uma grandiosidade de troca de relações, as quais vão provocar alterações imensuráveis nos modos de vida na cidade. Vivaldo Coaracy (1978, p. 282) afirma: “quando foram introduzidos os primeiros escravos negros, não se tem certeza”. Segundo alguns estudiosos, possivelmente os primeiros chegaram ao Brasil trazidos pelos donatários das primitivas capitanias. Acerca da cidade do Rio de Janeiro, afirma Coaracy (1978, p. 283), que, “em 1585, segundo Anchieta, já havia na cidade mais de cem escravos provindos da Costa da Guiné”. Estimativas dão conta que já se registra a presença de africanos na cidade antes de ela contar vinte anos de fundada.

Partindo-se de diversos países do continente africano, o Rio de Janeiro acaba por agregar e ser um ponto difusor de uma grande massa desses representantes de diversas etnias oriundas da África. “No período em que os holandeses ocuparam transitoriamente pontos dessa costa, iam os negreiros buscar as suas peças em Moçambique do que resultou a introdução de muitos negros dessa origem no Rio” (Coaracy, 1988, p. 282). O maior contingente de negros escravizados que chegaram ao Brasil e grande parte pelo porto do Rio eram designados pelas nações nagôs, minas, congos, benguelas, bantos, moçambiques e outros mais. Todos esses povos são representantes étnicos que foram deslocados de suas origens. Transplantados para outra terra, não perderam seus modos, usos e costumes.

Pela forte presença africana na cidade, o Rio de Janeiro tornou-se plural em representatividades de culturas. Porém, como se tratava de representantes dominados, essas manifestações foram suprimidas, relegadas em segundo plano, tratadas como inferiores pelos dominadores. Para a antropóloga Juana Elbein dos Santos, “os nagôs são portadores de uma tradição, cuja riqueza deriva dos diferentes reinos de onde eles se originaram” (Santos, 2008, p. 29). Representantes de vários reinos, são povos que trouxeram seus cultos, suas crenças e seus saberes que, uma vez em contato com outros povos que compunham a formação da sociedade carioca, tornaram um lugar de marcas pluriculturais. Os povos minas eram os nativos da atual Gana, falantes da língua *akam* (*fante, twi etc*). Segundo consta, eram exímios profissionais no trabalho com pedras preciosas. Os congoleses chegam ao Brasil carregando o histórico de um povo que era dividido em províncias e cada uma delas possuía lideranças provinciais – pessoas idôneas, respeitadas entre eles. Vigorava uma organização social estratificada, praticavam agricultura, com comércio ativo e uma vasta produção artística.

Trabalhavam com cerâmica e madeira, o que fez os portugueses travarem relações bem aproximadas com o Reino do Congo. Os povos de Benguela trazem um histórico de lutas, conquistas e perdas de território. Desde muito cedo, os portugueses que ali chegaram guerrearam, impuseram seu domínio na luta pela conquista do espaço. Em 1641, Benguela foi conquistada pelos holandeses e, somente no ano de 1648, os portugueses retomam o território.

Assim, todos esses povos se instalam na cidade do Rio de Janeiro e, nesse processo interativo, mesmo em condições escravocratas, não perdem suas práticas culturais ancestrais, cultivadas em tribos e territórios no interior de seus países. Na condição de veículo principal na transmissão cultural, o efetivo uso da língua aparece aqui como importante instrumento de interação. Importa certificar-se da quantidade de idiomas e dialetos que todos os representantes dessas nações traziam e se instalam no Rio de Janeiro. Desde o iorubá falado pelo povo nagô, a língua mina-jeje, falada pelos minas e a imensa quantidade de línguas e dialetos, idiomas ancestrais e outros ocidentais praticados pelos povos do Congo. De igual maneira, os bantos carregam a experiência de lidarem com um número exorbitante de línguas. Como banto se constitui em um tronco linguístico, quase todos os idiomas falados na África são uma ramificação do banto. Outra influência grandiosa na transmissão da cultura está com o povo de Moçambique. Com forte presença na cidade do Rio de Janeiro, os moçambicanos trazem, além da língua portuguesa, mais três outros idiomas, entre esses, o árabe.

Mesmo que os portugueses quisessem sufocar o idioma do nativo, forçando-o a falar português, os traços culturais deixados na cidade vinham por outras práticas e outros meios. Sabemos que o apagamento de um idioma não se faz/dá de forma tão veloz. Os escravizados deixam suas marcas na cidade de muitas maneiras: na expressão corporal, nas danças, na comida, no tempero etc.

Assim que chegavam ao Brasil, os escravizados passavam por algumas fases e denominações. “Aos cativos recém-chegados, ainda não ‘amansados’, chamavam ‘pretos novos.’” Depois de aclimatados, adaptados ao trabalho e conhecedores da língua do país, tinham a denominação de ‘ladinos’. Os já nascidos no Brasil, filhos de africanos, eram chamados ‘crioulos’” (Coaracy, 1988, pp. 284-285). Foi um período em que o Rio estava se expandindo como cidade e, nesse ínterim, marcaria também uma série de outros valores que iam se disseminando no contexto social dessa formação. Circulava número grandioso de pessoas, comerciantes, trabalhadores, funcionários públicos, fazendeiros e escravizados e, nesse meio, surge um ambiente em que se compartilhava uma diversidade de idiomas, sotaques, fazeres e costumes.

Quando da sua formação, surgimento de vielas, ruas, bairros, a cidade carioca vive extremada pobreza. Movida por um momento pré-capitalista, o Rio torna-se um imenso centro comercial. Todas as possibilidades de negócios passavam pela cidade. Os fazendeiros, os comerciantes – em sua maioria estrangeiros – e os traficantes de escravos enxergaram imediatamente o potencial da localidade. O conto *Pai contra mãe* vem jogar luzes nesses ideais. Um pouco da conjuntura social da cidade está ali retratado. “Cândido Neves - em família, Candinho - é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos” (Assis, 1948, p.53). Era bastante contraditória a vida econômica que a cidade vivia. Se a pobreza imperava por um lado, de outro, “num período em que as populações urbanas vestiam e comiam mercadorias importadas com a mobília e a decoração das casas de material europeu, lograram eles gozar de razoável nível de preços, com a integridade dos valores de suas rendas – juros, aluguéis, salários e ordenados” (Faoro, 1978, p. 184). Essa era um pouco da situação econômica do Rio em meados do século XIX. A cidade repleta de estrangeiros que ali exploravam a população com suas mercadorias de preços exorbitantes.

Para todos os fins, os traços que compõem a conjuntura econômica dominante no país, traz fortes sinais de dissonâncias, pois “impugnada a todo instante pela escravidão a ideologia liberal, que era a das jovens nações emancipadas da América, descarrilhava”(Schwarz, 1973 p. 03). Em outras palavras, os países que conseguiram suas independências, montaram para si resistentes armadilhas, assim “seria fácil deduzir o sistema de seus contrassensos, todos verdadeiros, muitos dos quais agitaram a consciência teórica e moral de nosso século XIX” (Schwarz, 1973 p. 03). Para ratificar Schwarz vai dizer que “por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais; o que entretanto é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica” (Schwarz, 1973 p. 03-04), ou seja, práticas inconciliáveis.

Faoro (1978) critica essa situação, pois havia uma política monetária do Império e essa

Protegia duas classes, ambas urbanas: os importadores – quase todos estrangeiros (o comércio inglês, francês e português), e os credores, o mal estudado, e o obscurecido grupo dos financiadores da produção agrícola, financiadores de bens de consumo, de implementos e, sobretudo, de escravos. Para esses, não interessa – não interessa e os prejudica – a queda do valor do mil-réis e o aviltamento do câmbio (Faoro, 1978, p. 184).

Nesse meado de século, o Rio de Janeiro vivendo intenso momento econômico, político e cultural, Cândido Neves, o personagem principal da trama machadiana, é somente mais um às margens do intenso movimento capitalista que alimentava a cidade. De pouca, ou quase nenhuma instrução escolar, sem recursos econômicos que lhe garantissem vida mais digna, sem emprego fixo, “tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade é o que ele chamava caiporismo” (Assis, 1948, p.53).

Candinho, sujeito carioca, parte de um contexto social, de meados do século XIX, não encontrou seu lugar nas tramas montadas pelas engrenagens do capitalismo. “Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo” (Assis, 1948, p.53). As forças sociais em Machado se digladiam e Candinho, em meio a esse processo de conquistas, tenta desembaraçar-se em busca do seu lugar: “o comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com algum esforço entrou de caixeiro para um armarinho. A obrigação, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na rua por sua vontade” (Assis, 1948, p. 53-4). Vítima de um sistema de oportunidades desiguais, patinando entre as tantas incertezas que a sociedade lhe oferecia, Cândido Neves vivia sem perspectivas: “fiel de cartório, contínuo de uma repartição anexa ao Ministério do Império, carteiro e outros empregos foram deixados pouco depois de obtidos” (Assis, 1948, p.54). Entre essas tantas ocupações, nenhuma lhe amenizara a vida difícil que levava. Tudo tão difuso, incerto, num contexto social que a cidade vivia e as mazelas que ressurgiam em um ambiente onde realidades tão distintas se chocavam e se entrechocavam imprimindo marcas de uma sociedade se formando, com contornos de influências diversas que, nesse fazer, estavam comerciantes, funcionários do setor público, empresários, comerciantes de escravos, negros alforriados e cativos, fazendeiros, uma legião de estrangeiros e, nessa luta de classes, uma boa parte da população carente sobrevivia com o mínimo necessário.

A família de Candinho é parte representante dessa fatia que, em condições precárias, se refugiava num canto mais periférico da cidade. Machado esteve sempre atento às relações matrimoniais, o casamento aparece na sua produção como uma instituição grandiosa e necessária ao homem, à sociedade e Cândido Neves se casa, mesmo em meio às críticas, até mesmo por parte das amigas da futura esposa, Clara. O seu estado de pobreza e o fato de ser chegado a festas eram justificativas mais plausíveis que encontraram para afastar Clara do intento. “Amigas de Clara, menos por amizade que por inveja, tentaram arredá-la do passo

que ia dar. Não negavam a gentileza do noivo, nem o amor que lhe tinha, nem ainda algumas virtudes; diziam que era dado em demasia a patuscadas” (Assis, 1948, p.55). Uma cidade com um número exorbitante de escravizados, vivendo em péssimas condições, por outro lado grande quantidade de alforriados, também muito pobres e outros cidadãos que não provaram do amargo da escravidão, mas que também não levavam vida mais digna, as alternativas eram escassas. Os índices de escolaridade da cidade são baixíssimos; assim, a falta de oportunidade e a pobreza imperam. “Mônica, depois do casamento, na casa pobre onde eles se foram abrigar, falou-lhes uma vez nos filhos possíveis. Eles queriam um, um só, embora viesse agravar a necessidade. - Vocês, ‘se tiverem um filho, morrem de fome, disse a tia à sobrinha’ (Assis, 1948, p.55). Há uma clara separação e bastante distintiva entre as classes sociais que compõem a conjuntura de formação da sociedade carioca do Brasil colônia e imperial.

Passeando pelo interior das cenas de composição da sociedade, o Rio de Janeiro projetado por Machado se constitui, como já aludido aqui, numa mescla de influências diversas que coloca o Brasil em um contexto socioeconômico repleto de controvérsias. Já era parte integrante da sociedade carioca, em meados do século XIX uma classe empresarial, negociantes e senhores de terras. Porém, Souto (2017) vai dizer que “em contrapartida, a existência e a função da classe de escravos atestavam o modo de ser e agir contraditório das classes dominantes, uma vez que os pressupostos do liberalismo se chocavam com uma economia cujo sustentáculo era a escravidão”(p.154).

Repleta de trabalhadores e investidores estrangeiros, mais uma série de outros tantos profissionais já ali existentes, era possível falar numa classe média de homens mais abastados na cidade do Rio de Janeiro. Delson Renault (1978, p. 232) chama a atenção, pois, em 1850, considerado como o ano da *revolução social*, dados expressivos dão conta de que, na cidade do Rio, “instalaram-se sessenta e duas empresas industriais, vinte companhias de navegação, vinte e três de seguro, quatro companhias de colonização, oito de mineração, três de transporte urbano, duas de gás, oito ferrovias, quatorze bancos e três caixas econômicas”. Assim, em meio a todos esses sinais de desenvolvimento, a conformação social da cidade é obrigada a ter de carregar em seu seio a dureza e a crueldade dos efeitos que o regime escravocrata imprimia na cidade. E cenas aceitas socialmente como enfatizado por Machado: “um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado” (Assis, 1948, p. 51). Por outro lado, uma instituição de caridade, existente na cidade

do Rio de Janeiro, vem imprimir no contexto social da cidade, fortes sinais de degradação. Era o caso da roda dos enjeitados. “Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos Enjeitados”(Pai contra mãe, Tufano, 2003, p.59). Algumas condições sociais da cidade eram de muita precariedade. Criou-se essa instituição pública que abrigava crianças órfãs ou abandonadas pelos pais. Era a ponta final da linha na tentativa de salvação de uma vida. “A poucas centenas de metro, da esquina, em prédio contíguo ao do Quartel, está localizada desde 1890 a Roda dos Enjeitados. Naquele ano a Roda dos Enjeitados foi transferida do cais da Glória para o centro da cidade por obra e graça do Marquês de Abrantes...”(Santiago, 2016, p. 188). Fruto de fortes desajustes econômicos, de traços demarcatórios muito claros de pertencimentos aos estamentos sociais da época, essas crianças eram deixadas nessas casas e, para os pais, além de doloroso, era demasiadamente humilhante ceder a tal gesto.

Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dous jovens pais que espreitavam a criança, para beijá-la, guardá-la, vê-la rir, crescer, engordar, pular... Enjeitar quê? Enjeitar como? Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar”(Pai contra mãe. In:Tufano, 2003, p.59).

A organização da Casa dos Enjeitados seguia uma estruturação bastante criteriosa de modo a deixar em anônimo os pais que ali fossem deixar uma criança. “O vestibulo é ladrilhado de mármore, tem de um lado a sala de pagamento das amas externas e, do outro lado, a sala da Roda onde permanece constantemente uma irmã de caridade para recolher os bebês enjeitados, que são depositados pelos pais” (Santiago, 2016, p. 189). Tomado de uma forte consciência da situação deplorável de um problema social que afetava a classe dos mais pobres na cidade do Rio de Janeiro, a Roda dos Enjeitados foi organização sempre presente na vida social dos cariocas. Por ocasião do ano de 1890, situada na Rua Evaristo da Veiga, a casa ocupava os números 46 e 48, constituída de dois pavimentos. No primeiro estava localizado o refeitório, a sala de recreio, a sala do engomado, a cozinha, tanques de lavagem e jardim. “No segundo, a capela, a sala dos berços, o dormitório das crianças enjeitadas, com quarenta e dois leitos, a sala de leitura, a de costuras, aposentos das irmãs de caridade, gabinete da irmã superiora, a botica e a sala da administração. Os bebês enjeitados são batizados aos sábados”(Santiago, 2016, p. 189).

Tais cenas da vida cotidiana da capital federal da época, revendo o lugar do Brasil no cenário da América, só vem corroborar como nas palavras de Couto(2017), “segundo Rouanet

(1991, p. 176) o Brasil passou a ser independente, mas não se desvencilhou da economia de base colonial, o que fez com que o atraso das práticas clientelistas e escravistas coexistisse com a modernidade da ideologia liberal”(p.154). Percebe-se a presença de um jogo antagônico em toda essa composição política, social e a economia dominante na época. A elite brasileira vivia na dependência do trabalho dos escravizados e ali fazia operar seu autoritarismo. Couto(2017) vai dizer que “faltava clareza quanto à caracterização dos homens livres não-proprietários, e a esta ausência de inteligibilidade Schwarz quis voltar a sua atenção. Isto porque ele acreditava que era na camada dos agregados que aconteciam a produção e a reprodução da ideologia nacional” (p,155). Ou seja, para Schwarz, o atraso econômico e a segregação social, traços esboçados nas cenas cariocas por Machado de Assis se constituiriam em um retrato da realidade do país como um todo.

Muito sarcasticamente, Machado ironiza e tece críticas, com alguns reparos comportamentais a essas práticas naturalizadas trazidas pelo advento da escravização do negro: “com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas” (Assis, ano, p. 01). A malha de formação da sociedade carioca é notabilizada nos escritos machadianos, com práticas condenáveis e degradantes, num mesmo espaço, elas são por ele justificadas ao dizer que “era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras” (Assis, ano, p. 01). A máquina da engenharia social que conduzia os rumos da sociedade carioca nos tempos coloniais era de um complexo grandioso e, com isso, “provavelmente o escravo será mais do que a força de trabalho e o senhor de terras mais do que o produtor agrícola: atrás de ambos estará o comissário, o exportador, o financiador, o transportador, todos radicados nas cidades, movendo e dirigindo os campos, submissos a interesses mais poderosos” (Faoro, 1978, p. 184). Notamos que o enredo trazido pelo conto *Pai contra mãe* é um pequeno e curto esboço do retrato dessa engrenagem.

Tia Mônica, Cândido Neves e Clara representam pequena parte da fatia da sociedade fluminense que não usou máscaras de flandres, nem gozou de motivações para se deixarem prender com cadeados. Os próprios nomes do casal trazem o ideário do branqueamento. Nos anos de colônia e Império no Brasil, segundo Coaracy (1988, p. 281), “os povoadores brancos eram poucos e os trabalhos a executar, muitos e pesados, desde os relativos à construção da urbe e das suas obras de defesas até aos que destinavam, pela lavoura, a tornar produtivo o

chão e aos dos serviços domésticos necessários”. Possivelmente, na condição de herdeiros daqueles que vieram para o Brasil na condição de colonos, os nomes dos personagens do conto em questão, que eram pessoas livres, podem ter sido herdados quando o governo imperial resolveu patrocinar a vinda de europeus para o Brasil.

De 1847 a 1875 o governo firma trinta e cinco contratos de migração para introduzir 500 trabalhadores, gastando 140 milhões de francos. A província de São Paulo vai ser a mais beneficiada pelas levas de imigrantes. Até 1850, dois terços são portugueses. Depois de 1870 são italianos e alemães. Em 1876, entram 30.367 imigrantes, dos quais 1303 destinam-se a São Paulo (Renault, 1978, p. 234).

Bebendo na fonte das expressões sociais que caracterizavam a formação de um povo, trazendo aspectos dos momentos políticos, econômicos e culturais de uma época, esse conto nos ajuda a idealizar ou rememorar traços muito significantes de como estava se forjando a sociedade carioca de meados do século XIX. Porém, essa sociedade se forma

Fundada na violência e na disciplina militar, a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia. O estudo racional do processo produtivo, assim como a sua modernização continuada, com todo o prestígio que lhes advinha da revolução que ocasionavam na Europa, eram sem propósito no Brasil (Schwarz, 1973, p03).

Machado, de olhar fino e aguçado, não se furtou ao retratar o ambiente do qual era parte integrante, em trazer os mais diversos elementos étnicos e culturais dessa composição. Em confronto com tia Mônica, Cândido Neves e Clara, a escrava Arminda antagoniza – parte representante de um outro mundo, traz no nome e em seu íntimo as representações culturais (embora sufocadas) de um outro povo que está do outro lado do Atlântico. Machado realça a estadia dos negros na condição de escravizados, numa terra estranha, em uma sociedade em formação que, em meio à branquitude europeia, o africano se enraizou, mesmo em condições de barbárie, a serviço de um capitalismo de homens avaros, contribuindo para a formação pluricultural de um povo.

Em síntese, cronologicamente, os três contos de Machado aqui apresentados, são de publicações em anos bastante distintos. “A chinela turca”, fora publicado pela primeira vez em 1875, na revista quinzenal “A Epocha”, era ainda no formato de folhetins. Já o conto “Um homem célebre” fora publicado no ano de 1883 e está na coletânea “Várias Histórias.” O conto “Pai contra mãe” já é publicado no século XX, em 1906. Segundo Alfredo Bosi, de todo o grande conjunto de contos produzidos por Machado, talvez, os melhores são aqueles produzidos em meados do século XIX.

Os contos machadianos expressam-se dentro de uma áurea recheada de convenções. Um traço bastante interessante observado pelos teóricos e críticos literários apontam um dado interessante no que tange à escrita de Machado desse período. Então, por mais tendências românticas que a sua produção inclinações, seus contos, por vezes subverte essa linha. Segundo Lebensztayn (2009), “o romancista desestabilizou o padrão romântico vigente em sua época, que considerava o paradigma francês como inspiração para uma cultura brasileira autônoma”(p.161). Machado de Assis, em meados do século XIX, se serpenteando ali entre as influências românticas e realistas, quando no Romantismo imperavam as influências francesas mas, “Machado insiste na matriz inglesa, promovendo um rico deslizamento no gosto em geral francófilo do universo letrado brasileiro. “Machado constitui uma figura de exceção justamente pelo “efeito equívoco” de sua obra, que parece dar razão às interpretações mais diversas, por vezes mesmo opostas” (Monteiro, 2018, p.356).

Nesse sentido, toda a sua obra vem sendo atravessada por esse viés de intensas instabilidades. Destarte, “ a virulenta crítica de Romero, que vê um Machado anacrônico e imitativo, fornece pasto para a crítica futura, que viria a dividir-se entre a detecção da forma social entranhada na ficção, as fontes literárias e filosóficas de corte universalista, até chegar às leituras mais abertamente comparativas” (Monteiro, 2018, p.356). Tais traços aqui trazidos nos revelam um Machado inquieto que, em certa medida, não pensava em linha reta: se ziguezagueando, construiu personagens ambivalentes, fortuitos, caricaturas sociais repletos de frutos do seu tempo, da nossa História e participantes da formação social de uma cidade em construção.

Há, nos contos machadianos, um ideal - uma retratação, uma análise profunda do comportamental humano em suas relações sociais que se determinam pelo meio, pelo jogo de conveniências e, aliada a essas determinações estão os fatos históricos, as intrigas das relações amorosas mal resolvidas, negociações, os jeitos e os trejeitos, as tramas inerentes à alma humana que Machado trouxe para sua escrita expondo as boas e as más intencionalidades na conduta dos homens. Para alguns críticos, Machado parecia se comportar como um ser deslocado, aquele que um pouco se distanciava das nossas cores, do nosso meio, evadia-se à nossa realidade. “A suposta falta de atenção aos aspectos locais, ou à falta de “carnalidade” dos personagens, já eram apontadas pelos críticos da década de 1870, indicando que Machado de Assis seria, como várias vezes sugere este livro⁹, percebido como um “corpo estranho” na

⁹ Bosi, Alfredo. A máscara e a fenda. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1976.

paisagem literária brasileira” (Monteiro, 2018, p.355). O próprio Machado se colocava nesse entre lugar. As suas inspirações maiores estava para além do Atlântico.

No chalé do Cosme Velho, nas noites sensuais aromatizadas pela nostalgia, Machado gosta de ler Standhal. Passa em revista a tropa de seus romances que acumulam na estante do gabinete de trabalho. Deixa se transportar para as páginas europeias e de lá, no final da noite ou da manhã, retorna ao Rio de Janeiro encharcado de sugestões e inebriado de sensações novas. Fecha o romance e o coloca de volta na estante Santiago (2008, p.380/1).

O Rio de Janeiro que se desfilou sob suas retinas, que agraciaram seu olhar, consagra-se nos seus diversos personagens que produziu. O Rio fora pintado com a pena da sua galhofa e com a tinta da sua melancolia, com o sarcasmo, a ironia que tanto e muito lhe foram peculiares.

Perfazendo um caminhar entre o Romantismo e o Realismo, as narrativas machadianas trouxeram o caos do amor, histórias de relacionamentos sempre desprovidas de finais felizes, personagens ambíguos, previsíveis e/ou não. Segundo Bosi (1976), “Machado nunca foi, a rigor, um romântico (o Romantismo está às suas costas); mas sim, pelo gosto sapiencial da fábula que traz, na coda ou nas entrelinhas, uma lição a tirar” (p. 04). Há sempre um viés passível de críticas nas entrelinhas machadianas. O desfecho das suas narrativas nos reservam sempre um grão para uma multiplicidade de reflexões. Quer seja em “Histórias da Meia-noite”, nos “Contos Fluminenses”,

A maior angústia, oculta ou patente, de certas personagens é determinada pelo horizonte de status; horizonte que ora se aproxima, ora se furta à mira do sujeito que vive uma condição fundamental de carência. É preciso, é imperioso supri-la, quer pela obtenção de um patrimônio, fonte por excelência dos bens materiais, quer pela consecução de um matrimônio com um parceiro mais abonado:

—“Onde acharei eu uma herdeira que me queira por marido?” - resume o inquieto Gomes, caça-dotes de “O segredo de Augusta” (Bosi, 1976, p.02).

É necessário, ainda um outro reparo quando Machado moldou, em alguns de seus personagens, caricaturas que idealizaram muitas relações amorosas. Deu devido lugar ao homem e à mulher, estabeleceu intrigantes jogos de interesses entre esses dois, lhes atribuiu papéis bastante distintivos. Nesse interim, “o macho deseja e ama a mulher, sem, no entanto, idealizá-la e propô-la como exemplar. Como musa” (Santiago, 2016, p.246). Segundo Santiago 2016, em Machado, o atributo maior da mulher é a falta de sinceridade. Mas, em contrapartida, “ela funciona contraditoriamente como mecanismo de defesa do homem

apaixonado, já que arrefece seus arroubos amorosos”(Santiago, 2016, p.246). Em fortes contribuições a esses aspectos, Bosi (1978), assegura que “subjetivamente, o narrador acentua a composição, necessária da máscara na pessoa do pretendente; e, como correlato mais provável, os sentimentos de decepção que o beneficiador acabará experimentando quando a máscara já não for tão necessária ao beneficiado e, por trás dela, se divisar a ingratidão ou mesmo a traição” (1976, p.02). Mantendo a linha das convenções sociais, em Machado certas relações são assimétricas, essas, assim meramente aceitáveis. “Daí, o ar de necessidade, de quase-naturalidade, que assumem em muitos dos enredos machadianos. Vauvenargues dizia: "Não há pessoas mais azedas que as doces por interesse" (Bosi, 1976, p.02). E, nessa esteira das convenções, dos relacionamentos por dotes, heranças, fortunas, Machado produziu o que há de mais fino nas nossas letras. Bosi (1976), a esse respeito, afirma, como diversas ocorrências há em Machado que “igual assimetria de interesse e sentimento impõe-se quando o plano tem por fim o casamento. O pretendente, ou a pretendente, aparece em situação de status inferior ou periclitante: é a hora de assomar a figura salvadora de uma noiva ou de um noivo”(p.02). Machado pôs o dedo nos enlaces matrimoniais de meados do século XIX, expôs alguns personagens dentro de relacionamentos os quais somente se sustentavam mediados pelo jogo do interesse, teria de haver algo compensatório: a máscara estava montada. São diversas as viúvas abastadas que logo lhe aparece algum pretendente, cheio de amor a oferecer. A maioria, incorre nessa linha: “os apaixonados são mutuamente enganadores e, na exata medida em que sabem trapacear, alcançam a meta dos seus desejos. A casca é idílica, o cerne é realista-burguês. Mas por que separar casca e cerne?” (Bosi, 1978, p.05). A maioria das intrigas machadianas deveria passar pelo descerrar das máscaras e Bosi sustenta que “a necessidade da máscara como uma constante era um fato relativamente novo na história da ficção brasileira. Falta, nesses contos, aquele quase-nada quase-tudo, que é a rendição franca da consciência...” (p.05). Poder-se-ia dizer que

À medida que cresce em Machado a suspeita de que o engano é necessidade, de que a aparência funciona universalmente como essência, não só na vida pública mas no segredo da alma, a sua narração se vê impelida a assumir uma perspectiva mais distanciada e, ao mesmo tempo, mais problemática, mais amante do contraste (Bosi, 1978, p. 08).

Mesmo radicado na cidade do Rio de Janeiro e escrevendo de lá, Machado não somente lia a sua cidade, trouxe as movimentações políticas que mexiam com o país, a conjuntura social da cidade e as diversas camadas de influências que o Rio recebia em sua

agitada formação social, esses/as passaram pelas escritas do “Bruxo do Cosme Velho”. “Por se referirem à realidade histórica neles representada, congregam, à sua maneira, as “três versões”: marcantes pela ironia, pelo humor, pelo estilo machadiano, concentram seu olhar interessado em analisar fatos da história e momentos de seu propalado pessimismo e de sua aversão a dogmas” (Lebensztayn (2009, p. 159). Enfim, nesse contexto de produção, antenado com os principais fatos históricos e os mais relevantes do país, tudo se convergia na cidade do Rio de Janeiro. Assim, a presença do “outro”, do estranho que perambulava pela cidade, estava nos contos de Machado.

Criando situações fincadas em geral no contexto carioca do século XIX e inícios do XX, Machado estabelece um paralelo entre elas e referências ficcionais estrangeiras, de modo a provocar no leitor o olhar crítico ante a própria realidade, junto com uma reflexão relativizadora quanto a padrões locais e universais de conduta (Lebensztayn (2009, p. 160/1).

De posse do alcance de uma visão que projetava a cidade para além de si, Machado radicou bem o estrangeiro no espaço carioca. Percebeu-o, flagrou-o em diversas atividades sociais, desde a forte presença africana, o comerciante de escravos, à cigana que lia mãos, o turco comerciante, o dono de loja francês, os diversos trabalhos executados por engenheiros norte-americanos, ingleses; o português e suas variadas atividades comerciais que sustentavam a vida econômica da cidade, assim, Machado de Assis inaugurava e também sacralizava a existência de um forte multiculturalismo na cidade. A cidade não vivia o padronizado, a homogeneização cultural, como já aludido aqui - a cidade respirava a diversidade. Para além dos grupos indígenas e afrodescendentes, como o “nosso continente é um continente construído com uma base multicultural muito forte, onde as relações interétnicas tem sido uma constante, através de toda nossa história, uma história dolorosa e trágica...” (Candau e Moreira, 2008, p.17), a cidade fluminense assim também se formava. Embora o termo multicultural não fosse parte dos estudos quando Machado escreve, de certa forma, ele deixou escapar em seus escritos essa presença na sua cidade de origem. O multicultural está para a diversidade. À medida que a cidade ganha robustez, a presença da diversidade de elementos étnicos é grandiosa. Assim, os diferentes sujeitos reunidos nos contos aqui elencados, trazem à tona a marca da pluralidade. Há, em Machado um pouco do que Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1988, p.15), tratando dessa multiplicidade étnica que compõe a nossa malha social, tal fenômeno

Diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (PCN, 1988, p.15).

Na cidade do Rio de Janeiro estava distante de haver uma expressão cultural única, comum. A ênfase estava no diferente. Sabe-se que a cultura hegemônica “deslegitima dialetos, saberes, línguas, crenças, valores "diferentes", pertencentes aos grupos subordinados, considerados inferiores, explícita ou implicitamente (Candau e Moreira, 2008, p.17), porém, a cidade trazia e era marcada pelo mais diverso vindo da Europa, da Ásia, além das influências africanas e de representantes das mais variadas expressões até mesmo dos nossos vizinhos sul-americanos.

Enfim, Machado escrevendo no Rio de Janeiro trazia inspirações estrangeiras, o humor tem sua matriz no inglês, o que enobrece sua obra é a mescla fortuita, a cor local não se desbotou em sua produção. Seus personagens trazem o toque nacional.

O intencionalismo com que Schwarz e Gledson interpretam a construção dos narradores machadianos encontra um limite importante, que se explica no jogo de afastamento e aproximação que marcaria a mirada às vezes cruel, às vezes empática de personagens que resistiriam à tipificação a que tendem, nas análises de cunho mais estritamente histórico ou sociológico.

Cada “eu” produzido por Machado vem revestido de uma máscara. Ortega y Gasset¹⁰ vão dizer que “as pessoas se identificam a um tempo por uma singularidade e pela dependência do olhar alheio na vida em sociedade”. Entre a máscara e a fenda, Machado deu vozes a uns e silenciou outros. Os personagens machadianos necessitavam de máscaras que viessem fazê-los sobreviver, resistir, fingir, encenar em ambientes sociais carregados de muita tensão.

Em meio às diversas forças que se digladiavam em múltiplos cenários produzidos por ele, seus personagens se refugiavam, valiam-se de máscaras ou arrebatavam as fendas. Ou, talvez, utilizavam-se das pequenas brechas e operavam ali. “A sociedade levantou um muro entre as classes, mas esse muro tem as suas fendas. É possível às vezes passar de um lado para

¹⁰ORTEGA Y GASSET, José. O perigo que é o Outro e a surpresa que é o Eu. (Capítulo VII). In: *Ohomem e a gente: intercomunicação humana*. 2. ed. Nota introdutória e tradução de J. Carlos Lisboa. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1973.

o outro, não precisamente pelo trabalho, mas cultivando e explorando as relações "naturais" (Bosi, 1987, p. 07). Foi passeando por esses gestos tão naturais que Machado nos concedeu preciosas joias para nossa literatura. Mergulhou na História, no social, montou personagens, andou entre conservadores, visitou os jogos dos poderosos, baseado no que a sociedade produziu, forjou papéis, situações, desnudou as relações e os relacionamentos, criou máscaras e revelou mascarados; trouxe à tona os maiores fingimentos de uma sociedade arcaica, paternalista, apresentou-nos um Rio de Janeiro em fase embrionária, na sua constituição social, mas que já trazia fragmentos fortuitos de representações de um país que se convergia galopante para a multiplicidade de influências étnicas – uma colcha de retalhos multifacetada. Um multiculturalismo em movimento.

5. Aspectos quase conclusivos – O Rio colonial: Uma (Pluri)cidade

“Para melhor compreenderem a nação e os cidadãos – nas suas origens, no seu devir colonial e, finalmente, soberano –, nossos pensadores avançam os olhos por todo o mapa do país, tomam emprestado lunetas para melhor alcançar outras épocas e outras civilizações, com o intento de chamar a atenção para as grandes conquistas que foram feitas desde sempre, pelo mais anônimo dos índios e dos escravos, passando pelos lavradores, faiscadores, trabalhadores, funcionários públicos, profissionais liberais, latifundiários, capitães de indústria, etc., tornando o país uma das nações mais adiantadas da América Latina, mas também querem acercar-se das causas das injustiças sociais, combatê-las pelas armas da palavra, saber o por quê de tanta miséria e sofrimento por parte de um povo, no entanto, trabalhador e sempre disposto a buscar a prosperidade e o progresso moral seja dos seus, seja da nação.” (Silviano Santiago)

Radicado no Rio de Janeiro, dali, Machado viu, enxergou e contemplou o mundo. Em particular, o olhar agudo, perspicaz e contemplativo que projetou sobre a cidade, expandia-se para o restante da nação. Dentro da linha dos anos de 1800, diversos fatos políticos, sacralizados nesse período, foram muito decisivos para a vida do país. O Rio de Janeiro foi palco principal dessas ocorrências e Machado, testemunha ocular desses acontecimentos. A cidade, fundada em 1565, logo ganha desenvolvimento franco e alcança grande destaque em atividades econômicas diversas na parte sul do continente americano.

Joaquim Maria Machado de Assis nasce em 1839 na cidade do Rio de Janeiro. A cidade passa por transformações estruturais, econômicas e sociais severas na sua conjuntura nos decorridos anos de 1800, pois as condições, principalmente sanitárias, eram vexatórias. Estava em curso um processo de socialização bastante intenso que ganharia mais formas, sobretudo após a instalação da Família Real na cidade (1808), a proclamação da Independência do Brasil (1822) e a Libertação dos Escravos (1888). Segundo Renault (1978), 1850 é o marco de evolução social da cidade. “Neste meado de século, o Rio de Janeiro conta com cerca de 266.466 habitantes. São poucas as melhorias na cidade. A sede da monarquia ainda não dispõe da rede de esgoto e de água encanada nas residências. Nem todas as ruas do centro urbano estão pavimentadas” (Renault, 1978, p. 15). A cidade vive realidades díspares e as mínimas condições de salubridade e desconforto eram bem notórias. “A poeira, o barro, o mau calçamento, a escuridão da cidade à luz dos lampiões tornam desconfortável o cotidiano fluminense” (Renault, 1978, p. 17). Em contrapartida, “o comércio se expande e as lojas perdem a feição heterogênea apresentada até então. A cidade dispõe de 23 casas de modistas, 77 de ourives, 33 relojoeiros, 66 lojas de calçados, 25 tipografias, 24 fábricas de carruagem, 8

retratistas” (Renault, 1978, p. 16). Ainda, a cidade possui 24 confeitarias e as mais “requintadas”, todas de donos estrangeiros: a Castelões, a Francioni e a Fournier.

Nesses anos, a cidade começa também a conviver com o transporte coletivo. Já era necessidade dos seus moradores. Com horários regulamentados em trabalhos nas repartições públicas e no comércio, os moradores necessitam ir e vir no cumprimento das suas obrigações. Com isso, instalam-se os primeiros transportes coletivos. Outro problema que afetava a boa continuidade dos serviços da cidade que estava ganhando forma era a comunicação. O meio mais usual eram os serviços de correspondências dos correios que eram feitos a cavalo para as cidades do interior e de barcas para as cidades banhadas por mar ou por Rios.

O ano de 1850 é de importante marca para a sociedade carioca, pois é quando a iluminação da cidade está sendo trocada de óleo de azeite para gás. No dia 25 de março de 1850, instala-se o serviço de iluminação a gás no Rio de Janeiro. A fábrica de gás fora construída na Rua do Aterrado, já os encanamentos e os lampiões de ferro seriam fabricados em Niterói. “Para início dos trabalhos são contratados engenheiros e mecânicos europeus, enquanto o maquinário é importado da Inglaterra” (Renault, 1978, p. 35). A nova iluminação foi substituindo aos poucos a antiga. No início, após algumas apreensões por uma parte da população, a nova iluminação é uma sensação. Passado esse momento, todos a querem em suas residências. “Em março, Bartled James, gerente da Companhia, divulga instruções: ‘em consequência da extraordinária concorrência de pessoas exigindo a colocação de aparelhos de iluminação a gás. [...] Sua instalação obedecerá à ordem das assinaturas’” (Renault, 1978, p. 79). Em fevereiro desse mesmo ano, duas outras grandes conquistas para a cidade. Por iniciativa de Mauá, a primeira locomotiva parte do Porto da Estrela à raiz da serra de Petrópolis. Em caráter experimental, a máquina percorreu 11 quilômetros em dez minutos, os jornais da época reproduziram a admiração dos presentes. Nesses mesmos dias, outro importante feito: a implantação do telégrafo elétrico. O Correio Mercantil, de 18 de fevereiro de 1854, anunciava: “funcionou ontem o telégrafo elétrico entre a secretaria da justiça e da polícia” (Renault, 1978, p. 80). Esse feito vinha tomado de certo orgulho nacional. Todo esse projeto fora desenvolvido por estudantes da Escola Militar e diziam que se podia dispensar a mão de obra estrangeira.

Nesse ano, o Rio passa a ter um acanhado serviço de recolhimento público do lixo, constroem-se chafarizes na tentativa de amenização do fornecimento de água para a população e começam algumas experiências no calçamento de ruas. No entanto, a vida social

da cidade vai ganhando formas e uma certa dose de descontentamento era estampado nos jornais diariamente. Enquanto a administração não conseguia dar conta em oferecer uma vida mais confortável para a cidade, as autoridades públicas frequentam requintadas festas e a febre amarela dizimava dezenas de pessoas mensalmente.

A vida social do fluminense contrasta com as condições sanitárias e higiênicas da cidade. O autor de *A Semana*, no Folhetim do *Jornal do Comércio*, é da mesma opinião, quando diz: “E, entretanto, que contraste! As lamas eternas de nossas ruas e o luxo de bailes, de festas, de galas, de teatros, de primeiras-damas” (Renault, 1978, p. 82).

A cidade do Rio ostenta festas e bailes com muito luxo e requinte com frequência maciça de muitos estrangeiros. “Na noite de São João, o comendador Bregaro abre os salões de sua mansão no Andaraí. O corpo diplomático está presente e beldades fluminenses são o atrativo da festa. ‘Como se vestem bem as brasileiras! Que elegância de formas! Comenta um diplomata estrangeiro’” (Renault, 1978, p. 82). O Rio já é uma cidade internacional. Todos os caracteres apontam para uma cidade que extrapolou os limites de nacionalidade do Brasil. Importa observar que essa cidade, recheada de configurações diversificadas, é o palco de Machado. A partir de 1856, quando publica seu primeiro poema “Ela”, não parou de escrever. Entre peças teatrais, poemas, romances e contos, com uma produção grandiosa, Machado ganha notoriedade e escreve dentro desse foco, de um Rio de Janeiro sob forte influência, marcado pela presença do “outro”. Em meio a tantos representantes de culturas diversas espalhadas pela cidade, havia aqui uma burguesia dominante e um pouco da amostra do seu poder está em Silviano (2017), quando coloca que “em meados do século XIX, o barão de Nova Friburgo se sobressai, não só como rico cafeicultor e comerciante, mas também como herdeiro dos enormes lucros auferidos pelos antepassados no tráfico de escravos africanos”(p.193). Esta é uma de tantas imagens que se tinham de uma burguesia que viveu da exploração e da troca de favores. Como afirma o próprio Machado, “ora, no Brasil domina o fato “impolítico e abominável” da escravidão” (p.01).

À medida que a cidade vai se estruturando, mais carente ela vai se tornando da mão de obra estrangeira. Em todos os setores e segmentos que estavam ganhando forma, a presença do estrangeiro era demasiadamente marcante. Machado, ao longo dos anos de 1800, escreve sobre esse contexto. Serpenteando-se entre os bailes festivos da alta sociedade carioca, de olhar aguçado nos rumos da política local e nacional, ou mesmo passeando pelo subúrbio do Rio, Machado vai compondo caracteres na busca da formação dessa sociedade que, pela sua heterogeneidade já latente, demonstra aspectos de multiculturalidade. “Pouco a pouco, vai a

população do Rio assimilando os hábitos europeus. Restaurantes e hotéis se instalam em diversos pontos da cidade” (Renault, 1978, p. 138). Entre 1856 e 1857, diversos são os hotéis e restaurantes a se instalar na cidade. O *Hotel de l'Etoile du Sud* e O *Restaurante de L'Industrie* foram os de grande notoriedade na cidade. O anúncio trazido pelo Correio Mercantil, de 3 de março de 1857, dizia que o *L'Industrie*, situado à rua S. José, 15, “*on trouvera également tous les jours à 5 heures du matin du café noir, café au lait et chocolate*” (Renault, 1978, p. 138). Nessas casas, a investida em importar chocolate, para servir com leite, foi muito forte, porém não conseguiu superar a preferência brasileira pelo chá e nem pelo café. Vivaldo Coaracy, em “*Memórias da cidade do Rio de Janeiro*” (1988), contextualizando aspectos da sociedade carioca, lembra que

Curiosos os costumes da época. Até as quatro e meia da tarde, a Confeitaria Colombo estava repleta de senhoras elegantes das boas famílias da terra, que iam tomar chá ou sorvetes, fazer o seu lanche de empadinhas e quindins. Àquela hora, produzia-se subitamente o vácuo. As famílias se retiravam, como a um sinal dado, e o salão da confeitaria ficava deserto (Coaracy, 1988, p. 101-102).

Aos olhos vivazes do historiador ou pelas lentes do artista literário, a vida carioca, seus modos e costumes não foram singulares ocorrências de um tempo. Pelas veias literárias ou pelas vias da história, o Rio vai surgindo, ganhando formas, desde a vida mais simples que os mais pobres levavam ou, dos bailes, nos salões nobres da Corte, a cidade se desenhava cotidianamente. Machado de Assis produz embalado por diversas forças políticas locais que colocam o Rio de Janeiro como protagonista no cenário da parte sul da América. O Rio vai se emoldurando como a mais promissora cidade. Porém, na sua vasta produção, por momentos, Machado, percebendo as marcas conflitantes de composição nessa sociedade, fez Schwartz a ver no escritor carioca o que Souto (2017) vai ratificar quando reitera ao dizer que “a elite oitocentista nada era senão uma franja aparentemente intelectualizada, que dependia do trabalho escravo e da subserviência dos agregados para levar uma vida de luxo e ociosidade” (p.156). Segundo afirma Schwartz a sociedade retratada por Machado estava mergulhada em vícios impostos pelo capitalismo periférico. As ideias dos representantes da elite colonial no Rio de Janeiro não passavam de ‘ornato e marca de fidalguia’ (Schwartz, 2000b, p. 19).

Vivaldo Coaracy (1988), citando alguns aspectos da vida no Rossio, dá destaque a aspectos da vida mais simplória desse lado da cidade. “No lado oposto do Largo, junto ao Teatro São Pedro, existia por essa mesma época um botequim de baixa categoria, sombrio e pouco atraente. Era o ponto em que se reuniam à tarde e à noite, os rufiões, “donos” e

exploradores das meretrizes do Largo e suas adjacências” (Coaracy, 1988, p. 102). Porém, esses finais de tardes e inícios de noite, no Rossio, nesse botequim, “em torno das mesas de pau, entre cálices de bebida e xícaras de café, realizavam-se infames negócios” (Coaracy, 1988, p. 102). Tal qual o Rossio, outros cantos e recantos cariocas abrigavam ambientes como esse. A sociedade carioca possuía uma vida bastante peculiar na noite.

Ali funcionava uma “bolsa de mulheres”. Escravas eram compradas e vendidas, trocadas ou alugadas. Negociava-se a importação da “mercadoria” ou a sua exportação para outras praças, conforme conviesse aos interessados dos *maquereaux*, todos eles estrangeiros também, entendendo-se numa algaravia impenetrável, espécie de “língua franca em que se confundiam vários dialetos europeus (Coaracy, 1988, p. 102).

A conformação da sociedade carioca, desde o Brasil Império, após a independência, seguindo pelos tempos já republicanos, em seus aspectos mais substanciais, passa por lugares que se tornaram conhecidos e de potentes contribuições para o entendimento dos aspectos sociais mais vibrantes da cidade. Desde A Praça Quinze, passando pelo Rossio, o largo da Carioca até a Praça da República; da *piaçaba* ao Terreiro do Carmo, da Feira de animais à Rua do Piolho; as velhas chácaras, ou o Palácio do Catete; os chafarizes, o Convento feminino e o Convento de Santa Teresa, o Mosteiro de São Bento, os capuchos italianos, as igrejas antigas da cidade, as procissões e os diversos teatros, a Baía de Guanabara, só para citar alguns, a imensa quantidade de escravos que habitavam e compunham a sociedade carioca da época e o tráfego negreiro que incomodava a visão do país no exterior somando-se à questão da educação no Brasil colônia, era de se lastimar.

Ao realizar tal incursão por essas buscas, nota-se, naqueles anos, uma série de controvérsias que envolvem a questão da qualidade do ensino na cidade do Rio de Janeiro. Enquanto “a instrução primária se transmite no limite de suas deficiências: falta de recursos e de mestres habilitados” (Renault, 1978, p. 128); por outro lado, constata-se que a cidade não vive um vazio cultural. Em meados do século XIX, após a chegada da Família Imperial, mesmo sem boa qualidade, abrem-se diversos cursos de aulas avulsas pela cidade. Estes oferecem aulas de francês e de alemão com conversação nesses idiomas. Ainda, segundo Renault (1978, p. 127), “a oratória e a eloquência são dons admirados pela sociedade”. Os cursos de oratória se espelhavam “nas influências da vida pública e do parlamento na Inglaterra [...]” Um dos mais famosos cursos de oratória da cidade, de propriedade de H. Furcy, é anunciado no *Jornal do Comércio*, em 9 de outubro de 1850: “*Cours de lecture oratoire et de littérature françai*”. O curso destina-se “*à de preparation à l'éloquence de la*

chaire, de la tribune du barreau et du théâtre” (Renault, 1978, p. 127). Segundo Renault (1978), mesmo ainda pautado no ensino das humanidades, o ensino na cidade, privilégio de poucos, em meados do século XIX, começa a sofrer mudanças. A influência francesa passa a se estabelecer nos rumos da educação do Império. Os estrangeiros que passam pelo Rio tiram sérias conclusões. Observaram o pouco tempo que as meninas frequentam a escola. “Aos nove anos ela ingressa no colégio, e aos treze ou quatorze já abandonam os estudos” (Renault, 1978, p. 128). Enquanto as meninas, nesse reduzido tempo, “aprendem a ler, escrever, e mais os trabalhos de agulha, tesoura, gramática portuguesa e francesa, geografia música e dança, os meninos – em classes separadas – aprendem os rudimentos da língua portuguesa e recebem ensinamentos do francês, da literatura francesa e da retórica” (Renault, 1978, p. 128). Com o passar dos anos, nas proximidades do século XX, o idioma francês não tem mais total domínio na educação carioca. “A sociedade já se interessa pelo estudo do inglês, do italiano e do alemão”. No Mosteiro de São Bento, “o Rev. Mark Neville, autorizado pelo conselho de instrução pública, acaba de abrir um curso de língua inglesa” (Renault, 1978, p. 128) – noticia o *Correio Mercantil*, de 7 de julho de 1857.

A cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos anos, gravita entre a presença de autóctones, uma imensa quantidade de negros escravizados e uma boa porção de estrangeiros que estão na cidade trabalhando em diversos setores, que seja comércio (na sua maioria), professores, representantes do clero, comerciantes de escravos. Escrevendo nesses anos, Machado de Assis foi enfático em dizer em um ensaio produzido por ele, em 1873, “o que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda que trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (Assis, 1873, p. 3). Por ser homem do seu tempo, Machado, cozendo suas tramas e dando vida a personagens diversos, criou em sua imensa produção uma cidade de caracteres multidiversificados. Impossível fugir à realidade de uma cidade que, na sua formação, trazia em seu bojo as marcas de uma pluralidade de ideias, pensamentos e uma variada caracterização de modos de vida, se constitui um pouco na dinâmica desse trabalho. Quem é o Machado que escreve nesses anos tão turbulentos para a história do Brasil? Está em curso uma sociedade em formação. O Brasil patina entre sociedade escravocrata, homens livres, uma burguesia em ascendência e Machado prontamente responde a esses caracteres, no momento que pressentia “esta elite, burguesa desde o seu nascimento, que desejava imitar aquilo que era costumeiro no centro, e, ao fazê-lo, incorporava falsamente à vida brasileira aspectos da sociabilidade europeia, escamoteando o essencial” (Couto 2017, p.156).

A imagem que Machado cria da sua cidade não se restringe à dominação de um só povo. De olhar perspicaz e agudo, ele percebe que o Rio de Janeiro já era internacional – não havia igual ou parecido em todos os arredores do estado. A cidade possuía a seu favor o fato de ter tido a maior porta aberta de entrada e saída de mercadorias e de pessoas, tanto do continente americano quanto da Europa e Ásia – o porto. Este acabou por ser o maior escoadouro que trouxe à cidade uma porção de benefícios. Pelo porto do Rio, uma diversidade de povos, idiomas diversos, pessoas representantes de várias etnias entravam e/ou saíam tornando a cidade carregada de diversidades, colocando o carioca em contato permanente com múltiplas culturas, expressões artísticas europeias, asiáticas, africanas, fazendo do local um celeiro riquíssimo em produções.

Além dos inúmeros jornais que circulavam na cidade, difundindo informações, as livrarias e os livros chegados ao Rio, embora o número de leitores fosse bastante reduzido, são os responsáveis por tornar a cidade rica culturalmente, pois os livros ingleses e os americanos dominaram o comércio. Eram frequentes o anúncio de obras americanas em jornais da época: “*English Books and novels last American Edition, Dicken’s novels, Tom Jones*”, *Histórias galantes, Robson Crusoé*”. (Renault, 1978, p. 125). Segundo Renault (1978), as pequenas lojas se empilham de autores estrangeiros, muito fáceis de encontrar: Trousseau, Londe, Orfila, Bayle, Muller, Maigrier, Alibert, Reynaud, Pigeaus e outros. As primeiras obras literárias produzidas em solo brasileiro são dadas a público por intermédio dos jornais que circulavam na época. Antes dos livros, os jornais já circulavam trazendo diariamente um capítulo novo. “Os jornais refletem a atividade das tipografias e livrarias. Ouvem-se neste ano (1868), as últimas vozes da poesia romântica. O Realismo europeu já foi absorvido pela elite intelectual” (Renault, 1978, p. 285). Os jornais assumem um papel de reflexão crítica e colocam seus leitores cariocas antenados com o mais novo que a Europa já vivenciara. A crítica social e ao governo desfilam nos jornais de forma acelerada: “impõe-se a reforma de muita coisa: a ordem social com seus privilégios, o distanciamento das classes; o rodízio dos partidos políticos, a gritante deficiência do ensino, a escravatura” (Renault, 1978, p. 285). É sabido que boa parte da população da cidade é analfabeta, afirma Renault (1978, p. 285) que “a outra parte, que acompanha a vida social e política através dos jornais, dispõe de alguns periódicos à sua escolha. Recebem-se jornais e revistas estrangeiras, como *Le Magasin des Demoiselles, Le Conseiller des Dames*, que estão na livraria de Fauchon & Dupont”. Em meados do século XIX, no Rio de Janeiro, está em alta o romance de folhetim. O autor nacional que mais publica nessa fase é José de Alencar. Depois de *O Guarani*, “o jornal, de

maneira curiosa, anuncia os dois romances em um volume: ‘acaba de sair à luz: A Viuvinha e Cinco Minutos. Romance original brasileiro pelo autor de O Guarani’” (Renault, 1978, p. 185), anúncio do *Correio Mercantil*, em 18 de novembro de 1860.

Enfim, a cidade do Rio de Janeiro do século XIX vive e respira ares de uma composição bastante heterogênea, ocorrida de forma muito natural e rápida. A cidade se expande para dar lugar e acomodar essa série de representações que ali chegam, ora para ficar, ora de passagem. Viajantes, historiadores, escritores, artistas da pintura, trabalhadores de diversos ramos habitam ou passam pelo Rio de Janeiro, na condição de curiosos por querer saber/conhecer a cidade; muitos, a trabalho, resolvem fixar moradia e não mais voltam a seus países de origem. Machado de Assis é parte desse contexto. Presenciou a influência da sua cidade na parte sul da América. Enxergou a evolução e as contradições que a cidade trazia em seu bojo. Viu a imensa mistura de influências que habitavam aquele território e como essas influências dariam formas a um lugar em constante transformação. Machado, além de testemunha ocular dos diversos movimentos políticos, ascensões, declínios e consagrações, presenciou por muito tempo um Rio se erguendo a muitas mãos com influências culturais em abundância. Ainda, presenciou, por longos anos, os jornais estamparem em suas páginas transformações sutis de uma sociedade em pleno desenvolvimento no devir, marchando para o século vindouro. “Acabam de chegar ‘os afamados ferros econômicos, de patente para engomar’, aquecidos a carvão’”, dizia o *Correio Mercantil*, em 21 de abril de 1858.

Nesse mesmo jornal e mesmo tempo, eram anunciadas as mais nobres das modas: “os colarinhos mexicanos e americanos, punhos à mosquetaire, colarinhos de meninos e os chapéus de lebre francezes e nacionais”, são algumas novidades recentes” (Renault, 1978, p. 154). O anúncio do *Diário do Rio*, de 2 de janeiro de 1862, enfático no destaque das tendências da época: “casacas de pano fino, sobrecasacas do dito pano, paletós de seda preta, ditos de cetim, de merinó, ditos de casimira mesclada, ditos de brim de linho, ditos de brim de algodão, de alpaca preta” (Renault, 1978, p. 208). Renault (1978, p. 68) vai dizer que, “nos jornais, a mulher fluminense encontra a última moda copiada do figurino francês”. Tão presente na produção Machadiana quanto nos jornais, a vida carioca aparece nas tendências do que se importava da Europa e os jornais eram os veículos dessa disseminação. O *Correio Mercantil*, de 10 de fevereiro de 1852, destaca os ornamentos e adereços que mais apareciam nos bailes da cidade: “grinaldas e ramos de flores”, “enfeites de frocos e ouro para a cabeça, port-bouquets muito lindos. Além de sapatos de cetim branco, meias de seda brancas, luvas de pelica enfeitadas [...] Cabeções de blonde e de rendas. Pulseiras de fita e de veludos. Ricos

leques de madrepérola” (Renault, 1978, p. 68). Enfim, há um pouco aqui dessas reflexões do quanto o Rio se fez e se refez. Vimos um pouco de uma sociedade que evoluía a passos não muito medidos – as disparidades eram enormes. Machado, na condição de escritor, homem do seu tempo, fez esses contornos, ele não conteve em si e deixou para nós memórias que, agora, numa cadência de paleontólogos, escavamos nesses anos, buscando nesses terrenos, tentando trazer aqui, à tona, nuances de uma sociedade que se formou, se delineou, tendo a literatura, em seu poder ficcional, como testemunha e registro de uma época.

6. REFERÊNCIAS

ACERVO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Registro de Cartas Régias, 1697-1705. 1949. v. LXXXIV.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821). Petrópolis: Vozes, 1988.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. Tradução Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 4 Ed. São Paulo: Moderna, 2009.

ARISTÓTELES. **A Poética Clássica**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

ASSIS, Machado de. Prefácio. In: ASSIS, Machado de. **A cartomante**. São Paulo: Clube do Livro, 1966. p. 9-19.

ASSIS, Machado de. Um Homem Célebre. In: _____. **Várias Histórias**. São Paulo: Globo, 1997.

ASSIS, Machado de. **Literatura Brasileira**: Instinto de Nacionalidade. In: _____. **Críticas literárias**. São Paulo: Formar [s./d]. p. 161.

ASSIS, Machado de. **Contos**. São Paulo: FTD, 2002. Coleção Grandes Leituras.

ASSIS, Machado de. **O Espelho – esboço de uma nova teoria da alma humana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 416.

ASSIS, Machado de. **Machado de Assis**: crítica, notícia da atual literatura brasileira. São Paulo: Agir, 1959. p. 28-34. Instinto de nacionalidade.

AZEVEDO, A. N. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, maio/ago. 2003.

_____. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. **Tempos Históricos**, v. 19, p. 151-183, jul./dez. 2015.

_____. O Rio de Janeiro do século XIX e a formação da cultura carioca. **Intellèctus**, v. 2, p. 1-37, 2010.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997 (Bom Livro).

BIBLIOTECA NACIONAL. **Coleção das leis do Brasil de 1821**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/carta_regia/CRTR-20-3-

[1821.htm#:~:text=Eu%20El%2DRei%20vos%20Envio,soldo%20correspondente%20ao%20trabalho%20e. Acesso em: 15 nov. 2022.](#)

BARRETO, Lima. **Morte e vida de M. J. Gonzaga de Sá**. Rio de Janeiro: Via Leitura, 2023.

BERTAGNOLLI, Giselle B. Leal. Processo de construção de identidades regionais: cultura imaterial, identidade e desenvolvimento. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 148, p. 47-54, dez. 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. **O Rio de Janeiro: uma capital entre dois impérios**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. *Géographies et Cultures*. **Le Territoire**, Paris: L'Harmattan, n. 20, 1996.

BREMOND, C. A lógica da narrativa. In: BARTHES, Roland *et al.* **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

BRENNA, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

BROCA, Brito. **Machado de Assis, a Política e Outros Estudos**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1957.

CADERNOS DE PESQUISA. A urbanização e o urbanismo na região das Minas. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, São Paulo: FAUUSP – LAP, n. 30, jul./dez. 1999.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

_____. **A Literatura e a Vida Social**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

_____. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Nacional, 1985.

_____. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Nacional, 1975.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.

_____. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 1997.

CANEN, Ana. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. **Cadernos de Pesquisa**, n. 111, p.135-149, dez. 2000.

CARRARA, Ângelo Alves. Fiscalidade e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, 1607-1718. **Seminário Hermes & Clio**, FEA-USP, São Paulo, 2008.

CARTAS, PROVISÕES E ALVARÁS. **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**, jun. 2008. Disponível em:

https://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674:alvara-que-proibe-as-fabricas-e-manufaturas-no-bra&catid=145&Itemid=215#_ftnref21. Acesso em 12 out. 2022.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro Vezes Cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O Rio de Janeiro Setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Ed. da USP, 1988.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: José Olympio, 1955. v. 3.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto e do conto breve e seus arredores. *In: Valise de crônópio*. Tradução Davi Arrigucci Jr. e João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

COSTA *et al.* Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/ago. 2003.

COSTA, Luís César Amado; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1990.

COUTO, Elvis Paulo. A crítica social na literatura de Machado de Assis. **Revista Florestan Fernandes**, ano 3, n. 1, p. 151-163.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

ECO, Umberto. **Sobre a Literatura**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. v. 365.

FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à partida. *In: Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial**. Antologia de Textos (1531-1800). Rio de Janeiro: EDUERJ/José Olympio, 1999.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2003.

FREITAS, Lucas de. O bacharelismo no Brasil e o atual fenômeno da bacharelise: uma análise sócio-histórica. **Quaestio**, Sorocaba, São Paulo, v. 12, p. 81-91, 2010.

GIL, Gilberto. **Domingo no Parque**. Álbum Gilberto Gil. Gravadora Phillips, 1968.

GIL, Gilberto. **Metáfora**. Álbum: Um Banda Um. Warner Music Brasil, 1982.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GOTLIB, Nádya Batella. **Teoria do conto**. São Paulo: Ática, 1991.

GUATTARI, Félix; RONILK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GULLAR, Ferreira. “Não há vagas”. *In: Dentro da noite veloz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

HAJJAR, C. **Imigração árabe**: 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984. p. 50-51.

ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**. Perspectivas de uma antropologia literária. Tradução Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017 [1991].

JAUSS, H. R. **História da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994. p. 7-8.

JÚNIOR, Gilberto Ferreira Sena. **Realidade Versus Ficção**: A Literatura Como Fonte Para a Escrita da História. Feira de Santana, 2024. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

KINCHELOE, Joe L.; STEINBERG, Shirley R. **Changing multiculturalism Buckingham**. Open University Press, 1997.

LEÃO, Andrea Borges. **Memórias e expressões culturais**: tessituras entre tempos e fazeres. Candeias, BA: Edições UESB, 2015.

LIMA, Elvira de Souza. **Desenvolvimento e aprendizagem na escola**: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. São Paulo: Gedh, 2006.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LUKÁCS, Georg. **Teoria do romance**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MEIRELLES, J. G. A chegada da família real e as mudanças sociopolíticas. *In: A família real no Brasil*: política e cotidiano (1808-1821). São Bernardo do Campo: Ed. da UFABC, p. 9-34, 2015.

MENDES JR.; MARANHÃO. **Alvará de 5 de janeiro de 1785**. Texto e Consulta. República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1981. v. 2.

MIZRAHI, Rachel. A multiculturalidade otomana. **Revista de Estudos Orientais**, n. 6, p. 117-129, 2008.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: poesia**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MUAZE, Mariana. **O que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos?** Serviço doméstico e escravidão nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba. Dossiê: Almanack, n. 12, abr. 2016.

NORTON, Luiz. **A corte de Portugal no Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1938.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (sécs. XVI-XVIII)**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense; Campinas, SP: Unicamp, 2007.

OLINTO, Heidrun Krieger; SCHOLLHAMMER, Karl Erik (Org.). **Literatura e realidade(s)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

OLIVEIRA, Lisete Assen de; SILVA, Gilcéia Pesce do Amaral e. Organização. **Arquitetura da cidade contemporânea**: sobre raízes, ritmos e caminhos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. O cemitério dos Pretos Novos, experiências, tradições e Expectativas. *In: Escravidão e luta pela liberdade no Rio de Janeiro*. História, Arquivos e Patrimônio. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2020.

PESAVENTO, Fábio. O Colonial Tardio e a Economia do Rio de Janeiro na Segunda Metade dos Setecentos: 1750-90. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 581-614, jul./set. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Literatura, História e Identidade Nacional**. Porto Alegre, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/186220/000297477.pdf>. Acesso em 12 jan. 2024.

PESSOA, Thiago Campos. Senhores e traficantes no comércio ilegal de africanos no Império do Brasil. *In: Escravidão e luta pela liberdade no Rio de Janeiro*. História, Arquivos e Patrimônio. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2020.

PIMENTEL, Márcia. **Anos 1700**: a centralidade do Rio de Janeiro no Atlântico Sul. Série Rio Colonial, mar. 2015. Disponível em: https://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1082&Itemid=114. Acesso em: 12 jun. 2023.

PRADO, Daniel Lourenço do. Literatura e Realidade, História e Ficção. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*, 31., 2021. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio De Janeiro, 2021.

RAMOS, Enamar. **Bailes Brasil Colônia/Império**. *In: ENGRUPE*, 1., 2007, São Paulo: Unesp/Fapesp, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo Barroco no Brasil. *In: ÁVILA, Afonso. Barroco: teoria e análise*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 217-232.

REGO, José Lins. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? Tradução Maria Helena Rouanet. *In: ROUANET, Maria Helena (Org.). Nacionalidade em questão. Cadernos da Pós/Letras*, Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, v. 19, 1997.

RENAULT, Delso. **Rio de Janeiro**: A vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François *et al.* Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

RIOS, José Arthur. A tradição mercantilista na formação brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, jul./set. 1972.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais – o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SANTOS, Paulo F. Carta Régia de Fundação da Vila da Santíssima Trindade do Mato Grosso. In: SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1968. p. 61.

SANTIAGO, Silviano. **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. v.1.

SANTIAGO, Silviano. **Machado – Romande**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os nagôs e a morte: pàde, àsèsè e o culto égun na Bahia**. Petropolis: Vozes, 2008.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir à história do Brasil**. Lisboa. Impressão Régia, 1825.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.

SCHWARCZ, Lilia M. **O sol do Brasil: Nicolas Antoine Taunay e as desventuras artísticas dos artistas franceses na corte de D. João**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin, Companhia, 2014. cap. 1. p. 1-17.

SCHWARZ, Roberto. “As Idéias fora do Lugar” In: **Ao Vencedor as Batatas**. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

SILVA, Andrea Zeppini Menezes da. **Sentimento íntimo e sensibilidade universal: identidade nacional em Machado de Assis e Dostoiévsky**. São Paulo, 2011.

SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. História, cidade e modernidade: a instituição dos signos modernos na cidade de Belo Jardim (1950/1970). **Tambor: Revista da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim**, Belo Jardim, PE: Fabeja, n. 2, p. 21-30, abr. 2004.

SILVA, Maria Célia Azevedo da. A caracterização do papel dos “costumes” urbanos do Rio de Janeiro nos romances de Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 66-75, 30 mar. 2006. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 30 mar. 2006.

SILVEIRA, Francisco Maciel. **Contos/Machado de Assis – Coleção grandes leituras**. São Paulo: FTD, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 5. ed. Brasília, DF: Nacional, 2014.

SOUZA, João da Cruz e. **Últimos Sonetos**. Rio de Janeiro: Ed. da UFSC, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e Modernismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1976.

TUFANO, Douglas. **Estudos de Língua e Literatura**. São Paulo: Moderna, 1985.

_____. **Machado de Assis: questões éticas em discussão**. São Paulo: Paulus, 2003.

VELOSO, Caetano. **Um índio**. Álbum Bicho. MPB, 1976.

WALDMAN, Maurício. **Mercantilismo e Colonização**. Colônias de Exploração e Povoamento. Rio de Janeiro: Kotev, 2018.

ⁱ Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/carta-regia>

ⁱⁱ Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/collections/693e3f14-11f3-4ad2-9f56-2227a4507c0a>

ⁱⁱⁱ As transcrições foram feitas de igual modo constam nos documentos originais

^{iv} As transcrições foram feitas de igual modo constam nos documentos originais

^v “Relatório do Marquês do Lavradio”. In: CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na Administração Pombalina*, 2.a ed., São Paulo, Editora Nacional / Brasília, INL, 1979, p. 219.

^{vi} Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio de Janeiro, Documentos Avulsos, Cx. 80, doc. 22. Carta de D. Luiz Antonio de Souza ao Conde de Oeiras. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1765.

^{vii} Tratado comercial ou contrato para diversos fins comerciais concedidos pela Coroa.